



Suplemento I Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXXI - ESTADO DO TOCANTINS, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2019 Nº 5.510



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 3.621, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS,

Faço saber que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023 - PPA 2020-2023, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 80 da Constituição do Estado.

Art. 2º O PPA 2020-2023 é instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PPA

Art. 3º O PPA 2020-2023 organiza a atuação governamental em programas e ações Governo, definidas para o período de sua vigência, as quais se encontram expressas na dimensão estratégica do Plano, orientados pelos seguintes eixos temáticos:

- I - Saúde;
- II - Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação;
- III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos;
- IV - Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental;
- V - Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades;
- VI - Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo.

Art. 4º O Plano Plurianual é elaborado em etapas interdependentes e complementares, que vão agregando e organizando as informações necessárias à sua construção de forma sintética, estruturados na seguinte sequência:

I - Dimensão Estratégica: etapa que precede e orienta a elaboração dos Eixos Temáticos, consistindo no conjunto de temas que orientam o planejamento, integrando os programas temáticos e os caminhos a serem percorridos para estabelecimento das políticas governamentais;

II - Dimensão Tática: define caminhos exequíveis para as transformações da realidade que estão anunciadas na Dimensão Estratégica, expressa em:

a) Programas temáticos: organizam as ações de Governo, articulando-as com a finalidade de concretizar os objetivos pretendidos, mediante o enfrentamento de problemas ou aproveitamento de oportunidades, com indicadores e metas;

b) Objetivos: expressam o resultado positivo que se espera alcançar com o programa;

c) Indicadores: apresentam medida que permite aferir, periodicamente, o alcance do objetivo de um programa ou a oferta de seus produtos, auxiliando o seu monitoramento e avaliação, e são detalhados em valor mais recente e período de referência;

d) Metas: constituem medida de alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, regionalizadas ou não;

III - Dimensão Operacional: relaciona-se com a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues, sendo especialmente tratada em Ações Orçamentárias, as quais identificam as entregas de bens e serviços à sociedade, contribuindo para atender aos objetivos do Programa.

Parágrafo único. Não consta da dimensão tática o Programa de Manutenção do Estado, referente às ações de manutenção de recursos humanos, serviços de informática, transportes e a coordenação de serviços administrativos gerais do governo, por não prever objetivo, meta e indicador.

Art. 5º Integram o PPA 2020-2023 os seguintes anexos:

I - Anexo I: Dimensão Estratégica, Tática e Operacional;

II - Anexo II: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos;

III - Anexo III: Programa de Manutenção do Estado;

IV - Anexo IV: Ações Prioritárias de Governo.

CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 6º Os Programas e as Ações deste Plano devem ser observados nas Leis Orçamentárias Anuais e nas leis que as modifiquem.

§1º Nos Programas Temáticos, a ação orçamentária está vinculada ao objetivo.

§2º No Programa de Manutenção do Estado, a ação orçamentária está vinculada ao respectivo programa.

§3º Na lei orçamentária anual, deverão ser detalhados os valores dos programas e das ações para o exercício de sua vigência.



MAURO CARLESSE
Governador do Estado

ROLF COSTA VIDAL
Secretário-Chefe da Casa Civil

DISNÉA DIAS LIMA
Diretora do Diário Oficial do Estado

Art. 7º O valor total dos programas, os enunciados dos objetivos e as metas não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Da Gestão, do Monitoramento e da Avaliação

Art. 8º A gestão do PPA 2020-2023 consiste na implementação das ferramentas de execução, monitoramento e avaliação dos objetivos, indicadores, metas e valores globais, observando os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade.

Parágrafo único. O Poder Executivo manterá sistema integrado de informações para apoio à gestão do Plano, que será atualizado permanentemente e abrangerá a execução e o alcance das ações e conseqüentemente dos objetivos, e o acompanhamento de suas metas e indicadores disponibilizados, em linguagem simples.

Art. 9º Com a finalidade de viabilizar o alcance dos objetivos constantes do PPA 2020-2023, as atividades de monitoramento e avaliação visam aprimorar as práticas da gestão orientada para resultados, e propor o uso racional e qualitativo dos recursos e efetividade das políticas públicas.

Art. 10. As ações especificadas no Anexo IV desta Lei serão objeto prioritário das atividades de execução, monitoramento e avaliação.

Seção II

Da Revisão e da Alteração do Plano

Art. 11. A Revisão do PPA 2020-2023 refere-se à inclusão, exclusão ou alteração de programas, objetivos, indicadores, metas e ações.

§1º As revisões de que trata o *caput* deste artigo serão propostas pelo Poder Executivo, por meio dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais ou mediante Projeto de Lei específico.

§2º As alterações nas leis orçamentárias anuais podem ser incorporadas automaticamente a esta Lei.

Art. 12. A inclusão de ação orçamentária no Plano Plurianual 2020-2023 terá validade para o período de vigência do Plano.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. O investimento plurianual, de que trata o §1º do art. 82 da Constituição do Estado, está incluído no valor total do programa para o período de 2020 a 2023.

Parágrafo único. Na Lei Orçamentária Anual e em seus anexos estão detalhados os investimentos, de que trata o *caput* deste artigo, para o ano de sua vigência.

Art. 14. As emendas parlamentares individuais deverão estar em consonância com o Plano e detalhadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. O Poder Executivo fica autorizado, a qualquer momento, a alterar descrição dos indicadores, das metas e das ações e editar normas complementares para a execução desta Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de dezembro de 2019; 198º da Independência, 131º da República e 31º do Estado.

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe da Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Mauro Carlesse
Governador

Wanderlei Barbosa Castro
Vice-Governador

Antônio Poincaré Andrade Filho
Assembleia Legislativa

Severiano José Costandrade de Aguiar
Tribunal de Contas

Helvécio de Brito Maia Neto
Tribunal de Justiça

José Omar de Almeida Júnior
Ministério Público Estadual

Fábio Monteiro dos Santos
Defensoria Pública

Sandro Henrique Armando
Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento

Divino Allan Siqueira (respondendo)
Secretaria Executiva da Governadoria

Keliton de Sousa Barbosa
Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas

Claudinei Aparecido Quaresemin
Secretaria Extraordinária de Parcerias Público-Privadas

Eduardo Bonagura
Secretaria Extraordinária de Políticas de Governo Descentralizadas

Ivory de Lira Aguiar Cunha
Secretaria Extraordinária de Assuntos Parlamentares

Rolf Costa Vidal
Casa Civil

Júlio Manoel da Silva Neto
Casa Militar

Senivan Almeida de Arruda
Controladoria-Geral do Estado

Sebastião Vieira de Melo
Secretaria da Comunicação

Nivair Vieira Borges
Procuradoria-Geral do Estado

Jaizon Veras Barbosa
Polícia Militar do Estado do Tocantins

Reginaldo Leandro da Silva
Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Tocantins

Edson Cabral de Oliveira
Secretaria da Administração

Luiz Edgar Leão Tolini
Secretaria da Saúde

Adriana da Costa Pereira Aguiar
Secretaria da Educação, Juventude e Esporte

Cristiano Barbosa Sampaio
Secretaria da Segurança Pública

César Hanna Halum
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura

Aldison Wiseman Barros de Lyra (respondendo)
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

Renato Jayme da Silva
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Juliana Passarin
Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação

José Messias Alves de Araújo
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Heber Luís Fidelis Fernandes
Secretaria de Cidadania e Justiça

Aparecido Nini Giacometto
Agência de Mineração do Estado do Tocantins – AMETO

Cláudio Alex Vieira
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/TO

Divino José Ribeiro
Instituto de Terras do Tocantins – ITERTINS

Sebastião Albuquerque Cordeiro
Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS

Thiago Pinheiro Maciel
Agência de Tecnologia da Informação – ATI-TO

Sharles Fernando Bezerra Lima
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS

Alberto Mendes da Rocha
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC/TOCANTINS

Thiago Pereira Dourado
Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS

Márcio Antônio da Silveira
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins – FAPT

Rérison Antonio Castro Leite
Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins – AEM

Thais Coelho de Souza Amaral Monteiro
Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS

Aldison Wiseman Barros de Lyra
Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa – ADETUC

Juliana Passarin (respondendo)
Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO

Juliana Passarin (respondendo)
Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR

Romis Alberto da Silva
Agência Tocantinense de Saneamento – ATS

Augusto de Rezende Campos
Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins

Augusto de Rezende Campos
Universidade Estadual do Tocantins

Denise Rocha Domingues
Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – FomenTO

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Sandro Henrique Armando
Secretário

Sergislei Silva Moura
Secretário Executivo do Planejamento e Orçamento

Dilma Caldeira de Moura
Secretária Executiva da Fazenda

Romildo Leite Dias
Superintendente de Planejamento Governamental

João José Rodrigues Brito
Superintendente de Gestão Orçamentária

David Siffert Torres
Superintendente de Captação de Recursos e Gestão do Gasto Público

Elizana Alves de Souza
Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Equipe técnica de Planejamento

Bruno Moure Cícero
Cecília Amélia Miranda Costa
Daniel Guedes dos Santos
Danielle Alessa Silveira Machado
Doralice Mello Rocha Casé
Elizana Alves de Souza
Geizianne Pereira da Cunha
Gleudson Bezerra da Cruz
Grazielle Azevedo Evangelista
Ilda Celeste Lopez da Costa Martins
Joaquín Eduardo Manchola Cifuentes
José Anunciação Batista Filho
Kézia Araújo Dias
Laísila Ferreira Melgaço Silva
Leandro Roeder
Leônidas Xavier de Godoy Júnior
Milena Rosa Fernandes
Odilon Dutra da Silva
Patrícia Cordeiro Mármore
Patrícia Regiane Machado Nepomuceno
Paulo Augusto Barros de Sousa
Raimundo Nonato Casé de Brito
Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Romildo Leite Dias
Sílvia Rodrigues Barros

Equipe técnica de Orçamento

João José Rodrigues Brito
Maria Zélia Pereira Coelho
José Pedro Dias Leite
Dallyene Mendonça Mendes
Edilza de Fátima da Silva Sérgio Monteiro
João Paulo Soares Lima
Joquebede Corado Lopes
Neide Costa da Silva
Edilson Gomes Pereira
Leonel Brizola Seixas
Luciana Pinto da Silva Brandão
Roberto Mauro Guarda

Equipe de Apoio da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Antônio Filho Silva Pereira	Jucivaldo de Araujo Martins
Carlos Roberto Pereira Bertoni	Jurailson Moreira Bonfim
Cristovão Rodrigues de Carvalho Jr	Kellen Cristina Soares Wisniewski
David Cesar de Castilho Q. Malena	Kelma Lima de Sousa Rodrigues
David Siffert Torres	Kennedy Johnson Gomes de Oliveira
Delvam Silva Vasconcelos	Larisse Sales Castro
Edilson Gomes Pereira	Leidiane Cardoso Silva Oliveira
Edimilson Cirilo Folha	Leonel Brizola Seixas
Edir Pereira dos Santos	Lucas Ferreira Cunha
Edmilson Cirilo Folha	Luciano Alencar Silva
Écio de Oliveira Dias	Maria Arlete de Carvalho Lima
Elcio Dias de Oliveira	Marinalva Pereira Cavalcante
Fernanda Amazonas Aires	Maristela Ferreira Campelo Fonseca
Gabriel Lacerda dos Santos	Melquias de Araujo Nascimento
Gilclésio Bezerra dos Santos	Paulo Augusto Barros de Sousa
Gleudson Bezerra da Cruz	Pedro Martins Aires
Joana Lopes da Silva	Ricardo Lima Gonçalves
Joana Lopes da Silva	Rildo Marcos Guarda
Joao Batista Leite Torres Morais	Ronan Amaral de Oliveira
Joao Carvalho di Pietro	Tainá Araujo de Carvalho
Joao Paulo Soares Lima	Vivian Dias Diniz
José Pedro Dias Leite	

Equipe Técnica dos demais Órgãos:

Adriana Silva Almeida	Gabriel da Luz
Adriane Heinrich dos Anjos	Geanny Carlos de Almeida Pinheiro
Alessandro David Vieira Martins	Heitor de Araujo Franco
Arlette Amaryllis Rocha Mascarenhas	Helle Seijane Martins
Aurélio Otávio Junqueira	Henrique Baptista da Silva
Bárbara Jesuína Mendes	Hidelbrando Bras da Silva Reis
Betânia Batista Martins	Ilaine Geisel Carvalho Silva Lima
Camila Heloísa A. G. Castelo Branco	Inácia Maria Bento Parente Franco
Cláudio Lísias Lima Rezende	Isaac Lima Braga
Cláudio M. Cavalcante Pinto Bragança	Israel Ferreira Marques
Cláudio Souza Fontinele	Jaqueline Torres Bomfim
Cléia Azevedo Glória	Jelciane da Silva Zambrano
Cleomar Arruda Silva	João da Silva Macedo
Debora Freitas do Carmo	João Ornato Benigno Brito
Denise Raposo França	João Putêncio de Sousa
Diogo Sousa Mattos	João Ricardo de A. Silva
Douglas Luiz dos Santos Souza	Kelsene Ramos Alencar
Écio Marques Silva	Luiza Regina Noletto
Edson Soaeres Maciel	Márcia Cristina Gonçalves da Cruz
Eliene da Silva Santos	Marcine Maciel Campos
Elisângela Pinheiro de A. Antunes	Mariana Rodrigues da Silva
Elizete da Silva Feitosa	Marcos Conceição da Silva
Erisvaldo de Oliveira Alves	Marcos Irondes Coelho de Oliveira
Felipe Roberto Azevedo Vasconcelos	Maria Sueli Martins
Flávia da Silva Melo	Marinalva Cordeiro Pinto
Florisvardo Tavares Sousa	Michel Lima Pires
Francisca Joilma Patrício F. Andrade	Mísia Saldanha
Francisco Carlos Gois Nonato	Núria Renata Ribeiro
Francisco Eriberto de Carvalho Brito	Patrícia Macena Lino
Patrícia Ribeiro Brito	Suely Soares Fernandes
Raphael Macedo Santos	Valdiram Câmara Gomes
Raimunda Nonata Diogo Araújo	Valmir Pinheiro Alves Correia Neto
Regiane Sousa Chaves	Vinicius Augusto de Oliveira Silva
Renata Cristina Lage Souza	Wagner de Oliveira Campos
Roberta Alves de Oliveira	Wagner Fagundes Oliveira
Rodrigo N. Lacerda Guimarães	Waldir Demétrios da Costa Júnior
Ronildo Pereira da Silva	Wesvanya Batista Glória
Ronne Márcio Piagen Milhomens	Whatina Mota Silva
Sílas Viana de Almeida	

ANEXO I À LEI Nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA, TÁTICA E OPERACIONAL

1. Apresentação

Em cumprimento ao art. 80 da Constituição Estadual, apresenta-se o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023. O Plano Plurianual – PPA, instrumento de planejamento e gestão, contém os programas temáticos de atuação das políticas públicas por meio de objetivos setoriais, indicadores, metas e ações, a serem executados pelo Poder Executivo, Assembleia Legislativa e Tribunal de Justiça, bem como pela Procuradoria-Geral de Justiça, Defensoria Pública e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

O PPA é elaborado no primeiro ano de governo e planejado para os próximos quatro anos, alcançando um ano do governo seguinte. É organizado por meio de programas multisetoriais, compreendidos no arcabouço das ações governamentais e políticas públicas. Seus programas contemplam objetivos, indicadores e metas regionalizadas, cujo alcance deve ser obtido por meio de ações orçamentárias com produtos e metas financeiras definidas. O PPA passa a ser executado conforme orientação definida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e recursos previstos pela Lei Orçamentária Anual - LOA.

Para os governos, principalmente os estaduais que inauguraram novas administrações, a crise econômica mundial e do Brasil vem causando redução do crescimento e do consumo, preconizando queda na arrecadação e a consequente necessidade de redução de receitas e despesas nos orçamentos, e mesmo de contingenciamentos na execução orçamentária. E de outro lado, os diversos segmentos da sociedade aspiram por melhores serviços públicos e condições que favoreçam a retomada do desenvolvimento do Estado.

Gestão como uma palavra de ordem pressupõe a adoção de uma estratégia dual a partir da combinação de: **medidas emergenciais** de ajuste à realidade para enfrentar a grave situação econômico-financeira, com o intuito de recuperar a capacidade de investimento do Estado; e **medidas estruturantes**, numa perspectiva de longo prazo, estabelecendo bases para um novo processo de desenvolvimento econômico e social sustentável para o Tocantins. O desafio é o de fazer mais e melhor com menos, mas, sobretudo, fazer o que deve ser feito para a criação de valor público. Isto implica em:

- **Impulsionar o foco estratégico.** É necessária absoluta clareza dos objetivos governamentais a serem alcançados, transpondo o terreno das intenções em resultados reais. Essa tarefa nada fácil, mas imperativa, implica em escolhas e deverá, naturalmente, levar em conta, sobretudo as prioridades atribuídas pela sociedade. Nesse sentido, foram realizados dez encontros regionais com a proposta de elencar desafios prioritários junto à sociedade civil organizada e elaborados os mapas estratégicos institucionais e o plano estratégico do Estado, que contribuem para o estabelecimento de diretrizes das políticas de Governo referentes ao quadriênio 2020 a 2023.

Um dos principais desafios, nesse quadriênio, é de institucionalizar o monitoramento e a avaliação dos resultados governamentais, com a geração de informações confiáveis sobre o desempenho de políticas, programas, objetivos, ações, produtos e serviços, promovendo aprendizado, melhoria contínua, transparência e otimização dos recursos.

- **Alinhar as estruturas implementadoras.** É necessário alinhar as estruturas implementadoras (o conjunto de órgãos e entidades governamentais e seus parceiros na sociedade) que serão os agentes geradores de resultados, pactuando com eles prioridades governamentais para fazer convergir planos e ações com a agenda de governo. Uma forma de se obter isso, mediante a contratualização de resultados, nos quais se identifica a contribuição de entes governamentais para a implementação da estratégia, é firmando um compromisso, entre a equipe de governo e o governante, baseado na definição clara de metas e ações. A contratualização também pode e deve ocorrer entre estruturas de governo e parceiros privados que, em determinados casos, possam reunir capacidades superiores em termos de qualidade e eficiência para executar políticas públicas com transparência e sob a supervisão do Poder Público.

- **Fortalecer, otimizar e adequar estruturas e processos**, tornando-os eficientes. Isto se dá com reestruturações, revisão e desburocratização de processos de trabalho, principalmente, daqueles que prestam serviços e atendimento aos cidadãos e empresas.

- **Valorizar e melhorar o desempenho das pessoas.** Este deve ser o objetivo maior de uma política de gestão de pessoas, servir de ideal para alinhar uma série de ações relacionadas à gestão de carreiras, remuneração, benefícios e capacitação. Nesse sentido, a formação de um quadro de pessoal adequado e comprometido com resultados requer um dimensionamento quantitativo e qualitativo da força de trabalho, o desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais e a introdução de sistemas de avaliação e remuneração baseados em resultados.

- **Promover a participação, o controle social e o combate ao desperdício dos recursos públicos**, tomando o governo mais permeável e acessível à população em geral.

2. Estrutura e Metodologia

O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, custeio e outros delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, de modo a promover o desenvolvimento integrado do Estado.

A cada quatro anos, com a proximidade do processo de elaboração do Plano, busca-se aprimorar o método de elaboração deste, de forma a torná-lo cada vez mais eficiente no atendimento das necessidades da sociedade tocantinense e mais útil para o processo de gestão governamental como um todo, sendo capaz de lidar com a ideia de priorização de objetivos e ações.

O Plano Plurianual (PPA) foi construído tendo como diretrizes: o plano de governo, proposto durante a campanha eleitoral do Governador Mauro Carlesse, o mapa estratégico do Estado, os planejamentos estratégicos institucionais da maioria das secretarias e entidades do Estado, levando-se em conta as políticas públicas legalmente constituídas e os resultados da participação da sociedade nos encontros regionais.

Diretrizes do PPA 2020-2023



O PPA 2020-2023 permitirá comunicar à sociedade os principais objetivos e metas do Governo do Estado de maneira simples e direta. É uma Administração Pública que valoriza a gestão para resultados com foco na melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

A construção do PPA 2020-2023 traz como elemento estrutural, programas em função de temas que desafiantes e não mais em função de pontuais problemas ou uma deficiência a ser superada. Busca-se incorporar ao planejamento estadual a dimensão estratégica, a lógica intersetorial das políticas públicas, tornando-o capaz de promover a atuação governamental na busca por resultados que impactem na sociedade.

O PPA 2020-2023 consolida uma visão estratégica, participativa e regionalizada para o planejamento governamental com base em uma visão de futuro para o Estado, apresentando grandes Eixos Temáticos do Governo e os princípios que deverão nortear o comportamento da Administração Pública Estadual.

O Plano também permite a participação da sociedade na sua elaboração, bem como o controle social através do processo de monitoramento e avaliação dos indicadores de resultados governamentais.

O PPA passa, nesse sentido, a ter como foco a organização da ação de governo nas dimensões estratégica e tática – e a LOA responde pela organização na dimensão operacional –, estruturado em Eixos Temáticos, Programas Temáticos, Programas de Manutenção e Gestão, Objetivos Setoriais (indicadores e metas) e Ações, como apresenta a figura abaixo:



Fonte: Sefaz 2019

Novos tempos, novos significados. Com a emergência de um novo contexto, o Estado necessariamente deverá ter um novo papel, de superações e parcerias, onde prioridade é a palavra chave.

Dessa maneira, o PPA vem a ser um instrumento de fácil leitura, com clareza ao colocar os objetivos, indicadores, metas e ações orçamentárias com foco em resultados para a sociedade.

2.1 Dimensão Estratégica do PPA 2020-2023

A base estratégica do Governo é representada por um conjunto de declarações que constituem a base sobre a qual se construirão os instrumentos de planejamento governamental. Representa a visão do Governo quanto ao processo de desenvolvimento do Estado do Tocantins e inclui o conjunto de compromissos do Governo com relação a esse processo de desenvolvimento. Integram a Base Estratégica a Visão de Futuro e os Objetivos Estratégicos, organizados por eixo de atuação do Governo.

A formulação da base estratégica exige a aplicação de técnicas de planejamento estratégico e envolve necessariamente o alto escalão do Governo do Estado, com a participação do Governador, Secretários e respectivas assessorias.

Com base no programa de governo legitimado no processo eleitoral, de estudos setoriais e de outros elementos de conhecimento da realidade e da capacidade de implementação das políticas públicas de âmbito estadual, foi formulada a estratégia do Governo, representada por três elementos fundamentais:

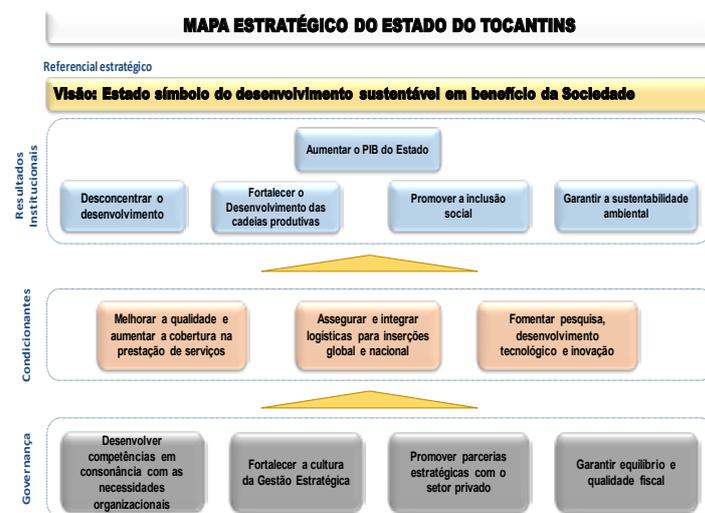
- **Visão de Futuro:** representa uma visão de longo prazo do processo de desenvolvimento. A Visão de Futuro será o ponto de partida para a formulação dos Objetivos Estratégicos do Governo. Associada à Visão de Futuro estão os Valores, ou seja, os princípios, normas tácitas ou padrões que norteiam a ação governamental. Mais do que um projeto de governo ou de Estado, a Visão deve se configurar como **um projeto de sociedade**.

- **Eixo de formulação e execução de políticas públicas:** eixos temáticos em torno dos quais o Governo organiza seus objetivos, especificados em:

- ✓ Saúde;
- ✓ Educação, ciência, tecnologia e inovação;
- ✓ Segurança pública, assistência social e direitos humanos;
- ✓ Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental;
- ✓ Infraestrutura, desenvolvimento regional e rede de cidades; e
- ✓ Gestão pública, participação social e diálogo federativo.

- **Objetivos Estratégicos** – conferem materialidade e significância à Visão de Futuro, apresentando a situação desejada no horizonte de vigência do PPA, observando-se os condicionantes políticos e financeiros, em busca dos quais a administração traçará suas linhas de ação. Os Objetivos Estratégicos são, acima de tudo, fatores de mobilização, de articulação e diretrizes para o alcance dos resultados das políticas públicas, podendo ser organizados a partir de áreas ou de eixos de atuação do Governo.

Essas declarações estratégicas foram apresentadas sob a forma de Mapa Estratégico como demonstra a figura a seguir:



Fonte: Sefaz 2019

A primeira perspectiva (Resultados) está baseada no tripé: qualidade de vida – desenvolvimento econômico – sustentabilidade e contempla objetivos estratégicos de inclusão social, equilíbrio regional, economia competitiva com valor agregado, cadeias produtivas e qualidade ambiental.

A segunda (Condicionantes) está orientada para a construção das viabilidades para o novo desenvolvimento e inclui objetivos de ampliação e melhoria da rede de serviços integrados (educação, saúde, segurança, emprego e renda, dentre outros), de garantia de logística e infraestrutura necessárias e de fomento à inovação e empreendedorismo.

A terceira (Governança) enfatiza a necessidade de fortalecer as capacidades de governo e de segmentos da sociedade para o provimento das condicionantes e para a promoção do desenvolvimento.

O PPA 2020-2023 do Governo do Tocantins consolida uma visão estratégica, participativa e regionalizada para o planejamento governamental e apresenta os seguintes princípios norteadores:



Fonte: Sefaz 2019

2.1.1. Matriz Estratégica

A matriz estratégica do PPA é composta por eixos e programas temáticos. Os programas temáticos, temas de políticas públicas, são agrupados no Poder Executivo e Outros Poderes, conforme o quadro a seguir:

PODER EXECUTIVO	
Eixos Temáticos	Programas Temáticos
Saúde	Integração de Ações e Serviços de Saúde
Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Educação de qualidade e formação cidadã
	Educação Tecnológica, Profissional e Superior
	Cultura
Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos	Ciência, Tecnologia e Inovação
	Segurança Cidadã
	Assistência Social
	Trabalho e Mercado
Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental	Juventude, Esporte e Lazer
	Direitos Humanos
	Desenvolvimento Agropecuário
Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades	Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos
	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
	Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação
	Transporte e Logística
Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo	Infraestrutura Pública
	Indústria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo
Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional	Planejamento, Orçamento e Gestão
	OUTROS PODERES
Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional	Desenvolvimento Estratégico
	Efetividade da Prestação Jurisdicional
Poder Independente	Justiça
	Modernização e Governança da Justiça
Poder Legislativo	Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos
	Justiça
Autônomos Essenciais à Justiça	Modernização e Governança da Justiça

2.1.2. Participação da Sociedade na Elaboração do PPA 2020-2023

A participação social tem sido importante método de atuação do Governo do Estado do Tocantins e pode ser entendido como mobilização da sociedade para debater, colaborar e propor ideias que conduzam o governo a maior efetividade e responsabilização.

O art. 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) estabelece que:

“Todo ser humano tem o direito de liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de expressar opiniões sem sofrer interferência e de pesquisar, receber e transmitir informações e ideias através de qualquer mídia e sem restrição de fronteiras”. (ONU, 1948).

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, as Consultas Públicas são:

“(…) processo de mão dupla. Não se trata simplesmente da condução de reuniões formais ou audiências públicas, mas sim de um processo que envolve duas ações: informar e ouvir. A consulta é o meio pelo qual um projeto engaja as pessoas e comunidades (...). É uma etapa essencial que pode determinar o êxito ou fracasso de qualquer projeto ou programa. (BID, 2013, p. 6)”

A Consulta Pública é um dos instrumentos da metodologia de elaboração do PPA, conforme dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000:

*“.....
I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;”(incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).*

Os princípios que nortearam a realização das Consultas Públicas foram:

- **Participação:** Todos os interessados têm o direito de participar da discussão pública, de acordo com a metodologia apresentada;
- **Impessoalidade:** O processo será conduzido sem prejudicar ou beneficiar determinadas pessoas ou grupos em particular;
- **Interesse Público:** O interesse social é maior do que o individual;
- **Legitimidade:** Representativa e transparente;
- **Motivação:** A administração pública apresentará claramente os fundamentos que embasam as demandas e prioridades para formulação do PPA 2020-2023; e
- **Transparência:** A divulgação será clara e abrangente.

Na condução das Consultas Públicas, pautou-se pelo respeito à diversidade, cordialidade, respeito e pela não influência dos participantes no momento de priorização nos grupos setoriais e na plenária geral.

O processo de articulação, mobilização e comunicação aconteceu de forma conjunta, com várias Secretarias do Estado, notadamente a da Fazenda e Planejamento, da Governadoria e Comunicação. Foram enviados ofícios e convites às Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, outras Instituições Públicas Federal e Estadual, Entidades Classistas, paraestatais, etc.

A mobilização dos atores locais e regionais aconteceu *in loco*, com antecedência, onde a equipe técnica da Secretaria da Fazenda e Planejamento convidava lideranças populares, políticas, empresariais e do terceiro setor, explicando a metodologia, a forma de participação e a importância da participação social nas consultas públicas e sua contribuição na formulação do PPA 2020-2023. Foram entregues *folders* e houve divulgação em redes sociais oficiais do Estado e nos meios de comunicação, ampliando a divulgação e informando a importância da participação da sociedade nos encontros regionais.

O Governo do Estado concedeu total apoio aos participantes garantindo sua atuação e bem-estar, utilizando, com planejamento e eficiência, os recursos financeiros, materiais e humanos destinados ao desenvolvimento dos trabalhos.

Antes da realização dos trabalhos de campo, mobilização e consultas regionais, a equipe técnica da SEFAZ e demais Secretarias do Estado foram capacitadas para desenvolver seus trabalhos com excelência.

A metodologia foi desenvolvida pela a equipe técnica da SEFAZ, bem como as soluções tecnológicas.

Foram definidos 06 (seis) Eixos Temáticos de discussões, com seus respectivos temas:

Eixos Temáticos	Temas
Saúde	Atenção Primária a Saúde (APS); Serviços Ambulatoriais e hospitalares (Atenção Especializada); Promoção da Saúde.
Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos	Segurança Pública; Assistência Social e Cidadania e Justiça.
Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo	Gestão da Captação de Recursos; Consórcios Públicos; Capacitações; Diálogos Federativos.
Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental	Agricultura familiar; Agronegócios; Desenvolvimento Industrial, Comercial e Turístico; Trabalho e Mercado; Cultura, Arte Popular e Eventos; Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Gestão Territorial.
Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação	Educação Básica, Tecnológica, Profissional e Superior; Juventude, Esporte e Lazer; Ciência, Tecnologia e Inovação.
Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades	Transporte e Logística; Habitação; Abastecimento de Água e Saneamento Básico; Desenvolvimento Regional; Energia; Infraestrutura das Cidades; Irrigação e Usos Múltiplos da Água.

Fonte: SEFAZ, 2019

Após estudos técnicos e debates com as equipes de planejamento dos órgãos setoriais foram apresentados 25 (vinte e cinco) desafios para as discussões nos Eixos Temáticos das consultas públicas.

Os desafios foram entendidos no contexto dos Eixos Temáticos, como orientações, guias, rumos. São linhas que definem e regulam um traçado ou um caminho a seguir. Desafios podem ser entendidos como as instruções ou indicações para se estabelecer um produto, uma ação, uma entrega.

As consultas públicas foram organizadas em duas etapas: a primeira, uma abertura institucional, com a presença do Chefe do Poder Executivo, Secretários de Estado, Legislativo Estadual, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores das Regiões. A segunda parte, quando se realizavam as discussões, os credenciados, a partir da sua inscrição,

participavam dos Eixos Temáticos. Nos Eixos Temáticos, a organização das discussões era conduzida por um moderador, um relator e especialistas nas áreas.

O moderador era responsável por incentivar a participação de todos, explicar a metodologia e a construção dos resultados esperados, o relator, designado para registrar a memória das discussões, responsável por fazer os ajustes de redação e auxiliar o moderador na condução dos trabalhos e os especialistas, responsáveis para esclarecer o tema dentro dos grupos e/ou dúvidas surgidas durante a consulta pública, sempre que solicitado.

Os participantes eram divididos em cada eixo temático, em subgrupos, para facilitar e, ao mesmo tempo, contemplar maior participação. Ao final dos debates, os participantes priorizaram o desafio que consideravam o primordial no seu Eixo Temático, por votação eletrônica, cada participante podendo votar uma única vez. Em seguida, na Plenária Final, eram apresentados os 06 (seis) desafios prioritários, para se eleger a "prioridade das prioridades" da respectiva região. Por indicação dos participantes dos Eixos Temáticos, eram escolhidos representantes para fazer a defesa da importância da eleição do desafio para a região; após as defesas, novamente os participantes votavam eletronicamente, uma única vez, com resultados apresentados logo em seguida.

A regionalização, bem como a definição dos municípios sedes das Consultas Públicas atenderam os critérios socioeconômicos, políticos, históricos e geográficos.

Foram realizadas 10 (dez) consultas públicas regionais, abrangendo os 139 municípios:



Fonte: Sefaz, 2019

• CONSULTAS PÚBLICAS

PPA 2020-2023 – Região Sul – Tocantins

A primeira consulta pública foi realizada na região Sul do Estado, no município de Gurupi, no dia 30 de abril de 2019, na Escola Estadual Centro de Ensino Médio Bom Jesus, com a participação de 323 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado, Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Sul	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alvorada 2. Formoso do Araguaia 3. Aliança do Tocantins 4. Araguaçu 5. Cariri do Tocantins 6. Crixás do Tocantins 7. Dueré 8. Figueirópolis 9. Gurupi 10. Jaú do Tocantins 11. Palmeirópolis 12. Peixe 13. Sandolândia 14. Santa Rita do Tocantins 15. São Salvador 16. Sucupira 17. Talismã

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado após os debates e o processo de votação eletrônica é o que segue:

1ª Prioridade Principal:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

Desafio: Desenvolver e ampliar as condições de trafegabilidade da malha rodoviária, pavimentando novos trechos e melhorando as condições das rodovias, a fim de garantir melhor eficiência do sistema rodoviário.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

Desafio: Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Desafio: Promover ações para a redução dos índices de violência contra a mulher.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

Desafio: Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

5ª Prioridade:

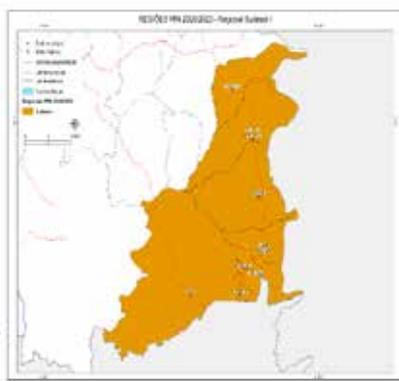
- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Realizar pesquisas e estudos para identificar potencialidades e entraves econômicos, sociais e ambientais regionais.

PPA 2020-2023 – Região do Sudeste I - Tocantins

A segunda consulta pública foi realizada na região Sudeste I, no município de Taguatinga, no dia 15 de maio de 2019, na Escola Estadual Professor Aureliano, com a participação de 450 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Sudeste I	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arraias 2. Aurora do Tocantins 3. Combinado 4. Lavandeira 5. Novo Alegre 6. Novo Jardim 7. Ponte Alta do Bom Jesus 8. Taguatinga

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

1ª Prioridade Principal:

- Eixo Temático: Saúde

Organizar a Rede de Atenção à Saúde (ênfase nas doenças crônicas: oncologia e nefrologia), principalmente de média e alta complexidade.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

Desafio: Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Valorizar os profissionais da Educação.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Desafio: Promover o acesso a estágio remunerado e ao primeiro emprego para estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e rede de cidades

Desafio: Apoiar a economia verde, criativa e os eixos culturais (folclore, danças, arte, música etc.) da base social municipal, utilizando seu potencial dinamizador do crescimento do capital social e econômico.

6ª Prioridade:

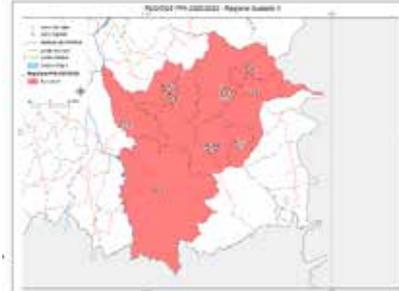
- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Fomentar a criação e fortalecimento dos consórcios públicos intermunicipais.

PPA 2020-2023 – Região Sudeste II - Tocantins

A terceira consulta pública foi realizada na região Sudeste II, no município de Natividade, na Escola Estadual Dr. Quintiliano da Silva, com a participação de 324 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Sudeste II	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Almas 2. Chapada da Natividade 3. Conceição do Tocantins 4. Dianópolis 5. Natividade 6. Paranã 7. Porto Alegre do Tocantins 8. Rio da Conceição 9. São Valério da Natividade 10. Taipas do Tocantins

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Saúde

Estadualizar o Hospital de Natividade em Porte 1.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

Desafio: Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Desafio: Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

Desafio: Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando à melhoria da infraestrutura urbana.

6ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.

PPA 2020-2023 – Região do Bico do Papagaio - Tocantins

A quarta consulta pública foi realizada na região do Bico do Papagaio, no dia 28 de maio de 2019, no município de Araguatins/TO, na Escola Estadual Aldinar Gonçalves de Carvalho, com a participação de 457 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

PPA 2020-2023 – Região do Bico do Papagaio - Tocantins

Região do Bico do Papagaio	Municípios
	1. Aguiarnópolis
	2. Ananás
	3. Angico
	4. Araguatins
	5. Augustinópolis
	6. Axixá do Tocantins
	7. Buriti do Tocantins
	8. Cachoeirinha
	9. Carrasco Bonito
	10. Darcinópolis
	11. Esperantina
	12. Itaguatins
	13. Luzinópolis
	14. Maurilândia do Tocantins
15. Nazaré	
16. Palmeiras do Tocantins	
17. Praia Norte	
18. Riachinho	
19. Sampaio	
20. Santa Terezinha do Tocantins	
21. São Bento do Tocantins	
22. São Miguel do Tocantins	
23. São Sebastião do Tocantins	
24. Sítio Novo do Tocantins	
25. Tocantinópolis	

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado após os debates e o processo de votação eletrônica é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Saúde

Organizar a Rede de Atenção à Saúde, com ênfase na rede cegonha, principalmente quanto aos serviços de média e alta complexidade.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Desafio: Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social (Novo Desafio).

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Construir, adequar e aparelhar as Unidades Escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, biblioteca, brinquedoteca, videoteca, aparelhos de som, multimídia e mobiliário adequado.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

Desafio: Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede De Cidades

Desafio: Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.

6ª Prioridade:

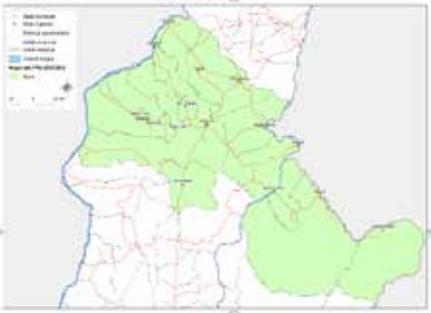
- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.

PPA 2020-2023 – Região Norte - Tocantins

A quinta consulta pública foi realizada na região Norte, no dia 18 de junho de 2019, no município de Araguaína/TO, na Escola Estadual José Alves de Assis, com a participação de 560 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Norte	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aragominas 2. Araguaína 3. Araguañã 4. Babaçulândia 5. Barra do Ouro 6. Campos Lindos 7. Carmolândia 8. Filadélfia 9. Goiatins 10. Muricilândia 11. Nova Olinda 12. Piraquê 13. Santa Fé do Araguaia 14. Wanderlândia 15. Xambioá

Fonte: Sefaz/DZEE

Região Jalapão	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Lizarda; 2. Lagoa do Tocantins; 3. Mateiros; 4. Novo Acordo; 5. Pindorama do Tocantins; 6. Ponte Alta do Tocantins; 7. Santa Tereza do Tocantins; e 8. São Félix do Tocantins.

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Valorizar os profissionais da educação, priorizando a gestão democrática da escola pública, a remuneração digna, plano de carreira efetivo e formação de qualidade.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

Desafio: Criação de uma clínica de recuperação de dependentes químicos para crianças e adolescentes.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede De Cidades

Desafio: Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Fortalecer a cooperação entre Estado e municípios visando estabelecer modelos de governança e gestão pública, voltada ao desenvolvimento de programas e projetos para captação de recursos.

6ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

Desafio: Avançar na remoção/solução de obstáculos jurídico-administrativos para concessão de áreas para atração e implantação de unidades produtivas - indústrias.

PPA 2020-2023 – Região Jalapão – Tocantins

A sexta consulta pública foi realizada na região do Jalapão, no dia 9 de agosto de 2019, no município de São Félix do Tocantins/TO, na Escola Estadual Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus, com a participação de 219 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

O resultado após os debates e o processo de votação eletrônica é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede De Cidades

Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

Desafio: Implementar políticas de desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, integrando-as regionalmente, considerando os aspectos materiais e imateriais da cultura local, patrimônio histórico, cultural e ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Construir, adequar e aparelhar as UEs de forma a integrar os ambientes físicos garantir a acessibilidade, capacitações dos profissionais, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedoteca, videoteca, aparelho de som, multimídia, notebook para professores, mobiliário adequado, valorizar os profissionais e seus auxiliares, ampliar e qualificar; garantia financeira para manutenção e reparação de frota.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Desafio: Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

Desafio: Fortalecer a atenção à saúde da mulher, na prevenção do câncer de colo de útero e mama, nos serviços de apoio, diagnósticos e terapêuticos.

6ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Fomentar a criação e fortalecimento dos consórcios públicos intermunicipais.

PPA 2020-2023 – Região Oeste – Tocantins

A sétima consulta pública foi realizada na região do Oeste, no dia 23 de agosto de 2019, no município de Paraíso do Tocantins/TO, na Escola Estadual José Alves de Assis, com a participação de 326 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Oeste	Municípios
	1. Abreulândia
	2. Araguacema
	3. Barrolândia
	4. Caseara
	5. Chapada de Areia
	6. Cristalândia
	7. Divinópolis do Tocantins
	8. Dois Irmãos do Tocantins
	9. Fátima
	10. Lagoa da Confusão
	11. Marianópolis do Tocantins
	12. Monte Santo do Tocantins
	13. Nova Rosalândia
	14. Oliveira de Fátima
	15. Paraíso do Tocantins
	16. Pium
	17. Pugmil

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Assegurar o repasse financeiro para oferta dos serviços e benefícios nos CRAS e CREAS, como porta de entrada para a Assistência Social.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares de forma a integrar os ambientes físicos, garantir a acessibilidade, climatização, cobertura das quadras poliesportivas; laboratórios de ciências, informática, parques infantis, refeitórios, bibliotecas, brinquedotecas, videoteca, aparelhos de som, multimídia, mobiliário adequado; aparato tecnológico que viabilize o monitoramento diário com câmeras.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

Desafio: Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

Desafio: Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Ampliar e reestruturar a gestão e infraestrutura da captação, beneficiamento e distribuição de água nos municípios.

6ª Prioridade:

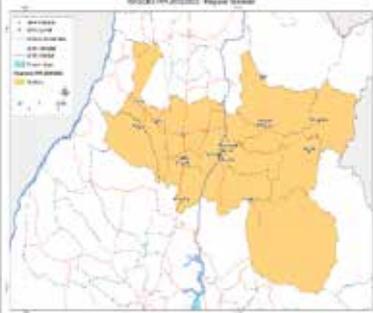
- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

Desafio: Proporcionar a regularização da produção da agricultura familiar para aumento da comercialização e distribuição pelo programa de aquisição de alimentos.

PPA 2020-2023 – Região Nordeste – Tocantins

A oitava consulta pública foi realizada na região do Nordeste, no dia 3 de setembro de 2019, no município de Guaraí/TO, na Escola Estadual Oquerlina Torres, com a participação de 350 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Nordeste	Municípios
	1. Bom Jesus do Tocantins
	2. Centenário
	3. Colméia
	4. Fortaleza do Tabocão
	5. Goianorte
	6. Guaraí
	7. Itacajá
	8. Pedro Afonso
	9. Pezeiro
	10. Recursolândia
	11. Rio dos Bois
	12. Rio Sono
	13. Santa Maria do Tocantins
	14. Tupirama

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Garantir cofinanciamento aos municípios dos serviços e benefícios socioassistenciais na proteção básica e especial.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

Desafio: Acessar e ampliar as especialidades na região, de acordo com as referências estabelecidas na Programação Pactuada e Integrada (PPI).

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Valorizar os profissionais da Educação de acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações (PCCR) e assegurar a realização de concurso público.

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

Desafio: Integrar a malha viária (asfalto, pontes, galerias, bueiros) para superar o difícil acesso aos municípios e comunidades, e viabilizar a estratégia de integração do Estado e seu processo de produção e consumo.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

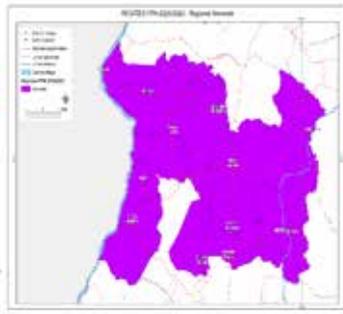
Desafio: Avançar na remoção/solução de obstáculos jurídico-

administrativos para concessão de áreas para atração e implantação de unidades produtivas - indústrias, comércio e serviços, bem como na regularização fundiária urbana e rural.

PPA 2020-2023 – Região Nordeste - Tocantins

A nona consulta pública foi realizada na região do Noroeste, no dia 13 de setembro de 2019, no município de Colinas do Tocantins/TO, na Escola de Tempo Integral Ernesto Barros e contou com a participação de 349 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença de Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Noroeste	Municípios
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arapoema 2. Bandeirantes do Tocantins 3. Bernardo Sayão 4. Brasilândia do Tocantins 5. Colinas do Tocantins 6. Couto de Magalhães 7. Itapiratins 8. Itaporã do Tocantins 9. Juarina 10. Presidente Kennedy 11. Palmeirante 12. Pau d'Arco 13. Tupiratins

Fonte: Sefaz/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Saúde

Qualificar a rede pública hospitalar, nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de eficiente regulação.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Desafio: Assegurar o repasse financeiro para a oferta dos serviços e benefícios na proteção social básica e especial.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Valorizar os profissionais da Educação.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

Desafio: Fortalecer a gestão de Política Estadual de Educação Ambiental, ampliando a rede de assistência técnica à agricultura familiar, com técnicas sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural.

6ª Prioridade:

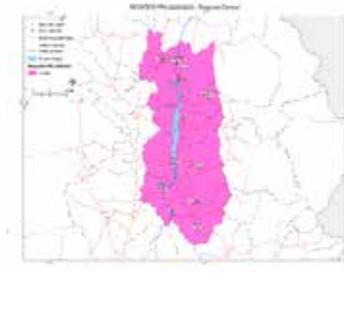
- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

Desafio: Ampliar o investimento e estabelecer parcerias com os municípios para a manutenção de estradas vicinais.

PPA 2020-2023 – Região Central - Tocantins

A décima consulta pública foi realizada na região do Central, no dia 20 de setembro de 2019, no município de Palmas/TO, na Escola de Tempo Integral Elizângela Glória Cardoso, contando com a participação de 928 pessoas credenciadas.

A abertura oficial aconteceu com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado Mauro Carlesse, Secretários de Estado; Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, Prefeitos e Vereadores da Região.

Região Central	Municípios
	<p>Central</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aparecida do Rio Negro 2. Brejinho de Nazaré 3. Ipueiras 4. Lajeado 5. Miracema do Tocantins 6. Miranorte 7. Monte do Carmo 8. Palmas 9. Porto Nacional 10. Santa Rosa do Tocantins 11. Silvanópolis 12. Tocantínia

Fonte: SEFAZ/DZEE

O resultado, após os debates e o processo de votação eletrônica, é o que segue:

1ª PRIORIDADE PRINCIPAL:

- Eixo Temático: Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

Aumentar o efetivo e qualificar os profissionais de Segurança Pública.

2ª Prioridade:

- Eixo Temático: Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Desafio: Construir, adequar e aparelhar as unidades escolares e universidade, atendendo às normas de segurança para emissão do alvará do corpo de bombeiros, de forma a integrar os ambientes físicos, garantir acessibilidade, climatização, cobertura de quadras poliesportivas, cozinhas adequadas conforme as normas do PNAE e vigilância sanitária, laboratório de ciências, informática, refeitório, auditório, bibliotecas, multimídias, mobiliário e equipamentos de som e vídeo, transporte escolar.

3ª Prioridade:

- Eixo Temático: Saúde

Desafio: Fortalecer a Atenção Básica no município para que seja mais resolutiva.

4ª Prioridade:

- Eixo Temático: Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

Desafio: Proporcionar a regularização da produção da Agricultura familiar no que se refere à regularização sanitária, fundiária e ambiental para ter produtos de qualidade.

5ª Prioridade:

- Eixo Temático: Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

Desafio: Apoiar os municípios na regularização fundiária urbana e rural.

6ª Prioridade:

- Eixo Temático: Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

Desafio: Ampliar o acesso à moradia digna, serviços de saneamento básico, ações de mobilidade e acessibilidade urbana.

2.2 Dimensão Tática

Define caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública. Vincula os Programas Temáticos para consecução dos objetivos assumidos, que resultaram em ações responsáveis pelas entregas e produtos que impactaram nos resultados definidos.

2.2.1. Gestão do Plano Plurianual

A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência e eficácia, compreendendo a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de objetivos e ações.

Por meio de um sistema PLANEJA, desenvolvido pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, todos os indicadores, objetivos e ações incluídas no PPA serão acompanhados trimestralmente. Ao acessar o sistema, será possível visualizar o andamento dos objetivos por meio dos indicadores e metas e a execução orçamentária no que se refere a metas físicas e financeiras para cumprimento de cada ação e produtos a serem entregues.

As informações presentes no PPA são utilizadas como subsídios para a elaboração da LOA de 2020 e anos subsequentes, ao que ambos seguem o conceito da gestão para resultados.

2.2.2. Regionalização do Plano

A dimensão territorial do planejamento tem ocupado maior destaque no planejamento governamental, especialmente a partir do final da década de 1980 quando, no Brasil, a pauta do planejamento foi retomada. Em grandes linhas, a valorização do território se deve ao fato de que é nele que se materializam as relações entre indivíduos e grupos sociais e a decorrente necessidade de aproximar as ações do Estado das regiões, dando mais transparência e foco às ações públicas.

A vinculação da programação pública com o território está proposta nas Constituições Federal e Estadual, determinando que a lei que aprovar o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública.

A regionalização do Plano é efetivada por meio das metas dos objetivos, permitindo assim que se tenha maior transparência nas ações públicas, na medida em que a população pode conhecer detalhes do que foi programado para sua região.

Também qualifica o controle do gasto e a avaliação do público, uma vez que evita que seja elaborada uma programação genérica, comprometendo os gestores com o que foi programado.

Importante mencionar que outros Órgãos estaduais possuem regionalização de suas ações, distintas da apresentada pela SEFAZ, a qual será utilizada como referência na regionalização do PPA 2020/2023.

2.2.3. Programas Temáticos

Retrata, no Plano Plurianual 2020-2023, a agenda de governo, organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multisetorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em objetivos e ações.

Os programas temáticos do PPA 2020-2023 foram estruturados de modo a atender os desafios prioritários definidos na base estratégica alinhadas ao seguinte cenário macroeconômico e agrupados nos seguintes Eixos Temáticos:

2.2.3.1. Saúde

Com a missão de "Promover, organizar e implementar políticas públicas de saúde, no Estado de Tocantins, na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, com integralidade do cuidado à população" a Secretaria da Saúde construiu seu Mapa Estratégico, com os seguintes objetivos, para os próximos dez anos:

Na perspectiva da sociedade:

1) reduzir a morbimortalidade por trauma, causas evitáveis e materno-infantil;

2) propiciar longevidade saudável à população tocantinense.

Na perspectiva de processos:

1) integrar a vigilância em saúde e atenção primária na realização de ações de promoção, prevenção e controle de riscos de doenças e agravos;

2) aprimorar a gestão hospitalar sob a lógica da Rede de Atenção à Saúde - RAS;

3) promover o modelo de atenção à saúde com o fortalecimento da atenção primária;

4) fortalecer a regionalização como diretriz organizativa do Sistema Único de Saúde - SUS;

5) promover a capacidade de gestão e operacionalização da saúde no território.

Na perspectiva da gestão, regionalização e controle social:

1) fortalecer a participação do controle social;

2) fortalecer a gestão profissional e a educação na saúde;

3) desenvolver a cultura de planejamento, fortalecendo o processo organizacional, com controle, direção e abordagem estratégica.

Na perspectiva financeira:

1) garantir autonomia plena da gestão do Fundo Estadual de Saúde pela Secretaria da Saúde;

2) ampliar o investimento em infraestrutura em saúde no Tocantins;

3) assegurar a suficiência orçamentária e financeira para as ações e serviços de saúde.

O território tocantinense apresenta desafios a serem superados no que diz respeito à regionalização da saúde, pois grande parte dos municípios é de pequeno porte e necessita de estrutura econômica e social sustentáveis para que se efetive a saúde como direito social conquistado com a implantação do Sistema Único de Saúde - SUS, cuja garantia constitucional à saúde seguiu a trilha do Direito Internacional, abrangendo a perspectiva promocional, preventiva e curativa da saúde, impondo ao Estado o dever de tornar possível e acessível à população o tratamento que garanta senão a cura da doença, ao menos, uma melhor qualidade de vida.

No Estado do Tocantins, 129 municípios possuem até 20.000 habitantes (92,81% dos municípios); 3 municípios possuem de 20 a 30 mil habitantes (2%); 5 municípios possuem de 30 a 90 mil habitantes (4%); e apenas 2 municípios possuem população acima de 100 mil habitantes (1%).

Na atualidade, a configuração territorial da saúde está organizada em 8 Regiões, consoante o Decreto Federal nº 7.508/2011, sendo elas: Bico do Papagaio, Médio Norte Araguaia, Cerrado Tocantins Araguaia, Cantão, Capim Dourado, Amor Perfeito, Ilha do Bananal e Sudeste, conforme descrito na tabela a seguir, as quais conformam 2 Macrorregiões, com os seguintes referenciais:

- Na oncologia: quimioterapia (ambulatorial e hospitalar); radioterapia (ambulatorial e hospitalar); cirurgia oncológica;
- A cardiologia: cirurgia cardíaca;
- Materno infantil: parto de alto risco;
- UTI Neonatal tipo II - recém-nascido grave ou potencialmente grave e Leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Convencionais - UCINCo e Unidade de Cuidados Intermediários Canguru - UCINCa.

População do Estado do Tocantins por Região de Saúde, 2010, 2015 e 2018.

Região de Saúde	Macrorregião	Área (km²)	Quant. de Município	População (IBGE)			Distância em Km da Referência Regional		
				2010	2015	2018	Menor	Maior	Média
Capim Dourado	Macrorregião Sul	29.569,88	14	301.576	348.719	367.642	55	336	144
Cantão		41.638,07	15	114.648	125.432	128.688	23	248	87
Amor Perfeito		36.770,94	13	103.350	109.690	110.751	41	180	90
Ilha do Bananal		53.785,26	18	171.546	181.698	183.258	21	268	110
Sudeste		36.418,80	15	92.376	97.484	98.129	30	213	111
Soma/ Média		198.183,94	75	783.496	863.023	888.468	34	249	109

Cerrado Tocantins Araguaia		32.872,01	23	146.205	157.586	160.425	51	210	108
Médio Norte Araguaia	Macrorregião Norte	32.255,06	17	262.650	289.511	298.152	36	297	95
Bico do Papagaio		14.128,75	24	191.094	205.006	208.184	16	158	79
Soma / Média		79.256,82	64	599.949	652.103	666.761	34	222	94
TOTAL		277.438,76	139	1.383.445	1.515.126	1.555.229			

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins - IBGE/ SES-TO. * Tribunal de Contas da União, TC 029.742/2017-0. Para verificar, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 58431472.

As regiões de saúde Capim Dourado e Médio Norte, em termos populacionais, são as duas regiões mais populosas, com 367.642 e 298.152 habitantes, respectivamente, em 2018. Entre os anos de 2010, 2015 e 2018, em números absolutos, todas as regiões tiveram crescimento populacional, mas a distribuição da população, em termos relativos, demonstra que as regiões do Capim Dourado e Médio Norte sofreram discreto acréscimo e as outras 6 regiões com discreto decréscimo. Em 2010, as regiões Capim Dourado e Médio Norte concentravam 40,78% da população; em 2015, apresentavam 42,12%; em 2018, concentram 42,81% dos habitantes do Estado.

A regionalização, um dos princípios que orientam a organização do SUS, constitui um dos seus eixos estruturantes devendo orientar a descentralização das ações e serviços de saúde, identificando e constituindo espaços territoriais nos quais são desenvolvidas as ações de atenção à saúde, objetivando alcançar maior resolutividade e qualidade nos resultados, assim como maior capacidade de cogestão regional.

Apesar de o Estado ter uma das mais altas coberturas de atenção básica do país, ainda possui um grande número de internações sensíveis à atenção primária, com 31,3%, em 2018, e baixa cobertura de homogeneidade das vacinas de rotina, com 53,5%, em 2018.

O fortalecimento da atenção básica no Tocantins possui como desafios a constante necessidade de qualificação, apoio institucional, monitoramento e avaliação da estratégia, visando não apenas ampliar as equipes, mas dar qualidade a ações e serviços relativos aos ciclos de vida (homem, adolescente, mulher, criança, adulto, idoso), garantindo assistência e promoção da saúde às famílias tocaninenses.

Mesmo com as inúmeras iniciativas tomadas pelas três esferas de governo, o SUS ainda não alcançou plenamente seus princípios de universalização do acesso e integralidade à questão da saúde, porém muito se avançou principalmente na redução da mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida. Destaca-se que a Taxa de mortalidade infantil não está crescendo no Estado.

O Tocantins continua endêmico para as doenças transmissíveis como dengue, leishmaniose e hanseníase.

No ano de 2018, foram confirmados 1.894 casos de dengue num universo de 7.647 notificações, totalizando 24,7% dos casos.

A hanseníase apresenta elevado número de casos e, por esse motivo, o Tocantins ainda é considerado hiperendêmico, segundo o parâmetro nacional, ficando em 2º lugar no *ranking* nacional, com uma incidência de 66,9/100.000 hab em 2018.

Com relação à leishmaniose visceral, em 2018, foram notificados 234 casos novos.

O Estado deve manter a vigilância constante dos casos de tuberculose, malária, febre amarela e meningites, bem como dar continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro (*o barbeiro*), além da tendência de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

Outros aspectos importantes a serem considerados são: a execução de atividades voltadas para a vigilância da saúde do trabalhador; vigilância da qualidade da água para consumo humano; vigilância de populações expostas a poluentes atmosféricos; vigilância da exposição humana a áreas contaminadas por contaminantes químicos, além do acompanhamento de riscos decorrentes de desastres naturais e de impactos ambientais gerados por empreendimentos potencialmente poluidores que se instalam no Estado.

Fundamentais também são as ações de vigilância sanitária com inspeção, fiscalização, atividades educativas direcionadas à população e ao setor regulado, bem assim o atendimento de denúncias.

A função básica de realizar o diagnóstico laboratorial oportuno, seguro e rápido, a fim de contribuir para o controle epidemiológico e sanitário da população, vem sendo executada pelo Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN-TO, em

Palmas-Capital, referência no Estado, com uma unidade descentralizada na Região Macronorte, localizada na cidade de Araguaína.

A realidade no Tocantins apresenta uma forte característica executora de ações e serviços de saúde de média complexidade ambulatorial e hospitalar, quando comparada com o que é determinado legalmente, pois, compete à gestão estadual, no caso da assistência, garanti-la no nível da alta complexidade, conforme estabelece o art. 17, inciso IX, da Lei Federal nº 8.080/1990.

Baseando-se nessa realidade, o Governo do Estado do Tocantins coopera com os municípios ao assumir a gestão e gerência de serviços de média complexidade ambulatorial e hospitalar prestada municipal e regionalmente, além da cessão de Recursos Humanos para a atenção básica, exercendo papel preponderante na oferta de ações e serviços de saúde diretamente à população, por meio da administração direta de uma rede de serviços estaduais de saúde, hospitalares e ambulatoriais - provimento consistente de assistência à saúde.

Em 2018, a Secretaria da Saúde executou em seus 18 hospitais regionais, que funcionam de "porta aberta", 78% dos procedimentos hospitalares e realizou 12.826 (64%) dos 19.920 partos que ocorreram na rede pública de serviços do SUS.

Na rede de assistência ambulatorial e hospitalar, as estruturas existentes ainda são insuficientes para atender as necessidades de saúde da população. A maior parte dos ambulatórios estão dentro dos 18 Hospitais Regionais Estaduais localizados em 15 cidades distintas, dos quais 4 são de alta complexidade (Hospital Geral de Palmas, Dona Regina, Hospital Regional de Gurupi e o Hospital Regional de Araguaína). Esses hospitais são gerenciados diretamente pela Secretaria da Saúde e demandam um volume significativo de recursos de todas as naturezas, sendo o maior deles o de Recursos Humanos. Os 18 hospitais concentram 85% dos profissionais com vínculo na Secretaria.

Mas, a gestão do sistema estadual de saúde não se restringe, nem se limita à gestão hospitalar. Quando se trata de vigilância da saúde, 100% da população deve ser assistida pelos serviços relacionados às práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e aos mecanismos adotados para prevenção de doenças. O Estado deve atuar também no campo da vigilância epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador, utilizando-se das estratégias das políticas da atenção básica, apoiando também aos municípios.

Porém, essas obrigações encontram o desafio de equilibrar os recursos destinados à saúde em razão da distribuição da aplicação, já que, em média, 79%¹ dos Recursos Próprios destinam-se para Pessoal.

A Rede de Atenção às Urgências - RAU, no Estado, possui 8 centrais de Urgência e Emergência com Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, nas cidades de Palmas, Araguaína, Gurupi, Lajeado, Paraíso, Novo Acordo, Miranorte e Porto Nacional, com uma cobertura populacional de cerca de 491.537 mil habitantes, além dos serviços de Pronto Socorro da Rede Hospitalar própria estadual e de 5 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, como desafio a manutenção desses serviços já existentes.

O Tocantins, desde 1996, começou a estruturar a Rede de Atenção Psicossocial com a abertura de 4 NAPS - Núcleo de Apoio Psicossocial. Hoje, esta rede conta com 8 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I, 2 CAPS II e 1 CAPS AD - Álcool e Drogas, 1 Unidade de Saúde Mental em Hospital Geral, propondo-se implantar as atividades terapêuticas de Saúde Mental - USM em 5 dos 18 hospitais regionais do Estado, ampliando assim esta rede.

Os serviços de hemoterapia do Tocantins encontram-se estrategicamente localizados nas regiões que possuem serviços hospitalares de média e alta complexidade. A Hemorrede do Tocantins é constituída por 1 Hemocentro Coordenador, 1 Hemocentro Regional, 1 Núcleo de Hemoterapia, 2 Ambulatórios de Hematologia, 2 Unidades de Coleta e Transfusão, 1 Unidade de Coleta; 14 Agências Transfusionais Intra-hospitalares, cujos serviços de produção e distribuição são integralmente públicos. Aos serviços hemoterápicos, compete dar o devido cumprimento ao dever do Estado de fornecer sangue com segurança e qualidade. Para isso, este Plano tem como propósito a gestão da qualidade em suas unidades e, conseqüentemente, a certificação ISO 9001, visando alcançar os níveis de excelência necessários para se tornar referência em assistência hematológica e hemoterápica, respeitando o meio ambiente.

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e uso racional. A assistência farmacêutica e insumos estratégicos estão estruturados em três componentes: (I) assistência farmacêutica básica; (II) assistência farmacêutica para programas estratégicos; e (III) assistência farmacêutica especializada. A priorização neste Plano consta em viabilizar o cofinanciamento estadual a este componente.

¹ Quando analisado os Recursos Totais a média de destinação é de 65%.

A operacionalização de ações e serviços deve ser vista e revista com cuidado, mesmo com os avanços inquestionáveis ocorridos na melhoria do acesso à saúde no Estado, com o aumento do número de consultas de pré-natal, redução da mortalidade infantil e o sucesso no controle da malária.

Por fim, constitui-se também em prioridades o fortalecimento da gestão e do planejamento estratégico, a qualificação de pessoal, o redesenho do modelo assistencial em Redes, pautado na hierarquização e descentralização integradas, tendo como eixo a regionalização dos serviços de saúde. Tais ações visam à ampliação do acesso à população, com uma boa articulação nos níveis assistenciais e de gestão, com a pactuação entre Estado e Municípios, de metas contidas neste Plano, com a participação do controle social, voltados a contribuir para o alcance da visão da Secretaria, que é "ser a referência em saúde pública na Região Norte do País até 2030".

2.2.3.2. Segurança pública, assistência social e direitos humanos

I - Polícia Investigativa

A criminalidade violenta constitui um grande problema econômico, uma vez que afeta o preço dos bens e serviços, além de contribuir para inibir a acumulação de capital físico e humano, bem como o desenvolvimento de determinados mercados (Cerqueira, 2014). No que tange à esfera fiscal, importantes e escassos recursos do Estado são drenados para lidar com o enfrentamento e com as consequências da violência. O Estado é obrigado a gastar mais para manter o seu sistema de segurança pública e prisional, além de gerar impactos no sistema público de saúde e de assistência social para atender as vítimas de violência.

Taxas de homicídios	Ano por 100 mil habitantes										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Geral	16,6	18,5	22,4	23,6	25,8	26,7	23,6	25,5	33,2	37,9	35,9
Jovens - 15 a 29 anos	23,5	30,2	33,1	43,4	38,9	44,1	36	45,4	58,6	67,4	72,4
Jovens homens - 15 a 29 anos	40,6	53,8	57,7	76,5	65,3	78,6	60	82,4	108,2	124,9	133,5
Mulheres	4,1	3,1	4,5	4,8	6,8	6,6	5,3	4,7	6,4	6	5
Mulheres não negras	1,1	2,5	4,7	1,6	5,4	5,2	4,4	3,7	4,6	5,7	3,5
Mulheres negras	5,3	3,4	4,6	6	7,2	7,3	5,3	5	6,6	5,1	5,3
Negros	19,1	18,6	22	26,8	27,7	27,6	23,1	25,6	32,5	38,5	37,7
Não negros	9,1	12,8	16,4	11,4	16,1	17,5	21,7	21,7	30,3	28,9	27,1

Nota: número de mulheres negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de mulheres não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas; todos os ignorados não entraram nas contas.

Fonte: Atlas da Violência 2019 - IPEA e FNPS.

Taxas de homicídios	Ano por 100 mil habitantes		
	Variação %		
	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
Geral	116,0%	34,4%	-4,5%
Jovens - 15 a 29 anos	207,7%	64,1%	7,3%
Jovens homens - 15 a 29 anos	228,7%	69,9%	6,9%
Mulheres	21,2%	-25,2%	-16,6%
Mulheres não negras	208,7%	-32,4%	-37,4%
Mulheres negras	0,5%	-27,2%	4,1%
Negros	98,0%	36,9%	-2,0%
Não negros	199,0%	54,8%	-6,1%

Nota: número de mulheres negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de mulheres não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas; todos os ignorados não entraram nas contas.

Fonte: Atlas da Violência 2019 - IPEA e FNPS

É importante frisar que esses índices se referem aos dados oficiais do Ministério da Saúde e aos Boletins de Ocorrência das Polícias Militar e Civil do estado do Tocantins. Os dados da Segurança Pública e Saúde contam com metodologias distintas, isso significa que os dados de ambas as fontes nunca serão iguais, mas os mesmos precisam ser congruentes. O Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública é muito recente, criado em 2012, diferente do Sistema de Saúde. Por fim, uma rápida comparação entre esses dados indica que ambos os registros têm caminhado no mesmo sentido.

Em relação aos índices apresentados, verifica-se a alta letalidade de jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, principalmente do sexo masculino. Essa situação gera fortes implicações sobre o desenvolvimento econômico e social, pois o cenário atual aponta para uma profunda transição demográfica de nossa sociedade, rumo ao envelhecimento da população e diminuição da população economicamente ativa.

Por outro lado, evidencia-se a perspectiva multifatorial da criminalidade e o envolvimento precoce de jovens nesse processo, bem como o fortalecimento e crescimento das facções criminosas que se articulam nas regiões norte e nordeste do País, em razão de processos migratórios desses grupos. A falta de oportunidades e perspectivas de vida para esses jovens contribui para um cenário de vulnerabilidade social, o que fomenta a criminalidade e demonstra a necessidade de

implementação de políticas de segurança cidadã, que levem em consideração a multicausalidade da violência.

Dessa forma, os dados aqui apresentados explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios entre jovens, principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais. Nesse ponto, é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho.

Diante dos números apresentados, a presente gestão tem em curso uma política de segurança pública voltada para a redução da criminalidade e promoção da cultura de paz. Tendo como norte essas diretrizes, vem desenvolvendo variadas ações de prevenção à violência no estado do Tocantins, bem como viabilizando o fortalecimento institucional por meio do reaparelhamento das unidades físicas e da valorização dos profissionais de segurança pública.

Esforços institucionais se iniciaram com a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - PESSE e refletem um cumprimento de dever da Administração Pública, principalmente no que se refere à sua responsabilidade em instituir diretrizes sólidas e transparentes para suas organizações. O PESSE visa estabelecer as ações necessárias ao atendimento das demandas sociais e institucionais. Torna-se, dessa forma, condição indispensável para se pensar em ações efetivamente planejadas e integradas dos órgãos do Sistema de Segurança Pública. Acredita-se, assim, que por meio da regulamentação das políticas públicas, as instituições envolvidas na garantia e proteção dos direitos da sociedade poderão consolidar a difusão da perspectiva da prevenção e cultura de paz.

É fundamental que todas as ações previstas em um planejamento estejam expostas e organizadas por instrumentos regulamentares. Isso possibilita a previsibilidade, transparência e responsabilização na execução das ações de todas as instituições e profissionais envolvidos no processo.

Recentemente, um conjunto de políticas públicas de segurança passou a aderir ao princípio da Regionalização na organização de suas ações como forma de melhor orientar suas intervenções. Inspirados nos resultados positivos a partir da regionalização, principalmente no que se refere à redução de indicadores criminais e aumento da sensação de segurança dos espaços, as instituições que compõem o PESSE avançaram no sentido de constituir, de igual forma, suas respectivas regiões e áreas integradas. Nesse modelo é possível o acompanhamento próximo do contexto criminal da região e a melhor compreensão das demandas locais.

Usualmente, a regionalização integrada serve, ainda, para a implementação de Sistemas Integrados de Metas. Viabiliza, dessa forma, a possibilidade de instituição de uma gestão por resultados, por meio da execução de rotinas de reuniões de acompanhamento de indicadores e de análise criminal.

Indicadores a serem acompanhados: Homicídio doloso, latrocínio; lesão corporal seguida de morte; roubos a transeuntes; roubo e furtos de veículos, comércio, transportes públicos e residências.

Para se obterem resultados, não basta a instituição traçar seus objetivos, a metodologia para o alcance das metas e as fórmulas e cálculos de avaliação das ações. É necessário que se preveja, de forma exequível, todo o caminho para a implantação das atividades, bem como as instâncias responsáveis pela sua execução e acompanhamento. Não há como obter bons resultados sem prever adequadamente os programas, projetos e ações e os responsáveis por sua garantia, em todas as etapas de formulação, implantação e avaliação.

Para tanto, foi criado o Conselho Estadual de Segurança Pública, instituído pela Lei Estadual 3.479, de 25 de junho de 2019, órgão colegiado permanente, que tem função consultiva, sugestiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública e defesa social. Compete a ele propor diretrizes para as políticas públicas de segurança e defesa social, com vistas à prevenção da violência e repressão qualificada da criminalidade. O Conselho, composto por todos os membros integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, sociedade civil e entidades representativas de categorias profissionais, terá a responsabilidade de monitorar de forma contínua e eficaz o processo de implementação das políticas de Segurança Pública, bem como de aconselhar as melhores formas de condução das ações.

O Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins - FUSPTO, foi instituído pela Lei 3.517, de 5 de agosto de 2019, com o objetivo de garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e prevenção à violência, alinhados às diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Plano de Segurança Pública do Estado do Tocantins. O FUSPTO tem a finalidade de prover, em caráter complementar, recursos financeiros objetivando a modernização, o fortalecimento institucional, o

reequipamento, a manutenção e a aquisição de bens de consumo e serviços para o Sistema de Segurança Pública do Estado do Tocantins.

II - Polícia Preventiva

Notadamente, o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento que estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para a administração pública, incluindo as despesas de capital e outras delas decorrentes, além dos programas de duração continuada (Constituição Federal/1988, art.165, §1º).

Nessa temática, modernamente, percebe-se a necessidade de se adotar uma perspectiva sistêmica do planejamento que reconhece a primazia das ações políticas, mas também valoriza os elementos técnicos e busca ampliar os canais da participação social e as parcerias institucionais para reforçar as capacidades e ampliar a governabilidade para a implantação de um projeto político e estratégico que atenda aos anseios sociais.

Nesse contexto, destaca-se, como principais avanços, um melhor controle da execução dos recursos, a redução no número de ações temáticas do órgão e o alcance do objetivo, qual seja, a redução substancial nas taxas de crimes contra o patrimônio, constatado na observação do indicador.

Noutro vetor, a perspectiva, para o próximo quadriênio, é pautar as ações na legalidade, eficiência e economicidade, alinhadas com a política estabelecida pelo governo estadual na área de segurança pública. Além disso, pretende-se buscar diminuir o número de ações temáticas e aumentar a captação de recursos de fontes não ordinárias, visando alcançar o cumprimento das metas de maneira eficaz e, consequentemente, preservar a ordem no território do Tocantins através de um policiamento ostensivo de excelência oferecido à população.

III - Cidadania e Justiça

Atualmente, a Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor - PROCON/TO, tem como escopo a agilidade na resolução das demandas e projeção para que as atividades do órgão alcancem um número ainda maior de consumidores em todos os municípios de nosso Estado. Todo o respaldo para a resolutividade das ações, sejam de atendimento, educação ou fiscalização, conta diretamente, com o trabalho de 11 núcleos instalados nos municípios de Palmas (Centro e Taquaralto), Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis, Guaraí, Colinas do Tocantins, Araguaína, Tocantinópolis, Araguatins e Paraíso do Tocantins.

No intuito de proporcionar melhores condições físicas e otimizar o atendimento aos usuários, para o período de 2020 a 2023, é necessário o incremento de servidores, equipamentos eletrônicos e de informática, capacitações técnicas aos servidores, aquisição de veículos, mobiliário e ar condicionado para os núcleos regionais. Está prevista também a implantação do Sistema Eletrônico de Processos e digitalização dos processos físicos.

O Sistema Penitenciário e Prisional - SISPEN/TO, vinculado à Secretaria da Cidadania e Justiça, passou por transformações e melhorias no período 2018-2019 e desenvolveu uma reestruturação e reaparelhamento nos setores do Departamento Penitenciário e Prisional. Para o período 2020-2023, é necessário o incremento de servidores, com a aprovação do projeto de lei que altera e aumenta a quantidade de vagas para Agentes de Execução Penal, bem como a nomeação dos servidores remanescentes do cadastro reserva do último concurso. Planeja-se a realização de novo concurso de servidores para o sistema penitenciário, aquisição de viaturas para escolta de presos, bem como a implementação de videoconferências para audiências de custódia. Importante destacar a continuidade e manutenção dos valores para Construção do Presídio de serra do Carmo (processo ainda em fase inicial) e do Centro de treinamento para servidores do Sistema Penitenciário.

O Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente elabora, coordena e gerencia a política estadual de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e de atendimento socioeducativo. A política de atendimento socioeducativo se dá por meio da gestão de unidades socioeducativas que visam a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, proporcionando ao adolescente em conflito com a lei meios efetivos para sua ressocialização, como educação, cultura, esporte, lazer, saúde, segurança e profissionalização.

No decurso dos últimos anos, várias ações foram desenvolvidas para fortalecer o sistema de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre estas, modernização da estrutura organizacional, posse e formação continuada de servidores efetivos, e reformas do Centro de Internação Provisória da Região Sul - CEIP SUL, e do Centro de Atendimento Socioeducativo. Para o próximo quadriênio, pretendemos ser referência na proteção dos direitos das crianças e adolescentes do norte do Brasil, projetando em todas as áreas o fortalecimento de nossa política. A

Gerência de Promoção dos Direitos da Primeira Infância realizará a instituição do Comitê Intersetorial da Primeira Infância, elaboração do Plano Estadual para Primeira Infância e a implantação da política no Tocantins.

Para alavancar o Sistema socioeducativo, será concluída a reforma do Centro de Atendimento Socioeducativo de Palmas, bem como o aparelhamento das unidades socioeducativas e aquisição de veículos. Quanto à estrutura, será realizada a construção das unidades de semiliberdade masculino e feminino de Palmas, construção da unidade de Araguaína, que será um complexo que comportará a necessidade de internação, bem como os adolescentes que aguardam decisão judicial em internação provisória. Outro enorme avanço projetado é a profissionalização dos adolescentes dentro da unidade, oportunizando trabalho e renda para os adolescentes que cumprirem medida socioeducativa.

Ainda na parte estrutural, teremos a construção da Escola Superior de Formação e Qualificação Profissional, onde ocorrerá capacitações e treinamento para os servidores, com espaço e qualidade. Almejamos também a construção do Centro de Internação Provisória Feminina de Palmas. Além disso, nosso objetivo é a capacitação da rede de promoção, tendo em vista consolidar um trabalho em conjunto com os municípios.

Outra expectativa que temos é a criação do Núcleo de Saúde do Sistema Socioeducativo do Tocantins que tem como missão precípua: organizar, apoiar, monitorar e avaliar a execução das ações de saúde ofertadas nas Unidades Socioeducativas do Tocantins, que por sua vez, são executadas pelas equipes de saúde das unidades Socioeducativas, um trabalho integrado voltado para o atendimento aos adolescentes.

Na área de Direitos Humanos, o nosso objetivo está voltado para a equidade dos direitos e da cidadania. Propõe-se para o próximo quadriênio as seguintes ações: implantação da Política Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, com elaboração e implementação do Plano Estadual de Direitos Humanos; promoção de ações de garantia dos direitos da cidadania, tais como o acesso à documentação básica; implantação do Centro de Referência de Direitos Humanos, com estrutura física obedecendo aos padrões adequados de acessibilidades conforme a demanda legal para o atendimento dos públicos diversos; fortalecimento do atendimento à mulher, com implantação da casa da Mulher Brasileira e quatro centros de referências especializados em atendimento à Mulher; fortalecimento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, inativo desde 2015, para isso já foi proposta a alteração da lei para estabelecer as atividades do referido conselho; fortalecimento da rede de proteção dos direitos humanos; ampliação de vagas sociais nas comunidades terapêuticas; implantação da política estadual da população de rua; reestruturação do comitê de sub-registro; capacitação dos servidores; instituição da política de promoção da diversidade sexual, religiosa e da igualdade racial; bem como a instituição do fundo estadual de promoção da pessoa idosa e a implementação da política estadual dos direitos da pessoa idosa.

Com a expectativa da manutenção das ações administrativas e dos cenários aqui projetados, e os eventuais apontamentos feito em função das consultas públicas do PPA 2020-2023, alinhados à disponibilidade orçamentária e financeira, certamente se contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas de responsabilidade da Cidadania e Justiça em âmbito estadual.

IV - Trânsito no Tocantins

Não se pode negar que um grande enfrentamento em muitos países para o século XXI é a mobilidade urbana e, principalmente, o uso de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade das gerações futuras. O crescimento vertiginoso no número de veículos em vias e rodovias atingiu um número quase insustentável para sociedade. As políticas públicas não têm sido capazes de corrigir essas distorções. O uso de veículos pelo cidadão, muitas vezes com um condutor, congestionam as vias e rodovias.

Nesse cenário, o Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins - DETRAN/TO desenvolverá esforços, em parcerias com os órgãos nacionais, estaduais e municipais, no intuito de buscar alternativas para os problemas apontados. Tendo como princípio básico as diretrizes estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503/1997), buscaremos os seguintes eixos de ação, para o período 2020-2023.

a) Educação para o Trânsito:

1. Implantação de Projeto sobre Educação para o Trânsito, em parceria com a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes e Secretarias Municipais, para inclusão da disciplina "sobre o Trânsito" nas escolas estaduais e municipais;

2. Campanhas Educativas de Trânsito, com forte apelo pela redução de mortes e acidentes de trânsito, focada, principalmente, nos motociclistas, responsáveis pelo grande número de mortes e mutilações no Estado;

3. Criação de Projetos de Educação para o Trânsito em nível estadual incentivando crianças, jovens, professores e jornalistas a apresentarem artigos,

redações, trabalhos etc., sobre temas do trânsito. O projeto deverá contar com premiações, incentivando os cidadãos a discutirem o tema com maior profundidade;

4. Criação de Programa de Reconhecimento e Valorização dos Cidadãos que contribuem para discussão sobre as questões do Trânsito no Estado. O programa deverá contar com a entrega de diplomas e divulgação nos meios de comunicação;

5. Realizar estudos sobre a viabilidade da implantação da "ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO" voltada para jovens e adultos desempregados que necessitam de obter a Carteira Nacional de Habilitação para exercerem uma profissão ou buscarem um novo emprego.

b) Engenharia de Tráfego:

1. Realizar junto aos Prefeitos dos Municípios do Estado um diálogo sobre a importância da municipalização do trânsito e suas perspectivas. Apresentar dados e fatos sobre a possibilidade de arrecadação e melhorias na mobilidade urbana dos médios e grandes municípios do Estado;

2. Fortalecer a área de Estatística de Trânsito do órgão com a aquisição de softwares e equipamentos para a ampliação de dados sobre acidentes, veículos e condutores;

3. Apoiar projetos dos Municípios sobre questões que envolvem engenharia de tráfego das prefeituras que não disponham de técnicos especializados na área. Estabelecer parcerias e trocas de experiências nas prefeituras onde já existam setores de engenharia de tráfego;

4. Criar um Projeto de Sinalização Viária para municípios de pequeno porte. O Projeto deverá contar com recursos das multas de trânsito arrecadados pelo DETRAN, com valores pré-estabelecidos, visando adequar áreas de influências de rodovias federais e estaduais a legislação do trânsito. Os Municípios de área de influência de regiões turísticas também serão incluídos no projeto.

c) Fiscalização do Trânsito:

1. Fortalecer e ampliar as ações de fiscalização do trânsito. Estabelecer uma agenda de blitz educativas e repressivas em todas as regiões do Estado. Estabelecer parcerias com os Municípios visando o apoio sistemático a suas ações em vias e rodovias limítrofes aos municípios;

2. Ampliar as ações de fiscalizações em pátios de guarda de veículos visando à celeridade nos leilões de veículos apreendidos. Realizar fiscalizações junto às empresas de vistoria de veículos para garantir a prestação dos serviços e maior segurança. Verificar a manutenção dos veículos escolares pelas Prefeituras durante o ano todo visando à segurança durante o decorrer do ano;

3. Adquirir equipamentos e "softwares" para o Setor de Fiscalização visando o controle mais efetivo da frota veicular do estado e do controle de condutores. Realizar aquisição de equipamentos e veículos adaptados para fiscalização em rodovias;

4. Reestruturar as parcerias com a Polícia Militar do Estado do Tocantins, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Prefeitura Municipais, órgãos públicos e privados que estão envolvidos em questões sobre o trânsito;

5. Ampliar o número de Bancas Examinadoras em todos o Estado visando facilitar a vida do cidadão que necessita obter a Carteira Nacional de Trânsito - CNH sem necessidade de grandes deslocamentos;

6. Fortalecer as fiscalizações dos Centros de Formação de Condutores - CFC visando um controle efetivo da qualidade e da manutenção dos veículos utilizados nas aulas de direção.

V - Assistência Social

A Constituição Federal de 1988 colocou a assistência social no tripé da seguridade social com a saúde e a previdência social como política pública. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a assistência social foi regulamentada como política pública garantidora de direitos sociais.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS, implantado a partir de 2005, em todo o território nacional, efetiva na prática a assistência social como política pública de Estado, criando novo modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social, redefinindo o pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Os indicadores de referência têm o papel de nortear o horizonte almejado pelos implementadores da política de assistência social no país. Os indicadores buscam capturar, de forma aproximada e comparativa, a "qualidade dos serviços" de cada unidade e de cada município prestados à população por meio dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - Municipal - IGDSUAS-M, que varia de 0,00 a 1, é um indicador que mensura o resultado da taxa de execução financeira. O Indicador de Desenvolvimento do CRAS - IDCRAS deverão ser acrescidos dos Indicadores de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social - ID-Conselho e

Indicadores de Desenvolvimento dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - ID-CREAS dos municípios. Como incentivo, a União apoia financeiramente o aprimoramento da Gestão aos Municípios e Estado, com repasse dos Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS e Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-PBF.

A meta prevista até 2019 seria que 60% dos municípios apresentasse IGDSUAS-M >= 0,75; conforme os dados apurados do CENSO SUAS/2017, o Tocantins teve alcance de 58%, o que representa 96% da meta prevista. Para o quadriênio 2020-2023, a meta será 70% dos municípios alcançarem IGDSUAS-M >= 0,75.

No quadro abaixo, está demonstrada a classificação dos municípios para execução da política de assistência social.

Classificação do Município	Nº de Habitantes	Quantidade Municípios
Pequeno Porte I	até 20.000 habitantes	129
Pequeno Porte II	de 20.001 até 50.000	07
Médio Porte	de 50.001 até 100.000	01
Grande Porte	de 100.001 até 900.000	02

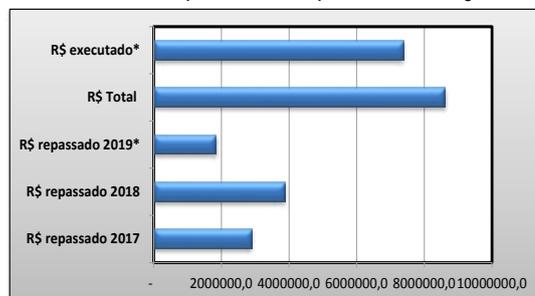
Na Proteção Social Especial, há 23 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS ativos, que ofertam serviços de proteção social especial para 1.210 famílias; 1 Centro Dia com capacidade de atendimento de 30 famílias; 14 Instituições de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 14 Instituições de Acolhimento para Idosos, 1 CREAS e uma Família Acolhedora Regionalizados implantados no ano de 2017. Estão em fase de implantação 5 CREAS e 7 Serviços de Acolhimento Regionais, cofinanciados pela União. A regionalização é uma estratégia para economicidade de recursos e ampliação da cobertura dos serviços, garantindo a integralidade da proteção social nos territórios. A Proteção Social Especial realiza ações estratégicas intersetoriais contra o trabalho infantil nos 139 municípios do Estado.

De acordo com os dados disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania, segundo o Relatório de Informações Sociais de julho/2019, na Proteção Social Básica, existem 151 CRAS - Centro de Referência de Assistência Social implantados ativos no Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social - CadSuaS e 148 cofinanciados com Recurso Federal.

O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, é responsável pela criação/regulamentação do Programa Criança Feliz - PCF, criado através do Decreto Federal 8.869, de 5 de outubro de 2016, que tem por finalidade promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos de idade e suas famílias, considerando seu contexto de vida. O Programa contempla a intersetorialidade de políticas públicas de assistência social, educação, saúde, cultura e direitos humanos.

Dos 139 municípios tocantinenses, 84 estão elegíveis e 51 com adesão ativa, que representa 61% de adesão ao Programa Criança Feliz. A meta para o Estado de atendimento do público prioritário foi de 5.850 vagas ofertadas, tendo até maio/2019 uma execução total de 4.430 de atendimentos, o que representa 77% de alcance. Para 2020-2023, pretende-se elevar o número de adesões dos municípios de acordo com a abertura do Temo de Aceite do Ministério da Cidadania.

Recurso do Governo Federal Repassado aos Municípios Destinado ao Programa Criança Feliz



Fonte: Relatório de acompanhamento do Programa Criança Feliz do Ministério da Cidadania, Coordenação de Gestão e Processamento de Transferência, agosto/2019. 2019* maio/2019. Executado* julho/2019.

O gráfico acima mostra o aporte financeiro proveniente da União destinado aos municípios para execução do Programa Criança Feliz - PCF, com execução de 86% conforme mês de referência julho/2019.

O Cadastro Único, a partir de 2015, vem passando por um processo de aprimoramento, por meio do cruzamento com outras bases de dados do governo federal, atualização cadastral, processo de fiscalização e exclusão lógica (cadastros há mais de quatro anos sem atualização). Houve uma redução de 15% dos

beneficiários com Perfil Bolsa Família, considerando que em 2015 havia 160.374 famílias com perfil e em 2019 (mês referência julho/2019) há 139.362 famílias com renda *per capita* mensal de R\$ 0,00 a R\$ 178,00.

O número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2015 somava 133.420, enquanto no ano de 2019 (mês referência julho/2019) totalizava 116.683. Ressaltamos que a taxa de cobertura das famílias beneficiárias com perfil foi de 83% em 2015 e de 84% em 2019, evidenciando a baixa oscilação da taxa de cobertura do Programa, segundo *Relatório de Informações RI/Bolsa Família e Cadastro Único Tocantins*, mês de referência julho/2019, fonte <https://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/Rlv3/geral/index.php>.

O Benefício de Prestação Continuada - BPC pago aos idosos e pessoas com deficiência no valor de um salário mínimo, teve uma redução de 3% dos idosos, considerando os dados: 2015 - 15.717 idosos e 2019 - 15.239. O benefício da pessoa com deficiência teve um acréscimo de 10% no número de beneficiários, conforme os dados: 2015 - 21.461 e em 2019 - 23.958, segundo RI Relatório de informação 06/2019. Dos 23.958 beneficiários do BPC, 4.029 estão inseridos no Programa BPC na Escola, que garante o acesso e permanência dos mesmos na escola, destes 31% não estão inseridos. Para o quadriênio 2020-2023, a meta é atingir 75% do total de beneficiários inseridos na escola.

Para que os referidos serviços e benefícios sejam executados o cofinanciamento da União, Estado e Municípios, de acordo com o preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, deve acontecer de forma regular e automática, com base em critérios transparentes e universais, pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e Comissão Intergestores Bipartite - CIB e aprovados pelos conselhos nacional, estadual e municipais de Assistência Social.

VI - Segurança Alimentar e Nutricional

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, promoverá ações (palestras, oficinas de promoção da alimentação saudável) com a finalidade de orientar a população para uma alimentação segura e de qualidade, visando à redução da insegurança alimentar e melhoria da qualidade de vida das famílias tocantinenses, principalmente as com baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.

Foram estruturadas, nos 139 municípios do Estado, as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar - Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, com a entrega de equipamentos/material de consumo que compõem os kits e 13 caminhões, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, aquecer a economia local e atender as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio do Convênio PAA nº 790646 - SICONV.

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, em parceria com CONSEA/TO - Conselho Estadual de Segurança Alimentar, vem desenvolvendo ações para o fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, onde foram realizadas assessorias em 39 municípios do Estado; destes, 17 aderiram ao SISAN no quadriênio 2016/2018 e 5 se encontram em processo de adesão.

2.2.3.3. Estrutura produtiva e sustentabilidade ambiental

O Estado do Tocantins se despoja como local das oportunidades, destacando-se o agronegócio, principalmente em função de grandes extensões de terras disponíveis.

Dos 27,8 milhões de hectares que o Estado possui, 13,8 são aptos para a produção agropecuária, sendo que a totalidade do Estado está inserido na região do MATOPIBA, foco de ações do governo federal para o desenvolvimento responsável da última fronteira agrícola do cerrado no Brasil.

Nesse contexto, o Estado está em franca expansão agrícola e isso se deve principalmente à disponibilidade de áreas, sua localização privilegiada para o escoamento da produção e excelentes condições edafoclimáticas, tudo isto somado aos investimentos realizados pelo poder público, como estradas, energia, projetos hidroagrícolas, incentivos fiscais, dentre outros.

O Estado conta com boa estrutura logística de transporte composta por uma rede de rodovias pavimentadas, ligadas à BR 153, à Ferrovia Norte-Sul e previsão para implantação da hidrovía Araguaia Tocantins e aeroportos de cargas.

Mesmo sendo responsável pelo foco da economia do Estado, a agropecuária tocantinense possui ainda um potencial de expansão extraordinário em termos de diversificação e produtividade, que associada à perspectiva de logística em implementação no território, potencializa sobremaneira a capacidade de desenvolvimento regional do Tocantins.

Os números da produção do Estado vêm mostrando evoluções significativas em algumas atividades, uma estagnação em outras e a incorporação de atividades que não eram priorizadas pelo setor produtivo. A atual área de produção agrícola, totalizando cerca de 1,1 milhão de hectares, ainda está longe de corresponder ao potencial produtivo do território, sobressaindo-se a cultura da soja com mais de 700 mil hectares cultivados.

A pecuária bovina do Tocantins, estagnada nos últimos 10 anos com um rebanho em entorno de 8 milhões de bovídeos, enfrenta problemas como o déficit de forragem, ocasionando índices zootécnicos inferiores ao potencial genético animal disponível. A atividade pecuária é desenvolvida em uma área de aproximadamente 7,5 milhões hectares de pastagens, onde se estima que desse total, cerca de 5 milhões de hectares se encontra em alguma fase de degradação.

A estratégia da política econômica do Governo está voltada para a consolidação de uma base produtiva moderna, diversificada, competitiva e eficiente para o desenvolvimento sustentável.

Para garantir esse novo cenário da agropecuária e do agronegócio tocantinense, que preze pela sustentabilidade econômica, social e ambiental, é fundamental o suporte do Governo nos seguintes temas estratégicos:

- a) Desenvolvimento dos Polos de Produção;
- b) Pesquisa e inovação tecnológica;
- c) Agricultura de Baixo Carbono;
- d) Assistência Técnica e Agricultura Familiar;
- e) Agregação de valor a produção agropecuária e comercialização;
- f) Defesa Agropecuária;
- g) Regularização Fundiária.

Analisando a evolução da produção agropecuária do Estado, é fácil verificar uma maior expressividade em termos de potencial de crescimento para: soja em grão, carne de frango, carne suína, algodão, cana-de-açúcar e silvicultura. O mercado interno e a demanda internacional exercem grande influência no crescimento para a maior parte desses produtos. Contudo, esse potencial somente será efetivo com investimentos massivos e coordenados em termos de fomento, logística, incentivos e inovação tecnológica. Para tanto, organizar essa produção em polos de produção potencializa a vocação natural e regional em que a atividade está ocorrendo, e a priorização nos investimentos em termos de tecnologia e infraestrutura.

É possível indicar algumas regiões e setores produtivos que certamente constituem polos de produção no Estado. Um cruzamento de informações gerais em termos de aptidão agrícola e qualidade de solo, questões de declividade, áreas atuais de produção de commodities, limitações ambientais, bacias hidrográficas, pluviosidade nortearão a formação dos clusters de produção, a priorização dos polos de produção, dos investimentos públicos e parcerias público privadas nessas regiões.

A formalização de organizações agropecuárias, a exemplo das associações, cooperativas, institutos, sindicatos rurais e outros, indica ser de fundamental importância para a garantia do desenvolvimento do setor agropecuário, contribuindo para a sustentabilidade socioeconômica do Estado, melhoria das atividades produtivas, promovendo ambientes favoráveis à difusão de tecnologias, gestão e conhecimento destinado a técnicos e produtores rurais, desencadeando no aumento da produção, maior comercialização, bem como a geração de trabalho e renda, garantindo o aumento da qualidade de vida nas comunidades rurais.

I - Pecuária

O Tocantins tem como principais atividades econômicas a criação de gado bovino de corte. Em 2019, o Estado conta com 7,5 milhões de hectares de pastagens e com um rebanho de 8,6 milhões de cabeças, ocupando a 11ª colocação no ranking nacional.

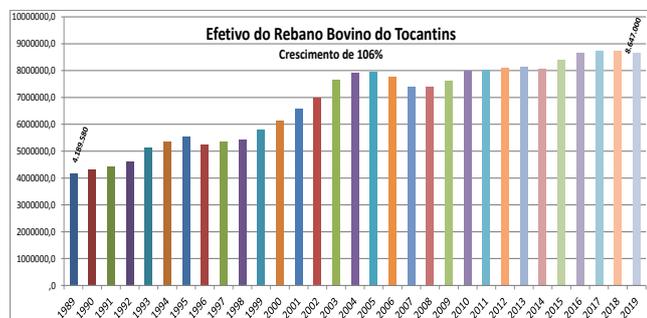
Para os próximos anos a perspectiva é de aumento das exportações e de continuidade da abertura de novos mercados com o início das atividades da Ferrovia Norte-Sul, com redução de 30% das despesas com fretes para cargas, tornando o Estado do Tocantins destaque no escoamento da produção, principalmente em função da existência de frigoríficos com selo de inspeção federal ao longo da ferrovia.

Desempenho das Cadeias Produtivas do Estado do Tocantins - 2010 a 2019

PECUÁRIA	UNID	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	Incremento do Período
Aves	cab	4.155.000	4.145.000	3.905.250	6.822.000	9.725.000	11.713.000	13.590.562	8.900.000	8.920.000	9.000.000	117%
Bovinos	cab	7.993.614	7.896.902	7.993.928	8.177.900	8.102.565	8.412.404	8.652.161	8.738.477	8.652.000	8.647.000	8%
Butalinos	cab	9.280	8.948	9.349	7.635	7.600	6.249	6.725	6.059	6.000	6.100	-34%
Ovinos	cab	108.062	113.544	127.680	134.987	131.386	134.892	134.000	139.000	138.450	136.000	26%
Caprinos	cab	25.167	23.213	23.224	23.544	23.438	24.616	25.789	27.580	27.800	25.000	-1%
Suínos	cab	266.040	246.871	271.322	275.036	271.147	285.641	300.000	305.000	311.667	345.000	30%
Equinos	cab	203.391	229.721	235.153	265.944	264.012	274.297	210.000	180.000	195.580	180.000	-12%
Mel (Apicultura)	kg	156.171	153.485	124.827	118.497	115.240	110.000	99.913	73.650	70.500	70.000	-55%
Leite (1000 litros)	Lt	355.498	287.310	289.890	135.958	127.496	323.557	280.000	250.000	208.000	209.000	-41%
Couro	Unid	850.000	950.000	1.150.000	1.413.652	886.226	2.914.000	2.000.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	112%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017; Pesquisa Pecuária Municipal.

Nota: Estimativa referente ao ano de 2019 obtidos por meio de projeção de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017; Pesquisa Pecuária Municipal.

Nota: Estimativa referente ao ano de 2019 obtidos por meio de projeção de dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

Analisando as tabelas e os gráficos relativos à evolução do rebanho tocaninense, percebe-se que o efetivo do rebanho está estagnado desde o ano de 2003, em torno de oito milhões de cabeças. No entanto, há o crescimento expressivo da avicultura nos últimos cinco anos, sendo este o viés potencial para atuação dos polos de produção: melhores índices da pecuária bovina e a manutenção da taxa de crescimento da avicultura. Em relação ao setor cárneo, a expectativa é de crescimento acelerado, especialmente as carnes de suíno e frango, em função do aumento na produção de grãos e da demanda mundial por proteína animal que indica a tendência de melhores preços ao produtor rural.

Nesse contexto, o Tocantins poderá contribuir de forma expressiva, investindo em recuperação de pastagens degradadas, maior lotação (animal por hectare), integração lavoura/pecuária/floresta, melhoria da qualidade genética de seus rebanhos, com isso reduzir significativamente o tempo do animal sobre o pasto, melhorando a produtividade, com desmatamento zero, diminuindo o impacto das emissões de gases de efeito estufa.

O Estado do Tocantins exporta produtos e subprodutos cárneos de bovinos, para países como a Rússia, Chile e Uruguai e para outros destinos. Com a liberação do mercado dos Estados Unidos, o Tocantins e outros 13 Estados da Federação, todos livres da Febre Aftosa com vacinação, poderão exportar carne "in natura", o que acarretará num potencial de exportação de pelo menos 100 mil toneladas por ano para os frigoríficos nacionais, garantindo abertura de novos mercados.

O Tocantins tem avançado muito no setor de aquicultura e pesca nos últimos 10 anos, tendo a produção do Estado crescido 230% nesse período, sendo estimado para 2019 uma produção de 15.000 toneladas de pescado, o que representa uma queda comparada a produção dos últimos dois anos, que foi atribuída aos problemas de readequação da gestão dos dois maiores frigoríficos de pescado do Estado. O Tocantins conta, atualmente, com 4 frigoríficos, possuindo Serviço de Inspeção Federal - SIF e exportando para vários estados brasileiros, além de 12 laboratórios de alevinagem que abastecem o mercado interno e externo. A utilização sustentável dos maiores reservatórios das usinas hidroelétricas do Tocantins garante um aumento do potencial do Estado para produção de 900.000t/ano de pescado, aproximadamente duas vezes a produção nacional, destacando o Estado como promessa de referência no setor.

II - Agricultura

A produção de grãos no Estado do Tocantins apresenta taxas elevadas de crescimento nos últimos dez anos, impulsionada, principalmente, pela crescente demanda de grãos no mercado mundial. Segundo estimativas, essa demanda manterá a tendência de crescimento nos próximos anos, principalmente com os investimentos que serão realizados na região do MATOPIBA, com possibilidade de grande aumento da produção, com a expansão de áreas plantadas, com o incremento da produtividade das culturas em função da utilização das tecnologias agropecuárias. Neste sentido, podemos afirmar que nos próximos quatro anos a produção de grãos no Tocantins deverá crescer entre 40 a 60%.

Principais Culturas de Grãos do Estado do Tocantins de 2009 a 2019

CULTUR A	ÁREA PLANTADA / SAFRA (Mil Hectares)										Cresc. (%)	
	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	10 anos	
SOJA	364	405	451	550	748	850	871	964	988	1.024	181,32%	
MILHO	78	97	103	95	152	218	165	201	211	204	161,54%	
ARROZ	142	141	120	119	114	128	133	132	132	120	-15,49%	
SORGO	21	20	22	19	20	21	24	29	29	29	38,10%	
FEIJÃO	27	28	36	23	21	21	19	45	40	38	40,74%	
TOTAL	632	691	732	806	1.055	1.238	1.212	1.371	1.400	1.415	123,89%	

Fonte: Séries históricas segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

Outros setores de destaque na agricultura tocaninense em termos de potencial de expansão são a fruticultura, por meio dos projetos de perímetros irrigados, e a cultura da mandioca, utilizada para fabricação de farinha, fécula e polvilho, além da produção da raiz para consumo.

III - Floresta Plantada

A cadeia produtiva das florestas plantadas conta, atualmente, com uma área de 128.900,00ha, segundo levantamento realizado, o que demonstra uma redução de 28,78% em relação ao ano de 2016, que era da ordem de 162.709,17 ha. Esse dado revela o grande desafio do setor que é a falta de agroindústria consumidora no Estado, situação que tem inibido os produtores no sentido de renovar e aumentar as áreas de plantio, orientando o Governo do Estado sobre a importância de continuar a incentivar a implementação do Plano Estadual de Florestas do Tocantins, fortalecendo o componente da agroindustrialização, para fins de cumprimento da meta de 850 mil hectares de florestas plantadas no Estado.

As perspectivas futuras do setor de florestas plantadas apontam para crescimento em função da demanda por produtos madeiros e o desenvolvimento de polos industriais que tendem a despertar interesse de investidores.

IV - Estudos e Projetos

Em fase adiantada de "Estudos e Projeto", o Ministério do Desenvolvimento Regional, em parceria com a Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação, tem dois empreendimentos altamente viáveis nos aspectos técnico-econômico-financeiro-ambiental para a região sudeste: o Projeto Chapada da Natividade e o Projeto Rio Sobrado, que envolvem diretamente os municípios de Chapada da Natividade, Natividade e Taguatinga.

Os estudos de viabilidade técnico-econômico-financeiro-ambiental, aliados aos projetos básico e executivo, e ainda aos estudos ambientais, podem proporcionar a implantação de tais empreendimentos, incrementando a renda da população diretamente beneficiada com as obras e melhorando da qualidade de vida das famílias que optam por participar como irrigantes, além de viabilizarem a permanência da população rural no campo e a instalação de empresas prestadoras de serviços aos irrigantes e empresários rurais.

V - Pesquisa e Inovação Tecnológica

São de relevância estratégica para o desenvolvimento agropecuário, as ações que incentivam o apoio às atividades de pesquisa, a adaptação, validação e transferência de tecnologias ao setor produtivo, dando suporte tecnológico para o desenvolvimento do Estado.

Por meio dos centros de referência de tecnologia em várias áreas de produção, a exemplo do Centro Agrotecnológico de Palmas, instalado numa área de 350 ha, o Estado conta com infraestrutura básica de funcionamento destinado ao desenvolvimento tecnológico, por meio da instalação de unidades de pesquisa, validação e adaptação tecnológica, produção de mudas, capacitação e realização de eventos técnicos.

Eventos como a Agrotins, maior Feira de Tecnologia Agropecuária da Região Norte do Brasil, trazem, anualmente, os últimos lançamentos de tecnologia em exposição para o setor agropecuário. O agronegócio tocaninense caminha para a sustentabilidade, focado na melhoria da produtividade por meio da inovação tecnológica sistemática e da inclusão social das comunidades rurais, podendo contribuir significativamente para garantir a melhoria na distribuição de renda e na redução da pobreza.

VI - Plano ABC-Tocantins

O Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC-TOCANTINS) consiste numa importante parte dos compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil de reduzir suas emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas - COP-15 de 2009, realizada em Copenhague, Dinamarca.

O Plano ABC-TO tem por finalidade promover ações tecnológicas que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa - GEE no sistema produtivo agropecuário, aumentando a produção e a renda, preservando os recursos naturais e viabilizando a qualidade de vida para as próximas gerações.

Em consonância com o Plano Nacional, o Plano ABC-TO está estruturado em sete programas: Recuperação de áreas de Pastagens Degradadas - RPD, Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF e Sistemas Agroflorestais - SAFs, Sistema de Plantio Direto - SPD, Fixação Biológica de Nitrogênio - FBN, Florestas Plantadas, Tratamento de Dejetos Animais e Adaptação às Mudanças Climáticas.

As atividades relacionadas aos programas do Plano ABC-TO são direcionadas para ações de gestão, articulação institucional, capacitação e divulgação de tecnologias de produção sustentáveis e linha de crédito do Programa ABC aprovada pelo Governo Federal, visando o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário.

Em cada programa é proposta a adoção de uma série de ações, como fortalecimento da assistência técnica, capacitação, estratégias de transferência de tecnologia - TT, dias de campo, palestras, seminários, workshops, implantação de Unidades de Referência Tecnológica - URT's e Instalação de Unidade de Aprendizagem Tecnológica - UAT.

A adaptação às mudanças climáticas é parte de um conjunto de políticas públicas de enfrentamento das alterações climáticas. A estratégia é investir com maior eficácia na agricultura, promovendo sistemas diversificados, uso sustentável da biodiversidade e dos recursos hídricos, com apoio ao processo de transição, organização da produção, garantia de geração de renda, pesquisas voltadas para os recursos genéticos e melhoramento, recursos hídricos, adaptação de sistemas produtivos, identificação de vulnerabilidades e modelagem, dentre outras iniciativas.

Um dos objetivos do Plano ABC-TO visa construir uma rede de técnicos multiplicadores e unidades de referência tecnológica nas tecnologias do ABC, sendo que atualmente são aproximadamente 150 técnicos de ATER da rede pública e privada capacitados e 46 unidades de referência tecnológica.

VII - Assistência Técnica e Agricultura Familiar

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, dentre os dez maiores desafios para humanidade nos próximos anos, destacam-se: energia renovável, água, alimentos, meio ambiente e pobreza. Neste quesito a agricultura familiar tem reafirmado sua relevância, quando se verifica que é decisiva para o enfrentamento destes desafios postos a sociedade.

No entanto, cabe destacar que o serviço de **Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER** é primordial neste processo, configura-se como ponte entre a pesquisa e a produção numa relação dialógica na construção de novos conhecimentos, contribuindo significativamente para o produtor rural aprimorar suas atividades no campo, estimular a inovação tecnológica, promover a agregação de valor aos produtos por meio do processamento, qualificar a gestão rural e fortalecer atividades econômicas.

Os serviços de ATER têm como missão central a difusão do conhecimento e a promoção de políticas públicas para o setor rural: Combate à Pobreza Rural - Brasil Sem Miséria; PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; habitação rural; energia elétrica; água/saneamento; saúde; segurança alimentar e nutricional; inovação tecnológica; educação no campo; políticas para mulheres, jovens, idosos; reforma agrária; infraestrutura, fomento e organização rural.

Esta mesma agricultura familiar é responsável pela produção de cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, por 80% da mão-de-obra empregada na agricultura e por fim a 9% do Produto Interno Bruto - PIB nacional. A agricultura familiar é fundamental para preservação da agrobiodiversidade, a manutenção das famílias na atividade agrícola, a democratização dos meios de produção e a criação de novas oportunidades de sustento, reduzindo assim o êxodo rural.

Diante da situação de crise econômica que se instala no país, a definição do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins como órgão fundamental nas ações do desenvolvimento agrário e de fomento à agricultura familiar, vem ao encontro das necessidades básicas do produtor rural tocaninense, que busca o aprimoramento de suas atividades econômicas e de cidadania.

Com o intuito de fortalecer a agricultura familiar do Estado do Tocantins, o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado, o Ruraltins, deverá potencializar a difusão de tecnologias e inovações no meio rural, buscando a integração das diversas cadeias produtivas geradoras de conhecimento, tanto formais como informais, fazendo uso dos recursos naturais como mecanismos de geração de emprego e renda no meio rural.

Diante desse panorama, o Ruraltins tem como meta para os próximos quatro anos a realização de oitenta mil atendimentos aos agricultores familiares tocaninenses, por meio de diversos profissionais atuando como extensionistas da área produtiva e social, que participam da promoção de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Na estratificação desta população familiar, dados do INCRA, reportam no Tocantins, 374 projetos de assentamentos rurais, com área total de 1,22 milhão de hectares, onde foram assentadas 24.859 famílias. O Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiou diretamente 3.820 famílias, com 975 contratos de financiamento e área de aproximadamente 92.311,13 hectares em 60 municípios tocaninenses. Atualmente, dispomos de 38 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares (datado de 10/09/2015) com uma população estimada em 2.000 famílias. Existem implantados 17 projetos de assentamentos / reassentamentos rurais constituídos a partir da formação dos reservatórios das hidroelétricas Luís Eduardo Magalhães, Estreito e Peixe-Angical e 15 projetos de assentamento constituídos pelo Governo do Estado - ITERTINS, atendendo 734 famílias.

Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura/ Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no Tocantins - MPA/SFPA-TO contabilizam 35 colônias, com 7.500 pescadores artesanais no Estado. Estima-se uma população de 500 famílias que sobrevivem do extrativismo vegetal no Tocantins.

A garantia de mercado para os seus produtos e a disponibilidade de crédito estimulam os agricultores a se estruturarem para conquistar novos mercados. Dependendo do porte do município, as compras públicas podem representar um volume significativo de produto e a possibilidade concreta de viabilização de unidades familiares de produção, através da abertura do mercado institucional para associações de agricultores, organizadas e formalmente constituídas. A compra institucional do Governo Federal envolve dois programas importantes que possibilitam a viabilidade da comercialização dos produtos da agricultura familiar, que são o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Vale ainda lembrar a sociobiodiversidade como ambiente da relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais ou agrobiodiversidade e o manejo destes recursos em sintonia com o conhecimento e a cultura das populações tradicionais e agricultores familiares. Daí ser importante a promoção de políticas públicas das cadeias de produtos do setor agroextrativista do Estado, considerando a necessidade do envolvimento com diferentes segmentos da sociedade e de órgãos governamentais, considerando que a bioeconomia no Brasil é movimentada pelos pequenos produtores rurais, extrativistas, ribeirinhos, agroextrativistas e outros.

Há um grande distanciamento entre a competitividade da agricultura empresarial (o agronegócio) e a agricultura de base familiar, e tem pressionado os governos e os formuladores de políticas para construir as alternativas adequadas e necessárias para manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar.

Problemas estruturais relacionados ao tamanho reduzido de suas áreas, a insuficiência e/ou inadequação de tecnologias apropriadas às suas condições socioeconômicas, associados aos baixos índices de fertilidade dos solos são questões que precisam ser enfrentadas e superadas. O fortalecimento e a ampliação da assistência técnica de base agroecológica, sistemática e apropriada às dinâmicas e diversidade da agricultura familiar do Estado se fazem urgentes e necessárias.

Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf - Estado do Tocantins

Ano	Nº de DAPs* Ativas	Nº de Contratos	Total dos Créditos (Em Milhões)
2013	N/D	13.448	197,93
2014	N/D	13.316	271,29
2015	48.439	11.208	251,69
2016	41.334	8.510	212,73
2017	27.889	4.911	119,10
2018	19.705	3.855	98,34
2019	19.031	N/D	N/D

Fonte: <http://nead.mda.gov.br/politicas>

Nota: *DAP = Declaração de Aptidão ao Pronaf

Outro grave problema enfrentado pelos agricultores familiares está relacionado à comercialização de seus produtos. A distância dos centros consumidores, os altos custos de transporte, a carência de estruturas de armazenamento e processamento da produção, faz com que seus produtos sejam comercializados a preços muito baixos, muitas vezes insuficientes para remunerar os custos de produção quando não, impedindo a comercialização, principalmente para os mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Outro desafio determinante é a questão da tecnologia rural para a agricultura familiar. É possível pensar em tecnologia, em avanço tecnológico e inovação no sentido de adequá-las às necessidades destas populações e atender às demandas dos diferentes segmentos (tipos) de agricultores ou de agriculturas familiares. Porém é necessário que tenhamos uma assistência técnica e extensão rural qualificada e estruturada, para atender estas demandas. Conseguiremos uma melhor resposta em termos de modernização, se tivermos uma ATER com recursos logísticos e quadros técnicos preparados para esta transferência tecnológica e de inovação, oportunizando a estas famílias tocantinenses a capacidade de alavancar a produção alimentar em escala e de forma competitiva com a produção de alimentos, e fazer frente às exigências das legislações vigentes e do mercado.

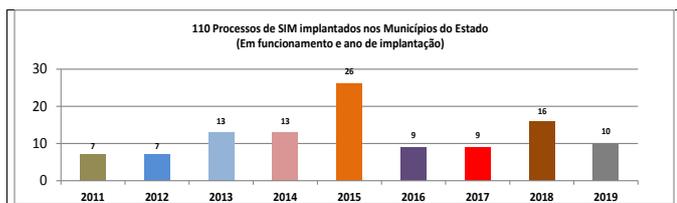
VIII - Agregação de Valor à Produção Agropecuária e Comercialização

O apoio contínuo às agroindústrias é um importante objetivo do Governo, sejam elas consolidadas em reforma/adequação ou implantação, por meio de orientações quanto a plantas arquitetônicas, fluxograma que impeça cruzamentos e contaminações de alimentos, orçamentos de obras, meio ambiente e treinamento em Boas Práticas de Fabricação - BPF, promovendo ainda o monitoramento nas fases de implementação.

Nos próximos anos, haverá grande avanço no fornecimento de carnes inspecionadas à população de 8 municípios e suas regiões, com a construção de matadouros municipais no âmbito do Projeto PDRIS.

Para o PPA 2020-2023 as atividades de apoio ao desenvolvimento da industrialização de frutas e excedentes de produção serão priorizadas, por meio de estudo de processos de desidratação, fabricação de doces, conservas e compotas, especialmente para o atendimento aos projetos de fruticultura, a exemplo dos projetos São João e Manuel Alves.

Ainda para a regularização sanitária e ambiental com vistas a permitir que os pequenos produtores rurais possam ter acesso aos mercados e programas governamentais como Compra Direta, PNAE, Conab e outros, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO tem realizado atividades para implantação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM em 110 municípios do Estado, por meio de orientações técnicas e diversas capacitações de agentes públicos municipais.



Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura.

Associado aos incentivos ligados a agregação de valor a produção agropecuária é essencial à estruturação do sistema de comercialização e abastecimento. O Estado implantou e vem ampliando a Central de Abastecimento do Tocantins - Ceasa que tem a função de promover o abastecimento alimentar, garantindo a regularidade e sanidade dos produtos hortifrutigranjeiros para todo o Estado. Atualmente, a Ceasa abastece 16 cidades da região metropolitana de Palmas, comercializando em torno de 16 mil toneladas de alimentos por ano.

Os principais desafios da comercialização e abastecimento no Estado são os seguintes:

- estruturação e organização das cadeias produtivas com foco no atendimento da demanda alimentar do Estado, bem como a exportação do excedente de produção;
- implementação de melhorias de infraestruturas necessárias na Central de Abastecimento - Ceasa;
- o associativismo e cooperativismo para produção como oportunidade para capitanear esforços de produção e comercialização coletiva na unificação de capital e trabalho;
- estruturação e organização das cadeias por meio de estratégias prioritárias visando reduzir custos de produção e elevar o valor agregado, expandindo as margens de lucro;

e) capacitação das organizações sociais para o exercício de ações coletivas;

f) aumento da participação das associações de produtores rurais e cooperativas na organização e participação dos eventos agropecuários, oportunizando a contribuição do produtor rural na melhoria dos resultados a serem alcançados;

g) desenvolvimento de políticas para a produção de alimentos orgânicos e inovação tecnológica pela incorporação de tecnologias sociais nas organizações.

IX - Defesa Agropecuária

O mercado internacional é de vital importância para expansão do agronegócio brasileiro. O setor apresenta competitividade ímpar no cenário global, garantindo ao país posição de líder em produção e em exportação de muitos produtos agrícolas. No entanto, para manter e garantir acesso a novos mercados é fundamental agilidade na negociação de protocolos e certificados sanitários e fitossanitários. Neste contexto, a Defesa Agropecuária é primordial pelo atendimento e manutenção das garantias sanitárias exigidas pelos mercados consumidores.

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS é o órgão responsável pela Defesa Agropecuária no Estado e tem como missão: promover a defesa agropecuária, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Agronegócio e melhoria da qualidade de vida da sociedade tocantinense.

Sem o foco de febre aftosa há 22 anos, o Tocantins vem preservando um status sanitário reconhecido pela OIE - Organização Mundial de Saúde Animal de livre da febre aftosa com vacinação. Exportando direta e indiretamente para mais de 100 países, entre eles o mercado chileno, a União Aduaneira - Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão.

O Estado avança a cada dia na Defesa Agropecuária. Desse modo, para facilitar o acesso aos serviços do órgão, houve investimento em tecnologia e o sistema de Defesa Agropecuário em todas as unidades de serviços da agência foi informatizado, está sendo feita a alimentação da Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA que facilita as informações entre Estados da federação e o cadastro de todos os produtores de soja no sistema informatizado de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - SIDATO que facilita as ações desenvolvidas pelo órgão no controle e prevenção de pragas na soja.

No Tocantins, já é possível emitir, via internet, a Guia de Trânsito Animal eletrônica (e-GTA), onde os produtores poderão preencher os dados sobre o rebanho de bovinos, os dados da nota fiscal de compra da vacina e os dados demais animais da propriedade, agilizando os trabalhos da Defesa e facilitando a vida dos produtores rurais.

O Estado conseguiu a adesão ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal e atualmente já estão inseridas no sistema do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA 4 indústrias com inspeção estadual que passam a comercializar seus produtos em todo território nacional, pois o selo SISBI tem a mesma equivalência do selo de inspeção federal e é um atrativo para a implantação de novas indústrias no Estado. A perspectiva é inserir na base de dados do MAPA com o selo do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA a maioria das indústrias inscritas no serviço de Inspeção Estadual.

O Tocantins, atualmente, é o maior produtor de soja da região norte e na produção de sementes de soja na entressafra é o maior do Brasil, com o trabalho de conscientização junto aos produtores. Desponta como um dos principais Estado na devolução de embalagens vazias de agrotóxicos e com a certificação fitossanitária algumas frutas se destacam para a exportação, principalmente a banana.

O maior desafio da pecuária para os próximos anos é fortalecer as ações de saúde animal, cumprindo um conjunto de metas definidas pelo MAPA, para que o Tocantins retire a vacinação contra febre aftosa em 2021 e seja reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação pelo MAPA em 2022 e pela Organização Mundial de Sanidade Animal- OIE em 2023.

Porém outras demandas também são importantes para que a agropecuária tocantinense continue ampliando as relações de comércio no agronegócio, anulando os entraves causados por restrições sanitárias, evitando prejuízos econômicos que venham afetar toda a cadeia produtiva, tais como: na área de defesa animal, a inspeção estadual precisa se preparar para atender as demandas de novas empresas que tenham interesse em se instalarem no Estado e das que já estão no Tocantins e querem aderir aos SISBI, bem como dá suportes aos municípios que desejam adesão ao SISBI nos próximos anos; a sanidade deve evitar a entrada da peste suína clássica tendo em vista focos da doença na região nordeste, manter sobre controle incidências de raiva dos herbívoros, mormo, doenças das aves, brucelose e tuberculose animal, melhorar ações de biossegurança evitando assim, que novas doenças cheguem aos rebanhos.

Na área de defesa vegetal, o principal desafio da sanidade é manter o *status* de excepcionalidade para o plantio da soja dentro do período do vazio sanitário, através do monitoramento semanal da ferrugem asiática da soja e manter o *status* de pragas ausentes nos citros, como cancro cítrico, pinta preta e Greening (HLB) e monitoramento da mosca da carambola. Na inspeção o objetivo é diminuir o comércio de sementes e mudas clandestinas considerado uma ameaça para a cadeia produtiva agropecuária e reduzir os índices de acidentes aos seres humanos, contaminação do meio ambiente e dos alimentos provocados pelo mau uso dos agrotóxicos.

É necessário também, fortalecer as ações de trânsito animal e vegetal, a certificação fitossanitária, a certificação de estabelecimentos agropecuários, preservando assim, toda a defesa agropecuária do Estado.

X - Regularização Fundiária

O Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS atua na redução dos conflitos fundiários e na aplicação de subsídios práticos sobre a utilização de técnicas no processo de regularização, promovendo a legalização fundiária das ocupações incidentes nas terras situadas em áreas rurais do Estado, aos seus respectivos ocupantes e na legitimação da posse, viabilizando benefícios aos agricultores rurais, com a emissão de títulos definitivos, garantindo o pleno domínio sobre o imóvel, oportunizando assim, o acesso às linhas de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas, visando garantia da geração de emprego e renda no campo, resplandecendo no crescimento do agronegócio no Estado.

Nesta senda, nos exercícios de 2016 a 2019 foram regularizados 125.113,5244 ha (cento e vinte e cinco mil, cento e treze hectares, cinquenta e dois ares e quarenta e quatro centiares) nos diversos municípios das regiões do Estado, quais sejam: Sudeste, Nordeste, Central e Jalapão, sendo emitidos 638 Títulos Definitivos de Domínio.

Inobstante à meta prevista, que seria regularizar aproximadamente, 850.000,000 ha (oitocentos e cinquenta mil hectares), o intento não está sendo alcançado em sua totalidade face à reestruturação do Estado, às contenções de despesas, a conjuntura política, econômica, orçamentária e financeira, bem como às situações jurídicas e técnicas adstritas aos processos de regularização fundiária, num exercício atípico.

Ademais, atinente às perspectivas para o próximo quadriênio, o referido Instituto, atento à vontade governamental, tem como finalidade avançar e expandir a legalização fundiária, em ambientes de elevada diversidade ecológica e em áreas com tensão social, bem como a redução de conflitos fundiários e execução das políticas públicas com responsabilidade socioambiental.

XI - Produção e Meio Ambiente

O Tocantins é consciente da sua imensa responsabilidade ambiental, especialmente por abrigar a maior parte da área da Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia. Composto por uma rica biodiversidade, tem o desafio de conciliar o aumento da produção de alimentos para o mundo de forma sustentável, com garantia da melhoria da qualidade de vida da população.

Fortalecer a gestão ambiental no Estado de forma integrada é uma meta a ser atingida por meio de diversas ações. O incremento do percentual de áreas de propriedades rurais adequadas ambientalmente é uma dessas ações, objetivo buscado com a projeção de alcance de 100% dos imóveis rurais do Tocantins no Cadastro Ambiental Rural - CAR no próximo quadriênio, além da consolidação da análise das inscrições no sistema e o monitoramento da adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA.

O controle do desmatamento e de queimadas deve ser reforçado com a aquisição das bases de informações para fins de implementação do Código Florestal e a construção do *infohub geoespacial* interinstitucional no Estado, com a elaboração da política de acesso aos dados gerados. Essa meta inclui ainda a aquisição de equipamentos e softwares para aprimorar as análises, o monitoramento e a fiscalização, conforme previsto no Código Florestal.

A redução das taxas de desmatamento e o uso do fogo no Estado do Tocantins é ambicionada por meio de um conjunto de ações integradas de monitoramento, gestão territorial e da paisagem, gestão florestal e incentivo a alternativas produtivas sustentáveis. Ademais, a instituição do Centro de Inteligência em Gestão e Monitoramento Ambiental - i-GAMA, por meio da criação de um sistema de informações ambientais e geográficas e a definição de indicadores básicos de monitoramento, deve subsidiar a tomada de decisão dos gestores e mitigar o problema.

Outra importante ação projetada é a conclusão da elaboração do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins, assim como sua implementação. A

estratégia de REDD+ permitirá ao Tocantins transformar serviços ambientais em ativos financeiros por meio de mecanismos legais como a criação da Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais e Regulação do Clima do Estado do Tocantins e do Fundo Estadual para o Clima e Serviços Ambientais do Estado do Tocantins.

A implementação do Comitê Científico previsto na minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas e de Pagamento por Serviços Ambientais é parte desse trabalho, que inclui ainda a instalação da Comissão Estadual de Validação e Transparência (também prevista na minuta) e a efetivação de estratégia de desenvolvimento rural de baixas emissões para o Estado, esforços que objetivam a transação de pelo menos cinquenta milhões de reais (R\$ 50.000.000,00) em créditos de carbono.

Considerando que as Unidades de Conservação - UC são instrumentos essenciais para a conservação da biodiversidade, dos processos ecológicos e dos serviços ambientais, outras metas do Estado são a finalização técnica do processo de criação da unidade de conservação da área do Vale do Rio Corda com a realização da consulta pública; o fortalecimento da gestão das unidades de conservação já criadas, garantindo a efetiva implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC; a consolidação dos sistemas de UC municipais existentes e suporte para a criação e implementação dos sistemas municipais de unidades de conservação; e o monitoramento da implementação da gestão das UCs.

Visando assegurar a disponibilidade dos recursos hídricos em quantidade e qualidade no Tocantins, o Estado visa atingir 100% de bacias hidrográficas monitoradas no próximo quadriênio, dando continuidade às ações de monitoramento das águas e ampliando o índice atual, que é de 46,67%. O fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado inclui a execução de projetos que atendam as situações de emergências ambientais e a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica dos rios Santo Antônio e Santa Tereza, além de outras ações que estejam descritas na Política Estadual de Recursos Hídricos.

Em outro eixo, o Estado planeja ações com o objetivo de consolidar a educação para sustentabilidade como colaboradora na construção de uma nova racionalidade ambiental, sob a ótica da educação formal, não formal e da comunicação social, levando em conta o tripé social, econômico e ambiental. Neste sentido, a prevenção dos impactos ambientais decorrentes de atividades sociais é meta importante por garantir um meio mais sustentável às gerações futuras.

Acreditando no importante papel desempenhado pelas cidades, o Estado pretende ainda apoiar a implantação da Gestão Ambiental nos municípios, possibilitando uma autonomia em suas ações por meio do Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA (estrutura administrativa, instrumentos legais, conselhos municipais, entre outros), além de instituir o projeto "Cidade Sustentável" através da Agenda 21, bem como capacitar e fortalecer as Organizações Ambientais da Sociedade Civil que atuam no Tocantins, aumentando assim a sua contribuição para a conservação e preservação ambiental.

Outra meta fundamental é o fortalecimento institucional da relação entre a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH e o Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, como forma de oferecer uma melhor prestação de serviço público e avançar na gestão ambiental do Estado, bem como fortalecer os órgãos colegiados, como instrumentos de execução dessas Políticas.

A agenda ambiental do Estado inclui também a efetivação de instrumentos como:

- a) Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO;
- b) Implementação da Política Estadual de Incentivo à Geração e Uso de Energia Solar;
- c) Aprovação, sanção e instituição das Políticas Estaduais de Serviços Ambientais e de Pagamento por Serviços Ambientais e Mudanças Climáticas do Tocantins;
- d) Aprovação, sanção e reformulação da Política Estadual de Florestas;
- e) Aprovação, sanção e implementação da Política de uso sustentável do Capim Dourado e Buriiti;
- f) Aprovação, sanção e instituição da Política de Proteção à Fauna.

O investimento em tecnologia da informação é indispensável para o monitoramento ambiental, o que exige a implementação de infraestrutura de rede lógica para a gestão dos dados espaciais produzidos e a manutenção e aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação - TI para a gestão ambiental e tomada de decisão estratégica de desenvolvimento sustentável do Estado. Além disso, duas ferramentas importantes devem ser concluídas e implementadas, são elas o Sistema

Informatizado de Gestão de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins - SIGERS/TO e o Sistema do ICMS Ecológico.

O fortalecimento da gestão ambiental no Estado passa ainda pela consolidação da busca de certificação e qualidade, além do alcance de objetivos como a realização da reforma do prédio do órgão gestor do Meio Ambiente no Estado e a capacitação da equipe técnica da secretaria para os desafios da construção de políticas públicas voltadas para o meio ambiente e para o enfrentamento dos desafios vindouros.

XII - Planejamento da Gestão Territorial

Dentre as características marcantes do Tocantins, sua diversidade é, certamente, uma das que mais se destacam. Do ponto de vista ambiental, é composto por diferentes ecossistemas, em distintos estágios de conservação e, do ponto de vista econômico, testemunha processos produtivos em constante mudança, em que o avanço da fronteira agropecuária promove altas taxas de conversão da vegetação natural em pastagens e áreas de cultivo. Sob o aspecto social, também é um complexo de diferentes grupos humanos, com territorialidades próprias e, por vezes, conflitantes entre si.

É importante tratar as peculiaridades internas das diversas regiões do Tocantins como potencialidades, e não como problemas. Nesse contexto é essencial instrumentalizar uma visão estratégica do território tendo como elemento central uma preocupação de integração do arcabouço produtivo, ambiental e social, para objetivar metas de crescimento econômico e de combate à desigualdade social, aliada à conservação dos recursos naturais.

No âmbito do Poder Executivo, diversas atividades estão sendo desenvolvidas para instrumentalizar o planejamento da gestão territorial.

Destaca-se a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Tocantins, entre outros estudos sobre os recursos naturais e a realidade socioeconômica do Estado produzidos em diversas escalas de trabalho. Todos têm como fundamento subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e investimentos privados no território estadual para o desenvolvimento econômico regional em bases ambientalmente sustentáveis.

Outro destaque se dá para a implantação do Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins, no intuito de ampliar as possibilidades de uso de dados geográficos e cartográficos nos processos de tomada de decisão, planejamento e execução de políticas públicas de base territorial. O Sistema tem por objetivo aprimorar a produção, armazenamento e disseminação pública de dados geográficos como instrumento estratégico para atendimento das demandas de gestão do conhecimento, de gestão territorial e ambiental, e de investimentos em infraestrutura, especialmente no que tange ao atendimento da Legislação Cartográfica Nacional.

XIII - Desenvolvimento Econômico

Com a missão de atrair novos investimentos no setor da indústria, comércio e serviços, o Governo, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico, oferta incentivos fiscais que visam garantir a atração, a fixação de empresas e a geração de novos empregos. Destaca-se que, no quadriênio do PPA 2016/2019, foram concedidos incentivos a 69 empresas nas modalidades de implantação e expansão, por meio dos programas Proindústria, Atacadistas de Medicamentos, Prologística e E-commerce, com investimentos projetados em R\$ 336 milhões e a previsão de geração de mais de 2.390 novos empregos diretos.

Para o PPA 2020-2023, a perspectiva é que os incentivos fiscais alinhados aos esforços de divulgação e promoção do Estado resultem na vinda de novos investimentos externos. Neste intuito, o Governo já prepara uma maior diversificação dos setores atendidos, tais como já vem acontecendo com o setor da pesca, aquicultura e aviação. Estão sendo planejados para os próximos quatro anos adequações nas leis e um trabalho mais engajador visando promover o Tocantins no Brasil e no mundo, de forma que o Estado melhore sua capacidade competitiva diante dos demais e consiga receber um maior número de indústrias.

Nos últimos quatro anos, houve a consolidação da Ferrovia Norte Sul com a operação do tramo Norte ligando Porto Nacional até o Porto de Itaquí. A VLI investiu mais de R\$ 300 milhões na estruturação de duas plataformas ferroviárias em Palmeirante e Porto Nacional, passando a ter capacidade de transporte de 6 milhões de toneladas de grãos/safra. Foram gerados, apenas nas obras das plataformas, 1.119 empregos diretos, sendo que na operação são aproximadamente 389 empregos diretos e indiretos.

A perspectiva, para o próximo quadriênio 2020-2023, é iniciar a operação do tramo sul da Ferrovia Norte Sul, por meio da Concessionária Rumo, permitindo aos produtos do Tocantins sair pelos portos de Norte e/ou Sul do país, dando maior opção logística e diminuindo custos. Estão sendo planejados novos centros

logísticos para operações em Gurupi, bem como, novas plataformas para operações com containers.

Aproximar e cuidar das grandes, médias e pequenas empresas que já estão instaladas no Tocantins é uma prioridade constante da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços. Neste sentido, foi realizado o Fórum Estadual de Desenvolvimento Econômico, que percorreu diversos municípios do Estado e mapeou as principais demandas do setor visando fortalecer todos os setores econômicos. Com o apoio do Governo Federal, através do Ministério da Economia, estão sendo trabalhados projetos para dinamização do setor produtivo, do emprego e da produtividade através de qualificação em parceria com as instituições representativas das classes, com vistas a melhorar a competitividade empresarial para atender os mercados interno e externo.

XIV - Metrologia

A Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia - AEM-TO cumpre no exercício de suas funções junto à sociedade uma importante missão de atuar como instituição de defesa dos interesses dos consumidores e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial no que tange à metrologia legal e a qualidade dos bens ofertados à sociedade.

A Agência de Metrologia do Tocantins mantém um convênio de cooperação técnica e administrativa junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro. Instrumento este, que permite que o órgão execute o serviço público federal de competência do Inmetro no território tocaninense. Os recursos oriundos dessa arrecadação são repassados, diretamente pelo contribuinte, ao governo federal através de Guia de Recolhimento da União - GRU, sendo que a parte que cabe à Agência é devolvida como transferências correntes para atender às despesas mencionadas no plano de aplicação do convênio.

A perspectiva para o próximo PPA é a manutenção da atividade delegada com Inmetro, por meio da renovação do convênio, o que acontecerá ainda neste exercício de 2019. Com isto, a elaboração do PPA 2020-2023 manterá todos os objetivos já consignados no PPA anterior, uma vez que se trata de uma atividade contínua de fiscalização, ampliando tão somente a meta física, de acordo com a expectativa de ampliação do universo de instrumentos metrológicos a serem fiscalizados.

XV - Junta Comercial

A Junta Comercial do Estado do Tocantins – JUCETINS tem como missão realizar a formalização pública de empresas mercantis e atividades afins na sua constituição, bem como alteração, dissolução e extinção das mesmas, de maneira rápida, eficiente e segura, a fim de contribuir cada vez mais para o desenvolvimento econômico do Estado.

Por atribuição legal, é o órgão responsável pelo registro público de empresas mercantis e atividades afins na circunscrição territorial sob sua jurisdição conforme a Lei Federal 8.934, de 18 de novembro de 1994. Ainda de acordo com essa mesma Lei, são atribuições da Junta Comercial: dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro na forma da lei; cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País, manter atualizadas as informações pertinentes e proceder à matrícula dos agentes auxiliares do comércio, processando a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, além da matrícula e fiscalização de leiloeiros e armazéns gerais, bem como ao seu cancelamento.

Ao longo do período do PPA vigente, foram abertas mais de 40 mil empresas em todo o Estado, sobretudo pela criação do projeto Simplifica Tocantins, trazendo tecnologia e promovendo celeridade na formalização de empresas mercantis e atividades afins. Para os próximos quatro anos a Junta Comercial pretende continuar investindo em tecnologia, de modo a melhorar cada vez mais o seu atendimento ao público-alvo; investir na capacitação de servidores e ser reconhecida pela sua importância, melhorando o desenvolvimento econômico do Estado do Tocantins e dessa forma ampliar o seu papel com eficiência, eficácia e efetividade no atendimento as demandas da sociedade.

XVI - Trabalho e Mercado

Com o objetivo de auxiliar o trabalhador tocaninense, seja por meio da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional ou entrada no seguro desemprego, o Estado do Tocantins por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, conta com 9 unidades do Sistema Nacional do Emprego - SINE nos municípios de Palmas, Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

Percentual de Trabalhadores Colocados no Mercado de Trabalho Formal pelo SINE/TO - 2016 a 2019.



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, Base de Gestão da Intermediação de Mão de Obra - BGIMO.

Nota: *2019 - Referente aos dados de janeiro a junho.

O gráfico acima demonstra o percentual de participação do Sistema Nacional de Emprego - SINE com relação à movimentação no mercado formal, ou seja, a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho através da intermediação de mão de obra.

O Governo do Tocantins, através do *Observatório do Trabalho* pretende mapear as necessidades de capacitação e qualificação, para que os esforços possam ser direcionados à real necessidade do mercado de trabalho de forma regionalizada e, com isso, inserir mais de 12% de trabalhadores no mercado de trabalho formal por meio do SINE no quadriênio 2020-2023.

Com base na Lei Federal 13.667, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE, criado pelo Decreto 76.403, de 8 de outubro de 1975, e cria o repasse fundo a fundo, o Tocantins aguarda a publicação para criação do fundo. Assim, é de interesse da gestão ampliar a atuação do Conselho Estadual de Relações do Trabalho - COERT, por meio da criação dos Conselhos Municipais de Relação do Trabalho e fortalecer ações de promoção do trabalho decente e erradicação do trabalho infantil e escravo no estado, sem deixar de lado o principal foco, que é contribuir para o aumento do emprego formal e geração de renda, devolvendo, deste modo, a dignidade ao trabalhador tocantinense.

XVII - Turismo

Os principais segmentos do turismo no Estado do Tocantins são: Turismo de Aventura, Ecoturismo, Pesca Esportiva, Sol e Praia e Turismo Cultural que no período de 2016 a 2019 foram divulgados em eventos nacionais e internacionais, por meio de estratégias de promoção que valorizaram as regiões turísticas: Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras e Lagos/Palmas, Ilha do Bananal, Serras Gerais, Vale dos Grandes Rios e Bico do Papagaio.

Houve o fomento e participação de eventos geradores de fluxo turístico tais como: Evento "Bota para Correr" no Jalapão com a participação de 200 atletas nacionais e internacionais, Festa da Rapadura na Comunidade do Prata, Festa do Hitohoka da Etnia Karajá, Feiras WTM da China, WTM Latina América em São Paulo e Conotel 2019 em Goiânia. Foi atualizado o Planejamento Estratégico das 7 regiões turísticas, com ações estruturantes como: infraestrutura adequadas às segmentações, Estratégias de Marketing, Programa de Qualificação Profissional do trade e organização das Instâncias de Governança. A atualização do Mapa do Turismo elevou de 40 para 49 o número de municípios participantes. As comunidades quilombolas do Jalapão ampliaram a sua participação na cadeia do turismo, aumentando em 100% o número de famílias participantes locais, movimentando a cadeia produtiva do turismo.

Os desafios para o período de 2020-2023 são ampliar o fluxo, consolidar os destinos em mercados estratégicos, implantar e melhorar a infraestrutura turística como a estrada parque do Jalapão, adequação das estruturas físicas nas unidades de conservação, a regularização ambiental e o controle da capacidade de carga dos atrativos, além da legalidade dos prestadores de serviços e equipamentos, em todas as regiões.

Hoje, o principal destino turístico do Estado que o Jalapão recebe em média 40.000 mil turistas/ano com um gasto médio de R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais) por turista. Com a adequação da infraestrutura e melhor posicionamento no mercado nacional e internacional estima-se um crescimento anual de 20% do fluxo.

XVIII - Cultura

A Cultura se ampara em diretrizes do Plano Estadual e Nacional de Cultura, em conformidade com o Sistema de Cultura do Tocantins e com o Sistema Nacional de Cultura, com o Conselho de Políticas Culturais, valendo-se das Leis

estaduais pertinentes à cultura e da Lei Orgânica do Estado para a formulação e fortalecimento das políticas públicas que promovam a inclusão e a emancipação social.

Houve avanços para a Cultura, no período de 2016 a 2019, com a criação do Sistema de Cultura do Tocantins, sancionado pela Lei Estadual 3.252, marco legal norteador das políticas públicas para a Cultura do Estado e dos municípios.

A gestão cultural do Estado apoiou o curso de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, parceria entre Governo Federal e Universidade Federal do Tocantins, que atendeu 300 pessoas.

Ademais, a Cultura gerencia as unidades culturais: Museu Histórico do Tocantins e Memorial Coluna Prestes, e o Patrimônio Cultural material e imaterial e atualizou o Calendário Cultural, dando reconhecimento às manifestações culturais do Tocantins.

Ainda foi realizada a 11ª Primavera de Museus em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, para fortalecimento dos laços entre os museus e a sociedade. Durante o Fórum de Desenvolvimento Econômico do Tocantins, foi realizado o workshop sobre "Gestão Cultural e Economia Criativa" nas cidades de: Guaraí, Gurupi, Araguatins e Taguatinga, com a participação de 42 gestores da área cultural e 27 municípios representados.

O incentivo ao artesanato tocantinense aqueceu a economia criativa, com a participação total de mais de 100 artesãos nas seguintes feiras: Feiras Nacionais do Artesanato em Brasília, Salão do Artesanato edição São Paulo, 26ª, 27ª 28ª e 29ª Feira Nacional de Artesanato em Belo Horizonte, 10ª Salão do Artesanato de Brasília, XVI, XVII, XVIII e XIX Feira Nacional de Negócios do Artesanato em Olinda-PE com volume de vendas de mais de R\$ 1.200.000,00, culminando em exposição e comércio de produtos artesanais, com destaque à matéria prima do capim dourado, sementes, madeira e produtos indígenas.

Os principais desafios para a Cultura em busca de resultados positivos para o período de 2020 a 2023 são investir e fomentar ações, programas e chamamentos públicos que potencializem a pluralidade artística e cultural do Estado, reconhecendo as manifestações culturais tradicionais, populares e regionais, a produção contemporânea das linguagens artísticas e culturais e o patrimônio material e imaterial, elementos que compõem os setores criativos.

XIX - Economia Solidária e do Empreendedorismo

A instituição da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária estabelece diretrizes de promoção e desenvolvimento da Economia Solidária a grupos organizados que integrem o mercado de maneira autossustentável.

Neste contexto, os projetos em andamento visam o fortalecimento de associações, cooperativas e organizações de produtores até as iniciativas de diferenciação dos produtos por meio de selos e certificações, tendo como objetivo o acesso ao mercado, a cadeia de valores mais inclusiva e o desenvolvimento do comércio justo e solidário da Política Pública Estadual de Fomento a Economia Solidária.

O Estado tem o objetivo de promover o acesso às políticas e recursos para a Promoção da Economia Solidária e do Empreendedorismo, fortalecer o controle social por intermédio do Fortalecimento das instâncias de Controle Social de Economia Solidária.

Para o alcance dos resultados é essencial a realização da capacitação de participantes de Empreendimentos Econômicos Solidários e beneficiários do Cadastro Único, realizações de feiras de Economia Solidária/Clube da Troca Solidária nos municípios tocantinenses, e implantação e revitalização de Unidade de Geração de Renda, visando o acesso ao trabalho e a melhoria na qualidade de vida.

2.2.3.4. Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 212, que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

A Lei Federal 9.394/1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, em consonância com a Constituição Federal de 1988, no art. 4º, aduz que a educação básica é "obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade" e no art. 10, inciso IV, que os Estados incumbir-se-ão de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem. E ainda, que o financiamento da educação básica dar-se-á em conformidade com a Lei Federal 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

A Constituição do Estado do Tocantins de 1989, no seu art. 128, § 3º, afirma que "a distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do Plano Estadual de Educação, observadas as diretrizes nacionais de educação".

A Lei Estadual 2.977/2015, que aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO 2015-2025, e estabelece as suas diretrizes, quais sejam: a) erradicação do analfabetismo; b) universalização do atendimento escolar; c) superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; d) promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada; e) formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; f) promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, consolidada na efetividade da autonomia administrativa, financeira e pedagógica; g) promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado; h) garantia de recursos públicos em educação com proporção que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; i) valorização dos profissionais da educação, com garantia de condições de trabalho; j) promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; l) fortalecimento do regime de colaboração interfederativo, com definições equilibradas na repartição das responsabilidades e corresponsabilidades; m) o reconhecimento da precedência da família na educação escolar até o término do ensino médio, fortalecendo e tornando efetiva a participação dos pais/mães nas políticas pedagógicas que tratem do assunto.

Orientados pelas diretrizes estabelecidas no PEE, a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes - SEDUC propõe uma política pública de educação básica científica e tecnológica amparando-se no uso pedagógico das tecnologias digitais de informação e comunicação integradas ao currículo, desenvolvendo competências para a disseminação de informações, produção de conhecimentos e resolução de problemas. Nesse contexto, faz-se necessário o aprimoramento das práticas pedagógicas, bem como, o fortalecimento da carreira docente em cumprimento ao que estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Pública - PCCR, na forma da lei.

I - Educação Superior e Profissional

No período de 4 anos, a Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS obteve avanços significativos no seu objetivo de promover o conhecimento científico e a formação acadêmico-profissional da sociedade tocaninense. Hoje são mantidas as ofertas de 480 (quatrocentos e oitenta) vagas nos cursos presenciais, anualmente, para os cursos de Araguatins (Letras, Pedagogia), Augustinópolis (Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem), Dianópolis (Administração, Ciências Contábeis, Direito) e Palmas (Direito, Engenharia Agrônoma, Serviço Social, Sistemas de Informação). Por meio do vestibular, são ofertadas 40 vagas por curso, tanto no vestibular próprio, como no simplificado, via Sistema de Seleção Unificada - SISU. Atualmente, são mais de 3.000 alunos matriculados, projetando para 5.000 matriculados com a abertura de novos cursos.

Para o próximo quadriênio, tem-se a perspectiva de incluir mais três cursos de graduação presencial na área de Ciências da Saúde, dois na área de Ciências Humanas, um na área de Ciências Sociais Aplicadas e dois cursos Tecnólogos presenciais na área de Recursos Naturais. Incorporando a TV UNITINS e rádio a FM 96.1 para dinamização de programas e ações acadêmicas, sociais e culturais.

Espera-se implantar dois projetos anuais de pós-graduação *Lato Sensu* consoante às políticas de ensino, pesquisa e extensão, e implantar três programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Dando a oportunidade de acesso à formação integral de excelência acadêmica.

II - Juventude e Esporte

A Lei Estadual 3.421, de 8 março de 2019, no art. 16, inciso VIII, que trata da organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual estabelece as atribuições da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, à qual cabe desenvolver as políticas estaduais de educação, em conformidade com o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei Federal 9.394/1996), e atendendo o que determina o Estatuto da Juventude (Lei Federal 12.852/2013) e Lei do Desporto (Lei Federal 9.615/1998).

As políticas públicas de juventude são orientadas pelas diretrizes gerais do Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Federal 12.852, de 5 de agosto de 2013, dentre as quais destacam-se: o desenvolvimento da intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações; a ampliação das alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; o atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde,

educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental; a garantia de meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre; promover o território como espaço de integração; o fortalecimento das relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude; e o estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude.

O art. 1º da Lei Federal 9.615/1998 estabelece que o desporto brasileiro abranja práticas formais e não-formais. Como prática desportiva formal, entende-se aquelas reguladas por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto. Enquanto a prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes. Pretende-se constituir uma política pública estadual de esporte que direcione as ações do poder público no sentido de potencializar a relação entre educação, juventude e esporte.

2.2.3.5. Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

I - Infraestrutura

O desafio prioritário da atual gestão para o próximo quadriênio será de dotar o Estado de infraestrutura econômica nos seus polos mais dinâmicos, em particular no que se refere à oferta da infraestrutura pública necessária ao desenvolvimento municipal e regional, desenvolvimento da rede de cidades, mobilidade urbana, desenvolvimento urbano, fortalecimento da política estadual de habitação de interesse social, infraestrutura de irrigação para usos múltiplos, transporte e logística, portos e aeroportos e à oferta de energia sustentável.

Serão desafios do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Habitação, prover à administração estruturas físicas e equipamentos públicos de qualidade para a prestação de serviços públicos à sociedade; viabilizar a entrega de obras de melhor qualidade, a preços justos e em prazos adequados; executar obras/serviços de engenharia civil, visando manter a infraestrutura física e reforçar a segurança, garantindo a operacionalização e a funcionalidade das obras públicas; gerir e apoiar a programação, coordenação, regulação, controle da execução e da implementação de políticas públicas do setor de obras públicas através de estudos, projetos e consultorias que permitam demonstrar a viabilidade de projetos apresentados e o acompanhamento daqueles aprovados, bem como na implantação de metodologias para melhoramento das atividades de gerenciamento de projetos. Destaca-se que, nesses últimos quatro anos, foi possível à entrega de obras importantes como o Fórum de Araguaína e parte do complexo do Hospital Geral de Palmas.

Desenvolver os modais necessários e indispensáveis para o processo logístico do Estado, principalmente no que tange os modais portuário e aeroviário, que ainda são incipientes e precisam ser melhorados para atender as necessidades dos usuários e as demandas produtivas das diversas regiões do Tocantins.

No setor energético, o desafio está na construção de linhas de transmissão, subestações e redes, tendo em vista a grande produção de energia do Tocantins. Com o forte crescimento da demanda de energia, provocado pela expansão econômica do Estado, é necessário desenvolver o grande potencial produtivo das hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas - PCH's existentes. É desafio, ainda, incentivar a implantação e funcionamento de indústrias de cogeração de fontes de energia renováveis e sustentáveis no Estado, tendo em vista todo o potencial energético, bem como estimular a criação de programas de incentivo à utilização de energia alternativa e cogeração de energia apropriada ao setor rural, universalizando as fontes de energias e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas.

II - Transporte

Não há como pensar em um cenário futuro de avanços, de desenvolvimento regional mais equilibrado, de fortalecimento da produção, uma economia crescente, eficiente e competitiva no Tocantins, sem voltar as atenções aos desafios impostos aos modais de transporte. Esse desafio tem como propósito gerar externalidades positivas, por meio da facilitação da circulação de pessoas, produtos e serviços, dentro e fora do Estado. A melhoria dos indicadores econômicos e sociais depende das facilidades que o transporte intermodal oferece. Para isso, é necessária a recuperação, conservação e pavimentação de rodovias, da infraestrutura viária do Estado e dos acessos aos municípios, além das ligações intermodais.

Fortalecer a infraestrutura de transporte no Tocantins, com grande extensão territorial e distante dos portos, é imprescindível. Nesse setor, os investimentos públicos de todas as esferas e os privados devem convergir para superar os inúmeros desafios de reduzir custos e tempo, aproximar lugares distantes, facilitar o transporte da produção e das pessoas. Para tal, é necessária incentivar e implementar as parcerias público-privadas, com a finalidade de

destravar o investimento em projetos e de elevar a oferta de infraestrutura viária e de serviços da qual o Estado necessita para que haja uma redução nas desigualdades regionais e na atração e formação de redes de negócios no Tocantins

Implantar o Plano Estadual de Logística e Transporte - PELT, que diagnosticou as deficiências e gargalos do sistema logístico estadual e, a partir disso, definiu cenários futuros e estratégias de intervenção pública e privada voltadas à articulação física do Estado e à reorganização das suas cadeias logísticas. A meta é alcançar o equilíbrio entre os diferentes modais de transporte: rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário. O PELT-TO orientará o desenvolvimento logístico do estado e, principalmente, internalizará ferramentas de planejamento adequadas para a implementação de um sistema de planejamento dinâmico e perene. Assim, o estudo propiciará o diagnóstico de demandas e o redirecionamento constante de políticas, tomando permanente o planejamento do sistema logístico estadual.

No Tocantins, tais desafios passam primeiramente pela manutenção, reconstrução, duplicação e pavimentação de trechos da extensa malha rodoviária tocantinense, composta de 13 mil km de rodovias dos quais, 5.806 mil km são pavimentados, segundo dados da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, responsável pelo setor de transporte do Estado.

A principal rodovia é a BR-153, que atravessa toda extensão do Estado. Esse importante corredor de escoamento da produção ainda não se encontra duplicado, gerando entraves à produção e ao setor de transportes. A duplicação dessa importante rodovia que liga o eixo sul ao eixo norte do Brasil, de grande movimentação, é um grande desafio a ser perseguido. Soja, sorgo, etanol, carnes, milho e leite são alguns exemplos dos produtos escoados pelo corredor da BR-153.

A melhoria dos demais corredores de escoamento da produção tocantinense é a ligação asfáltica de todas as sedes de municípios, atualmente faltam menos de dez cidades, e configura outro importante desafio a ser vencido no campo do transporte rodoviário, além da melhoria nas estradas vicinais, melhoria nas rodovias estaduais pavimentadas, pavimentação das rodovias estaduais não pavimentadas, construção e reforma das obras de artes especiais existentes.

O Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS, trouxe ao Estado benefícios de melhorias nas estradas vicinais de 72 municípios localizados nas regiões centro-oeste, sudoeste e noroeste, proporcionando mais segurança e conforto, além de colaborar com o escoamento da produção e transporte seguro. Foi possível, ainda com a parceria com o Banco Mundial, por meio deste projeto, pavimentar aproximadamente 30 km de rodovias no trecho que liga Chapada de Areia ao município de Paraíso do Tocantins TO-444/447; atualmente está em pavimentação o trecho que liga a cidade de Palmeirópolis à divisa com o Estado de Goiás (26,25 km de pavimentação), contribuindo para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda aos moradores dessas regiões.

Por meio de contrato de restauração e manutenção - CREMA, cerca de 3.208,69 km de projetos e aproximadamente 2.000 km de realização de serviços de restauração, manutenção, conservação em diversos trechos das rodovias estaduais pavimentadas, indicados como de maior necessidade e de grande fluxo de transportes de cargas e pessoas, receberam benefícios como a recuperação e a conservação dessas rodovias, e contribuirá para melhorias da competitividade e da integração regional, promovendo a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. O projeto, ainda em execução, fomenta a eficácia do transporte rodoviário e dos serviços públicos, apoiando o desenvolvimento integrado e territorialmente equilibrado do Estado. Cabe salientar ainda que o governo pavimentou, no último quadriênio, aproximadamente 99,77 km com serviços de terraplenagem e pavimentação nas rodovias estaduais não pavimentadas. Também são relevantes as manutenções e conservações realizadas em todas as rodovias estaduais (pavimentadas e não pavimentadas), somando-se um total de 13.000 km de serviços de patrolamento, encascalhamento, recuperação de erosão, recuperação de cortes e aterros, recuperação de sinalizações, operação de tapa-buracos, roçagem nas faixas de domínio, etc. nas estradas estaduais pavimentadas e não pavimentadas.

Mediante parceria com os diversos municípios e o Governo Federal, realizou-se ainda, nos últimos quatro anos, a pavimentação com serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação urbana e execução de meios-fios, calçadas, sinalização e outros serviços em aproximadamente 524.594 m² de pavimentação urbana.

Configura-se como desafio ainda, a construção e reformas das obras de artes especiais, para que não se tornem obsoletas. O maior entrave no momento é a Ponte de Porto Nacional, que já possui projetos para a construção de uma nova ponte, aguardando a liberação de financiamentos federais, para que seja realizada a obra, motivo pelo qual o Governo do Estado está buscando constantemente se enquadrar no equilíbrio fiscal.

A gestão também está comprometida em melhorar a segurança nas rodovias, por meio da realização de operações de fiscalização, policiamento,

controle e monitoramento do transporte coletivo intermunicipal, interestadual, veículos fretados e trânsito nas rodovias estaduais e federais delegadas, promovendo desta forma a segurança e educação para o trânsito.

III - Irrigação e Usos Múltiplos

O principal desafio do setor rural, em específico, do setor público, na área de irrigação, é o crescimento sustentável aliado à rentabilidade e possibilidade de manutenção da área produtiva, proporcionando ao pequeno irrigante qualificado e ao empresário rural, condições de manter e ampliar a área produtiva irrigada no Estado do Tocantins, através do uso racional do solo e da água.

Os perímetros públicos de irrigação do Estado do Tocantins são obras e empreendimentos financiados junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR e organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, que objetivam a ampliação de áreas irrigadas e a aplicação de tecnologia no campo, através dos diversos métodos de irrigação disponíveis que, somada às características de solo, clima e disponibilidade hídrica do território tocantinense, tornam o nosso Estado uma referência em agricultura e pecuária.

Os principais empreendimentos públicos de irrigação são:

- Projeto Rio Manuel Alves

Localizado nos municípios de Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis, possui uma área total de 3.792 hectares e que já opera cerca de 900 hectares com a produção de banana, abacaxi, manga, pinha e coco, beneficiando em 101 lotes. Há previsão para ser incrementado ao processo produtivo a partir de 2019, uma área de 1.500 hectares.

No ano de 2019 estão sendo concluídas as obras de drenagem complementar, a construção do centro administrativo do Distrito de Irrigação, a cerca do perímetro do projeto, além da realização da licitação do pórtico de entrada e outras obras que beneficiam os irrigantes, através da aplicação de recursos financeiros federais já disponíveis.

- Projeto Rio Formoso

Esse é um empreendimento de grande importância econômica para o Estado, com cerca de 27.787 hectares de área produtiva na região Sudoeste, no município de Formoso do Araguaia. É destaque na produção de arroz, soja e melancia. Diante desse potencial, o Governo do Estado celebrou um Termo de Compromisso para revitalizar a infraestrutura de uso comum do empreendimento, em especial os barramentos Taboca, Calumbi I e Calumbi II, que necessitam de urgente reforma para que não haja riscos na integridade de sua estrutura.

- Projeto Polo de Fruticultura Irrigada São João

Localizado no município de Porto Nacional, se destaca com uma área total de aproximadamente 3.506 hectares e operando cerca de 1.200 hectares na produção de abacaxi, banana, coco, manga e outros. A previsão para a operação do empreendimento em 2019 pode chegar a 1.900 hectares.

Através de parceria entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, a infraestrutura de bombeamento está sendo recuperada para que haja condições plenas de operação no empreendimento, além da capacitação dos irrigantes na comercialização de seus produtos e a Gestão Integrada no processo de operação do projeto.

- Projeto Gurita

Localizado no município de Itapiratins, com uma área de cerca de 200 hectares em operação, para a produção de frutas através de uma concessão por um período pré-estabelecido. No ano de 2019, está prevista a avaliação da empresa quanto ao cumprimento das regras estabelecidas no edital e no contrato, visando beneficiar parte da população rural que está próxima ao empreendimento.

- Projeto Hidroagrícola Sampaio

Possibilitando o benefício direto dos municípios de Sampaio, Carrasco Bonito e Augustinópolis, o empreendimento pode levar ao Bico do Papagaio uma ferramenta de trabalho adicional para a região de menor índice de desenvolvimento humano -IDH no Estado.

O governo do Estado, com o apoio do Governo Federal, está atuando para concluir as obras civis e fazer com que o projeto alcance o objetivo conveniado, que é a produção em uma área agrícola de aproximadamente 1.000 hectares, com

fruticultura e grãos, além de pastagem irrigada para ampliação da bacia leiteira, que se tornou uma possibilidade na região.

IV - Desenvolvimento da Rede de Cidades

A rede de cidades é um conjunto articulado de cidades e grandes centros urbanos, que se integram em escalas regional e local por meio de fluxos de serviços, mercadorias, capitais, ofertas de serviços, mobilidade urbana, informações, fornecimentos de equipamentos públicos e recursos humanos. Essa rede estrutura-se por meio de uma hierarquia, em que as cidades menores costumam ser relativamente dependentes das cidades maiores e economicamente mais desenvolvidas. O grau de integração de uma dada rede urbana de um Estado é um indicativo de seu nível de desenvolvimento.

Neste contexto, é desafio do Governo do Estado apoiar a integração das políticas públicas e intervenções setoriais aos planos diretores municipais e planos regionais, fomentando o adequado desenvolvimento territorial; fortalecer a rede de integração de cidades e estimular os arranjos intermunicipais para a gestão de funções públicas de interesse comum; promover ações do desenvolvimento urbano integradas em todas as suas dimensões, tendo como base uma estrutura de gestão a ser implementada de forma descentralizada e participativa.

Cabe salientar a importância da integração do eixo com as três esferas de governo, de modo que suas propostas sigam, em linhas gerais, o que define o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, que tem como objetivo central a "implantação dos instrumentos fundiários do Estatuto da Cidade, por meio da capacitação e da informação ampla às gestões municipais; fomentar ainda o desenvolvimento municipal, através de investimento em equipamentos públicos, visando à melhoria da qualidade de vida da população; fortalecer a política estadual de habitação de interesse social, por meio da diversificação de estratégias, visando à redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo no Estado.

Neste último quadriênio a Secretaria da Infraestrutura, Cidades e Habitação - SEINF entregou, aproximadamente, 1.489 das 10.987 habitações de interesse social previstas e inseridas nos programas "Pró-Moradia" e "Minha Casa, Minha Vida". Está muito aquém da capacidade do Estado de realizar novas entregas de Habitação de Interesse Social - HIS visando reduzir o déficit habitacional e viabilizar o acesso à habitação para a população de baixa renda, melhorando os níveis de pobreza e as condições de vida desta faixa de população.

O Governo do Estado trabalha com afinco e muita transparência por uma política habitacional municipalista, estreitando as relações com as prefeituras para a celebração de convênios e elaboração e implementação da política estadual de habitação, utilizando o SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, mediante os diversos programas habitacionais existentes.

2.2.3.6. Gestão pública, participação social e diálogo federativo.

I – Planejamento

Para lidar com um contexto que combina, por um lado, oportunidades decorrentes das potencialidades de um território privilegiado e, ao mesmo tempo, adversidades motivadas pelo agravamento das condições sociais da população, o Governo do Estado do Tocantins optou pela adoção de um novo modelo de Governança Pública baseado num enfoque dual a partir da adoção de medidas emergenciais de curto prazo para mitigar os efeitos da crise fiscal e de medidas estruturantes voltadas para a construção de um projeto de futuro para o Estado orientado para a criação de valor público sustentável. Neste sentido, um dos pilares deste novo modelo é o fortalecimento da cultura de gestão estratégica para resultados que destaca o planejamento como elemento central.

Para isso, estão sendo desenvolvidas iniciativas em três frentes:

- Uma nova **Agenda de Desenvolvimento** a partir do plano estratégico do Estado que coloca as bases para o desenvolvimento sustentável numa perspectiva de longo prazo, levando em consideração as demandas e expectativas dos diversos segmentos da sociedade tocantinense,
- O **fortalecimento das capacidades institucionais** a partir da contratualização de resultados definidos nos planos estratégicos para as secretarias estaduais alinhados com a Agenda Estratégica do Estado, e
- Um **novo planejamento de médio prazo** a partir da formulação do PPA 2020 – 2023 de forma harmônica com as iniciativas anteriores e, construído de forma regional e participativa, e com uma metodologia de fácil compreensão.

II – O novo modelo de Gestão – Gestão para Resultados:

Debate sobre o papel das instituições e a necessidade de seu fortalecimento para o alcance de objetivos de desenvolvimento não é novo. A

Organização das Nações Unidas, por exemplo, desde os anos 70 inclui o tema do desenvolvimento institucional em suas estratégias de redução da pobreza no mundo. O desafio de promover transformações de qualquer natureza (nacional, regional, setorial) pressupõe:

- Definir claramente a situação desejada a partir dos principais resultados a alcançar;
- Conhecer, em profundidade, a situação atual, objeto de transformação, a partir da identificação das principais potencialidades e limitações; e
- Estabelecer um plano de intervenção incluindo a definição de ações e projetos que promovam a mudança da situação atual na direção da situação desejada.

Para isso, torna-se fundamental promover uma cultura de gestão orientada para resultados.

A gestão para resultados nada mais é do que um modelo de administração que foca no alcance de resultados governamentais previamente estabelecidos. Investir em tomadas de decisão mais eficazes e dar prioridade às ações relevantes para o alcance dos mesmos. Isso deve estar alinhado com o direcionamento dos investimentos necessários, em recursos financeiros e humanos.

Gerir resultados significa defini-los (a partir de um planejamento abrangente), alcançá-los (a partir do fortalecimento da capacidade de implementação), e monitorá-los e avaliá-los (a partir de "controles", acompanhamentos e ajustes decorrentes). Em outras palavras, trata-se, pois, de um conjunto de iniciativas que busca integrar distintas lógicas de geração de resultados em torno de três grandes elementos de um ciclo:

a. Construir uma **AGENDA ESTRATÉGICA**, assegurando foco, seletividade, coerência e legitimidade. Significa desenvolver no âmbito das organizações do Estado as capacidades de:

- Compreensão do Ambiente Institucional, que implica na gestão das expectativas das partes interessadas, na análise de tendências a partir de cenários exploratórios e identificação de impactos para o direcionamento do Estado (Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas);
- Estabelecimento do propósito, incluindo a definição da missão institucional, visão de futuro e valores com estratégia de publicização interna e externa;
- Definição de resultados, a partir do desdobramento da declaração de propósitos em objetivos (incluindo o estabelecimento de relação de causalidade), indicadores e metas; e
- Definição de esforços de implementação, incluindo a elaboração de um plano de ação para o alcance das metas.

b. Promover o **ALINHAMENTO DAS ESTRUTURAS IMPLEMENTADORAS**, visando fortalecer a capacidade de execução da Agenda. Significa desenvolver as capacidades de:

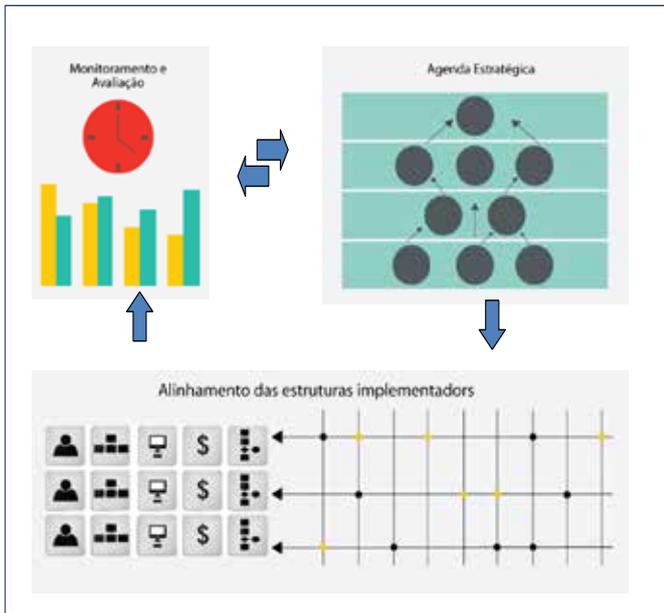
- Desdobramento da Agenda por meio da construção de uma matriz de contribuição incluindo todas as unidades implementadoras, incluindo parceiros;
- Pactuação interna, por meio da celebração de contratos de gestão e responsabilização por resultados para cada unidade administrativa e Pactuação externa, por meio da celebração de termos de parceria com outras entidades, órgãos governamentais, privados e do terceiro setor; e
- Alinhamento do modelo de gestão, que inclui otimização de processos, estruturas, aperfeiçoamento do sistema de gestão de pessoas, de informação, de finanças e outros.

c. **MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**, gerando informações sobre o desempenho da Agenda e das unidades implementadoras para a correção de rumos e prestação de contas. Significa desenvolver no âmbito do Estado as capacidades de:

- Sistematização do processo de monitoramento e avaliação, que inclui definição de estrutura, procedimentos e sistema de comunicação;
- Prestação de contas, envolvendo a qualidade e celeridade na informação ao cidadão e demais partes interessadas; e

- Correção de rumos, que significa a adoção de forma tempestiva de medidas de ajustamento e apropriação das lições aprendidas.

Figura. Ciclo de planejamento proposto



III - Equilíbrio das contas públicas

O Governo do Estado do Tocantins é encarregado de fornecer uma série de serviços públicos, especialmente aqueles que são considerados direitos de todos os cidadãos, como educação, saúde, justiça dentre outros. É de sua responsabilidade também o investimento em infraestrutura pública, que requer recursos para construir escolas, hospitais, creches, estradas, etc.

Para conseguir os recursos necessários para tanta obra e projeto, o governo conta com um sistema de arrecadação de impostos. Mas apenas isso não basta. É preciso também criar um ambiente favorável para os negócios, para atrair novos investidores que geram também mais impostos, empregos, aumento de renda da população e principalmente a dependência do poder público pelos cidadãos no que se refere à empregabilidade.

As consequentes crises econômicas que tivemos em espaços de tempo muito curto têm impactado governos estaduais em sua capacidade de fornecer serviços de sua responsabilidade, de investir em infraestrutura apropriada e consequentemente atrair novos investidores, obrigando-o a tomar decisões de austeridade fiscal que possam equilibrar as contas públicas do Estado.

A superação dos desafios para a construção do modelo de desenvolvimento que o Tocantins deseja exige mudança significativa na forma de atuação do Estado. O modelo que vem sendo utilizado ao longo dos anos exauriu a capacidade de investimento do estado e vincula todos os esforços tributários em compromissos com despesas de pessoal e custeio. Desta forma, o Estado tem que adotar, como já vem adotando, um conjunto de medidas, com o intuito de controlar os gastos e aumentar receita.

A ideia é continuar a garantir o “pulso firme” para que o estado equilibre suas contas e assim, tenha condições de realizar os investimentos necessários para proporcionar a sociedade os resultados esperados pela ação do governo.

O Governo do Tocantins vem implementando iniciativas de contenção de gastos em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e demais obrigações legais. Recentemente, uma das medidas adotadas foi a suspensão dos reajustes e progressões aos servidores públicos, mediante a edição da Lei 3.462, de 25 de abril de 2019, por um período de 24 meses. Tal medida colaborou para enquadramento do índice de pessoal conforme determina a LRF. Outro objetivo

importante é o enquadramento da Capacidade de Pagamento - CAPAG. Conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional, o Tocantins está classificado com CAPAG “C”, impedindo-o, assim, de captar operações de crédito externa para promoção de novos investimentos.

Com a visão e o comprometimento de voltar a promover o desenvolvimento do Estado, o Governo adotou três medidas, relacionadas abaixo:

- Limitação do crescimento anual das despesas correntes à variação do IPCA ou à variação anual da receita corrente líquida, o que for menor;
- Eliminação das vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição Federal; e
- Adoção do princípio de unidade de tesouraria, com estabelecimento de condições para o recebimento e a movimentação dos recursos financeiros, inclusive a destinação dos saldos não utilizados quando do encerramento do exercício, conforme o art. 56 da Lei Federal 4.320/1964 e o Decreto 5.948, de 2 de maio de 2019.

IV - Nova estrutura administrativa regional

O Planejamento Estratégico do Estado do Tocantins prevê a agregação de municípios segundo Eixos Regionais de Desenvolvimento, com características convergentes em termos tanto de demandas reprimidas como de potencialidades e oportunidades, agrupados por critérios de características socioeconômicas, demográficas, políticas, históricas e geográficas convergentes. Ressalta-se, no Planejamento Estratégico, a indicação de necessidade de revisão na estrutura da regionalização, com foco em políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico integrado, objetivando reforçar uma rede de infraestrutura de suporte social básico com objetivo de articular a promoção social com o desenvolvimento econômico.

A abordagem territorial revela-se um avanço para o planejamento público no Tocantins, pois, não apenas, notabiliza e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no Estado como também, estabelece um novo paradigma na gestão governamental, estabelecendo a participação social e o diálogo com as Instituições, como primordial em todo o ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas.

O Governo adotará instrumentos que articulem as suas políticas públicas com o desenvolvimento regional, promovendo uma maior aderência às distintas necessidades territoriais e Institucionais. Desta forma, a reorganização e estruturação administrativa do Estado do Tocantins se impõe, com intuito de verificar o descompasso entre os agrupamentos de municípios, denominados de regiões, escritórios e residências, adotados por determinados órgãos da administração direta e indireta e o agrupamento de municípios nominadas de “áreas-programa”, visando suprir o Estado com produtos técnicos aplicáveis ao planejamento e gestão das políticas públicas, promovendo a otimização dos recursos públicos.

É preciso que o Estado acentue as funções de coordenação e complementação de prestação de serviços quando houver ganhos de escala e maiores níveis de complexidade que se concentrem na estruturação, capacitação para operação e gestão de grandes sistemas e redes, como as de educação, segurança pública, assistência social, gestão ambiental, infraestrutura, assistência técnica e extensão rural, que fomentem e regulem a ação regionalizada, para criar formas alternativas de ação que façam convergir esforços, recursos e competências, a partir do apoio à consolidação de redes de cidades organizadas em torno de cidades-polo (hubs), para dar escala a conjuntos de pequenos municípios.

Apenas com políticas construídas a partir de robustas evidências e uma estratégia regionalizada e segmentada direcionada para as necessidades específicas de cada região e cada público é possível reduzir disparidades, otimizar esforços e recursos.

3. Dimensão Operacional

A dimensão operacional visa gerar resultados a curto prazo e descreve as ações, projetos e atividades a serem realizadas pelos órgãos setoriais, indispensáveis para o alcance dos objetivos do governo definidos na dimensão tática.

O plano operacional identifica responsabilidades, atividades, recursos, tarefas e define responsáveis, relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.



ANEXO II LEI Nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019.
EIXOS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS TEMÁTICOS

1 - Saúde

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0102 - Recursos do Tesouro - Ações de Serviços Públicos de Saúde / ASPS	156.752.609,00	658.539.444,00
0249 - Investimento	3.600.000,00	15.124.099,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	125.000.000,00	525.142.331,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	16.700.000,00	70.159.015,00
0251 - Vigilância em Saúde	9.102.000,00	38.238.764,00
0250 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	347.000.000,00	1.457.795.111,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	19.000,00	79.822,00
0229 - Operações Financeiras não Reembolsáveis - Externas	400,00	1.680,00
0235 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.000.000,00	12.603.416,00
0248 - Gestão do SUS	620.000,00	2.604.706,00
0246 - Assistência Farmacêutica	3.954.500,00	16.613.403,00
0240 - Recursos Próprios	1.340.000,00	5.629.526,00
0247 - Atenção Básica	425.000,00	1.785.484,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	22.432.500,00	94.242.043,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	800.000,00	3.360.911,00
TODAS AS FONTES	690.746.009,00	2.901.919.754,00

PROGRAMA - 1165 | INTEGRAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0102 - Recursos do Tesouro - Ações de Serviços Públicos de Saúde / ASPS	156.752.609,00	658.539.444,00
0249 - Investimento	3.600.000,00	15.124.099,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	125.000.000,00	525.142.331,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	16.700.000,00	70.159.015,00
0251 - Vigilância em Saúde	9.102.000,00	38.238.764,00
0250 - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	347.000.000,00	1.457.795.111,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	19.000,00	79.822,00
0229 - Operações Financeiras não Reembolsáveis - Externas	400,00	1.680,00
0235 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	3.000.000,00	12.603.416,00
0248 - Gestão do SUS	620.000,00	2.604.706,00
0246 - Assistência Farmacêutica	3.954.500,00	16.613.403,00
0240 - Recursos Próprios	1.340.000,00	5.629.526,00
0247 - Atenção Básica	425.000,00	1.785.484,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	22.432.500,00	94.242.043,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	800.000,00	3.360.911,00
TODAS AS FONTES	690.746.009,00	2.901.919.754,00

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: ARTICULAR A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NOS PONTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de atendimento a pessoa com deficiência	Porcentagem	77.0	100.0

METAS

Realizar anualmente atendimentos em reabilitação física, intelectual e auditiva

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	26400.0	26400.0	26400.0	26400.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4355 - Implementação da rede de atenção à pessoa com deficiência

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: OFERTAR AOS USUÁRIOS DO SUS AÇÕES E SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE EM TEMPO OPORTUNO, DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS DE ACESSO NAS REGIÕES DE SAÚDE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de contrato de gestão assinado	Porcentagem	0.0	12.5
Taxa de ocupação dos leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal) contratualizados	Taxa	0.0	90.0
Taxa de ocupação dos leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal) próprios	Taxa	0.0	90.0
Taxa de ocupação hospitalar	Taxa	93.0	90.0
Tempo médio de permanência por leito de clínica cirúrgica	Dias	0.0	10.0
Tempo médio de permanência por leito de clínica médica	Dias	0.0	9.0

METAS

Reduzir o tempo médio de permanência para leitos de clínica médica nos hospitais de porte 3

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Dias	9.0	8.0	7.0	7.0

Reduzir o tempo médio de permanência para leitos de clínica cirúrgica nos hospitais de porte 3

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Dias	10.0	9.5	9.0	8.0

Manter em 90% anualmente a taxa de ocupação dos leitos de UTI adulto, pediátrico e neonatal contratualizados

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	90.0	90.0	90.0	90.0

Realizar contrato de gestão com hospitais SUS

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	12.5	12.5	12.5	12.5

Aumentar o número de doadores efetivos de múltiplos órgãos para 7,9 por milhão de população (PMP)

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	3.7	4.9	6.1	7.9

Construir novas unidades hospitalares

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Saúde Médio Norte Araguaia	Unidade	0.0	0.0	1.0	0.0
Região de Saúde Ilha do Bananal	Unidade	0.0	0.0	1.0	0.0

Ampliar leitos de UTI nos hospitais de gestão estadual

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Saúde do Bico do Papagaio	Unidade	10.0	0.0	0.0	0.0
Região de Saúde Capim Dourado	Unidade	12.0	0.0	0.0	0.0

Realizar cirurgias eletivas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	6000.0	6000.0	6000.0	6000.0

Implementar Núcleos de Segurança do Paciente (NSP) nos hospitais regionais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	3.0	3.0	1.0

Manter em 90% anualmente a taxa de ocupação dos leitos de UTI adulto, pediátrico e neonatal próprios

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	90.0	90.0	90.0	90.0

Alcançar anualmente 90% de taxa de ocupação hospitalar nos hospitais de porte 3

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	90.0	90.0	90.0	90.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3099 - Ampliação e modernização da rede de serviços de saúde no Estado

4113 - Oferta de ações e serviços de MAC Ambulatorial e hospitalar nas unidades hospitalares próprias

4352 - Organização e viabilização dos serviços de saúde, e do apoio ao diagnóstico

4354 - Apoio à manutenção dos serviços de MAC Ambulatorial e hospitalar na rede municipal

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: FORTALECER O CONTROLE SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO POR MEIO DOS CONSELHOS DE SAÚDE E DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COMO UM INSTRUMENTO DE GESTÃO E CIDADANIA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de demandas registradas na ouvidoria do SUS	Unidade	1400.0	1500.0
Número de instrumento de gestão do SUS avaliado	Unidade	0.0	6.0

METAS**Fiscalizar e avaliar anualmente os instrumentos de gestão do SUS (PES, PAS, Relatórios Quadrimestrais, RAG)**

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	6.0	6.0	6.0	6.0

Implantar ouvidoria em unidades hospitalares sob gestão estadual até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	3.0	2.0	1.0	2.0

Capacitar ouvidores municipais em 2020

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	24.0	0.0	0.0	0.0

Implantar ouvidorias municipais até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	2.0	3.0	3.0	3.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4134 - Promoção da ouvidoria do SUS

4139 - Promoção do controle social no SUS

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: ORGANIZAR A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO-INFANTIL PARA VIABILIZAR ACESSO, ACOLHIMENTO E RESOLUTIVIDADE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de óbitos maternos em determinado período	Unidade	9.0	9.0
Taxa de mortalidade infantil	Taxa/Mil	12.66	12.46

METAS

Reduzir o número de óbitos maternos no ano, até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	9.0	8.0	8.0	8.0

Reduzir a taxa de mortalidade Infantil, até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Taxa/Mil	12.46	12.22	11.99	11.74

Aumentar a proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	59.0	59.5	59.75	60.0

Reduzir a proporção de nascidos vivos de mães adolescentes de 10 a 19 anos até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	19.66	19.16	18.66	18.16

Reduzir os casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	274.0	268.0	263.0	258.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4343 - Implementação da rede cegonha

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: VIABILIZAR A REGULAÇÃO DO ACESSO DO USUÁRIO COM PROTOCOLO CLÍNICO PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE NO TEMPO OPORTUNO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Proporção de leito regulado	Porcentagem	0.0	15.0

METAS

Atingir 60% de regulação das internações em leitos SUS até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	15.0	30.0	45.0	60.0

Regular 50% dos pacientes admitidos na porta de entrada do Hospital Geral de Palmas, até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	20.0	30.0	50.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4362 - Viabilização do acesso aos serviços de saúde de forma regulada e oportuna

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: AMPLIAR O ACESSO E A RESOLUTIVIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA BUSCANDO A INTEGRAÇÃO COM A VIGILÂNCIA EM SAÚDE E ATENÇÃO ESPECIALIZADA, COM ÊNFASE NO MODELO DE ATENÇÃO A CONDIÇÕES CRÔNICAS NA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de atenção básica	Porcentagem	100.0	100.0
Taxa mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	Taxa	269.0	272.58

METAS

Alcançar 100% dos CAPS do Estado do Tocantins realizando ações de matriciamento sistemático com equipes de atenção básica, anualmente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Reduzir a taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Taxa/Mil	272.58	267.13	261.79	256.55

Ampliar a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Razão	0.2	0.22	0.23	0.25

Ampliar a razão de mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico, até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Razão	0.56	0.57	0.58	0.6

Manter acima de 85% a cobertura populacional estimada pelas equipes de saúde bucal, anualmente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	86.2	87.0	87.5	88.0

Aumentar o percentual de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF), até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	76.0	77.0	78.0	79.0

Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	95.5	95.7	95.8	96.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4156 - Qualificação do processo de trabalho da atenção primária

4361 - Implementação da rede de atenção psicossocial

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: REDUZIR OS RISCOS, DOENÇAS E AGRAVOS DE RELEVÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR POR MEIO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de processos de licenciamentos sanitários concluídos em relação ao número de estabelecimentos cadastrados em ativo	Porcentagem	70.0	70.0
Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Porcentagem	80.0	82.0
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação	Porcentagem	0.0	80.0
Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	Porcentagem	95.0	95.0

METAS**Encerrar 80% ou mais das doenças compulsórias imediatas registradas no SINAN, em até 60 dias a partir da data de notificação**

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	80.0	80.0	80.0	80.0

Elevar para 80% o percentual dos processos de licenciamento sanitários concluídos até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	70.0	72.0	75.0	80.0

Ampliar para 50% o percentual de laboratórios que realizam o diagnóstico de saúde pública enviando amostras ao controle de qualidade do LACEN-TO, até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	35.0	40.0	45.0	50.0

Reduzir a letalidade por leishmaniose visceral em 50%, passando de 6,02% (média entre 2012 e 2015) para 3,01% em 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	6.02	4.51	3.01	3.01

Alcançar 92% de óbitos infantis e fetais investigados até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	91.0	91.0	92.0	92.0

Alcançar em 100% a investigação dos óbitos maternos

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Alcançar 97% de óbitos em mulheres em idade fértil (MIF) investigados até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	96.0	96.0	97.0	97.0

Ampliar o registro de óbitos alimentados no SIM até 60 dias do final do mês de ocorrência, anualmente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	93.0	93.0	94.0	94.0

Alcançar, anualmente, 75% das vacinas selecionadas com cobertura vacinal de 95% de crianças menores de um ano de idade - Pentavalente (3º dose), Pneumocócica 10- valente (2º dose), Poliomielite (3º dose), Tríplice viral (1 dose)

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	75.0	75.0	75.0	75.0

Alcançar 85% de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	85.0	85.0	85.0	85.0

Alcançar 85% dos contatos examinados dos casos novos de hanseníase

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	85.0	85.0	85.0	85.0

Alcançar 88% de cura dos casos novos de hanseníase

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	88.0	88.0	88.0	88.0

Alcançar 85% das análises realizadas em amostras de água para consumo humano, quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	82.0	83.0	84.0	85.0

Alcançar até 2023, 98% do preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	95.0	96.0	97.0	98.0

Alcançar 70% dos municípios executando 8 ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	55.0	60.0	65.0	70.0

Manter a incidência de AIDS em menores de 5 anos em 01 (um) caso anualmente até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	1.0	1.0	1.0

Reduzir para 01 (um) o número de casos autóctones de malária até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	2.0	2.0	1.0	1.0

Elevar para 94% a proporção de registro de óbitos com causa básica definida até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	93.0	93.0	94.0	94.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4078 - Gerenciamento do risco sanitário

4353 - Fortalecimento do sistema estadual de vigilância em saúde

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: ORDENAR A EDUCAÇÃO PERMANENTE, FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, A GESTÃO DO TRABALHO E DE PESSOAS, PARA AS NECESSIDADES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NO TOCANTINS

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de ações educativas baseadas na EPS com temáticas relacionadas às demandas sociais em saúde no Tocantins	Unidade	0.0	15.0
Proporção da força de trabalho da SES-TO cadastrada no CNES	Porcentagem	0.0	84.0

METAS

Estruturar a área de gestão do trabalho em saúde nos estabelecimentos de saúde

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	5.0	5.0	5.0	6.0

Realizar concurso público para provimento da força de trabalho em saúde

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	0.0	1.0	0.0	0.0

Realizar ações educacionais para qualificação de trabalhadores e conselheiros de saúde do SUS, priorizando a formação dos trabalhadores com vínculo efetivo no SUS e as temáticas relacionadas às demandas sociais em saúde

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	15.0	20.0	25.0	30.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4307 - Formação dos trabalhadores do SUS

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS CONTEMPLADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E AO CUIDADO FARMACÊUTICO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de usuário atendido com fórmulas nutricionais	Porcentagem	37.0	100.0
Percentual de usuários atendidos com medicamentos do componente especializado de assistência farmacêutica	Porcentagem	57.0	100.0

METAS

Atender os usuários de medicamentos do componente especializado da assistência farmacêutica (CEAF) com requisito no protocolo de diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Atender os usuários de fórmulas nutricionais especiais com requisito no protocolo estadual de fórmulas nutricionais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4356 - Assistência farmacêutica

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: ASSEGURAR A OFERTA DE HEMOCOMPONENTES, PRÓ-COAGULANTES, ASSISTÊNCIA HEMOTERÁPICA E HEMATOLÓGICA COM QUALIDADE À POPULAÇÃO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de produção de hemocomponentes	Índice	2.0	2.5
Percentual de doações espontâneas	Porcentagem	45.0	45.0
Percentual de pacientes atendidos pela 1ª vez no ambulatório de hematologia com diagnóstico de doença hematológica primária	Porcentagem	40.0	40.0
Taxa de doação de sangue	Taxa/Mil	15.0	15.2

METAS

Aumentar para o percentual de pacientes atendidos pela 1ª vez no ambulatório de hematologia com diagnóstico confirmado de doença hematológica primária

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	40.0	42.0	43.0	45.0

Manter o índice de produção de hemocomponentes na hemorrede

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Índice	2.5	2.5	2.5	2.5

Alcançar 46% de doações espontâneas na hemorrede

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	45.0	45.0	45.0	46.0

Aumentar a taxa de doação de sangue a cada mil habitantes

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Taxa/Mil	15.2	15.3	15.4	15.5

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4127 - Produção hemoterápica e hematológica na hemorrede

Integração de Ações e Serviços de Saúde

OBJETIVO: ORGANIZAR A REDE DE ATENÇÃO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PARA ATENDIMENTO QUALIFICADO DOS PACIENTES EM UM DOS PONTOS DE ATENÇÃO À SAÚDE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Taxa de mortalidade específica por doenças do aparelho circulatório de 0 a 69 anos	Taxa	62.0	59.02
Taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre	Taxa	25.01	23.0

METAS

Reduzir a taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária de 0 a 69 anos até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Taxa	59.02	55.6	50.17	45.6

Reduzir a taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre (ATT), até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Taxa	23.0	20.0	18.0	17.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4345 - Implementação da rede de atenção às urgências

2 - Educação, Ciência, Tecnologia & Inovação

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0211 - Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	135.019.964,00	567.237.589,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	56.109.354,00	235.723.176,00
0101 - Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE	403.219.223,00	1.693.979.861,00
0214 - Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	816.857.435,00	3.431.731.340,00
0235 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	10.053.028,00	42.234.164,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	21.822.500,00	91.679.348,00
0216 - Cota-Parte do Salário-Educação	27.191.253,00	114.234.224,00
0240 - Recursos Próprios	2.390.000,00	10.040.721,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	39.384.983,00	165.461.774,00
9999 - Não Orçamentária	0,00	0,00
0228 - Operações Financeiras não Reembolsáveis - Internas	3.513.900,00	14.762.381,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	13.000.000,00	54.614.802,00
TODAS AS FONTES	1.528.561.640,00	6.421.699.381,00

PROGRAMA - 1156 | EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E FORMAÇÃO CIDADÃ

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0211 - Contribuição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	135.019.964,00	567.237.589,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	27.665.820,00	116.227.946,00
0101 - Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE	402.703.023,00	1.691.811.233,00
0214 - Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	816.857.435,00	3.431.731.340,00
0235 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	10.053.028,00	42.234.164,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	5.910.000,00	24.828.729,00
0216 - Cota-Parte do Salário-Educação	27.191.253,00	114.234.224,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	32.874.983,00	138.112.362,00
0228 - Operações Financeiras não Reembolsáveis - Internas	3.513.900,00	14.762.381,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	13.000.000,00	54.614.802,00
TODAS AS FONTES	1.474.789.406,00	6.195.794.771,00

Educação de Qualidade e Formação Cidadã

OBJETIVO: GARANTIR COM QUALIDADE O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O SUCESSO DO ALUNO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos finais do Ensino Fundamental	Índice	4.6	5.1
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos iniciais do Ensino Fundamental	Índice	5.6	5.7

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ensino Médio	Índice	3.8	4.7

METAS

Diminuir o índice de distorção idade-série - ensino médio

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	30.15	29.3	28.45	27.6

Diminuir o índice de abandono - ensino médio

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	4.4	3.5	2.6	1.7

Aumentar o índice de aprovação - ensino médio

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	87.55	89.7	91.85	94.0

Diminuir o índice de distorção idade-série - anos finais do ensino fundamental

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	28.85	27.9	26.95	26.0

Diminuir o índice de abandono - anos finais do ensino fundamental

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	1.95	1.5	1.05	0.6

Aumentar o índice de aprovação - anos finais do ensino fundamental

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	88.85	91.0	93.15	95.3

Diminuir o índice de distorção idade-série - anos iniciais do ensino fundamental

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	14.1	12.9	11.7	10.5

Diminuir o índice de abandono - anos iniciais do ensino fundamental

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	1.2	1.1	1.0	0.9

Aumentar o índice de aprovação - anos iniciais do ensino fundamental

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	94.9	96.8	98.7	99.7

Reformar 160 unidades escolares

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	40.0	40.0	40.0	40.0

Ampliar 48 unidades escolares

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	12.0	15.0	11.0	10.0

Execução do sistema de proteção e combate a incêndio e pânico em 230 escolas da rede estadual de ensino

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	80.0	50.0	50.0	50.0

Construir 13 unidades escolares

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	2.0	4.0	4.0	3.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1016 - Capacitação dos órgãos colegiados

1073 - Premiação das escolas bem sucedidas em gestão escolar

1075 - Implementação da gestão democrática

1086 - Construção, reforma e ampliação de unidade escolar

1136 - Implementação de ações educativas mediadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC)

2004 - Alimentação do alfabetizando

2007 - Aparentamento de unidade escolar

2014 - Apoio aos sistemas municipais de ensino na implementação de políticas educacionais

2017 - Apoio às unidades escolares às margens da Rodovia Belém-Brasília

2028 - Capacitação dos alfabetizadores

2042 - Descentralização de recursos à gestão comunitária

2048 - Distribuição de material pedagógico para os alunos da alfabetização de jovens e adultos

2086 - Implementação da avaliação da aprendizagem

2114 - Manutenção do programa de alimentação escolar

2116 - Manutenção do transporte escolar

2122 - Monitoramento da gestão educacional

2123 - Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos

2150 - Realização do censo escolar

2157 - Realização e apoio a eventos educacionais

2323 - Monitoramento da aprendizagem dos alunos da educação básica

2349 - Distribuição de material didático pedagógico aos alunos da rede estadual de ensino

2368 - Execução do PDDE indígena

2386 - Fomentar jogos estudantis

Educação de Qualidade e Formação Cidadã

OBJETIVO: QUALIFICAR, PROFISSIONALIZAR JOVENS E ADULTOS NOS DIVERSOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de concluintes da educação profissional técnica de nível médio e da qualificação profissional	Porcentagem	53.0	0.0

METAS

Elevar a oferta do número de vagas da educação profissional técnica de nível médio nas unidades escolares da rede estadual de ensino

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	200.0	281.0	281.0	281.0

Implantar 5 pólos de educação profissional e de educação superior através do programa Universidade Aberta do Brasil

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	2.0	1.0	1.0	1.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1107 - Construção, reforma e ampliação de unidade da educação profissional

1113 - Distribuição de material para estudantes matriculados na educação profissional

1114 - Concessão de bolsa auxílio aos estudantes matriculados na educação profissional

- 1115 - Concessão de bolsas aos profissionais que atuam na educação profissional
- 2319 - Aparelhamento de unidade da educação profissional
- 2335 - Manutenção de unidade da educação profissional
- 2338 - Distribuição de material para os professores que atuam na educação profissional
- 2343 - Apoio às turmas da educação profissional
- 2369 - Manutenção de polos de apoio presencial à educação a distância
- 2370 - Aparelhamento de polos de apoio presencial à educação a distância
- 2371 - Monitoramento de polos de apoio presencial à educação a distância
- 2374 - Monitoramento e fiscalização das unidades de educação profissional

Educação de Qualidade e Formação Cidadã

OBJETIVO: PROMOVER A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de participação dos profissionais da educação básica na formação inicial e continuada	Porcentagem	77.0	79.0
Índice de professores em exercício de docência atuando na área de conhecimento da sua formação	Porcentagem	70.0	75.0

METAS

Avaliar todos os servidores da educação básica

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	15800.0	19000.0	19000.0	19000.0

Liberar profissionais da educação para qualificação em nível de doutorado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	10.0	10.0	10.0	10.0

Liberar profissionais da educação para qualificação em nível de mestrado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	40.0	40.0	40.0	40.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1123 - Formação continuada dos servidores da educação

1129 - Construção de centro de formação

2062 - Formação continuada dos profissionais da educação básica

2064 - Formação inicial dos profissionais da educação básica

2065 - Formação inicial dos servidores da educação

2109 - Manutenção de recursos humanos dos profissionais da educação básica

2372 - Formação continuada dos servidores dos polos de apoio presencial à educação a distância

2373 - Formação continuada de profissionais da educação profissional

2384 - Promoção da saúde dos profissionais da educação

2385 - Manutenção de recursos humanos dos profissionais da educação profissional

PROGRAMA - 1157 | EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, PROFISSIONAL E SUPERIOR

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0101 - Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE	516.200,00	2.168.628,00
0240 - Recursos Próprios	1.058.000,00	4.444.805,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	810.000,00	3.402.922,00
TODAS AS FONTES	2.384.200,00	10.016.355,00

Educação Tecnológica, Profissional e Superior

OBJETIVO: PROMOVER O CONHECIMENTO CIENTÍFICO, A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL E A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE TOCANTINENSE

RESPONSÁVEL UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de ofertas em ensino	Unidade	1750.0	1700.0

METAS

Atender demandas de pesquisas do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	10.0	10.0	10.0	10.0

Manter cursos de graduação na modalidade presencial

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	12.0	14.0	15.0	16.0

Desenvolver atividades de extensão para o público docente, discente e sociedade civil nos 4 Câmpus da Unitins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	10000.0	10000.0	10000.0	10000.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3101 - Realização de concurso público

4173 - Transmissão e retransmissão de sinal

4292 - Estruturação das unidades da UNITINS

4302 - Fomento a pesquisas aplicadas, acadêmica e de pós-graduação

4303 - Promoção de cursos de graduação na modalidade presencial

4305 - Desenvolvimento de práticas de extensão universitária, assistência estudantil e cultural

PROGRAMA - 1158 | CULTURA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	14.416.767,00	60.566.837,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	15.112.500,00	63.489.708,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	5.000.000,00	21.005.693,00
TODAS AS FONTES	34.529.267,00	145.062.238,00

Cultura

OBJETIVO: IMPLEMENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

RESPONSÁVEL AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - ADETUC

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
% de execução de ações e projetos executados no âmbito da Cultura.	Porcentagem	0.0	70.0

METAS

Executar ações e projetos planejados

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	70.0	70.0	70.0	70.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3092 - Implementação e conservação do patrimônio cultural

4157 - Incentivo a projetos artísticos culturais

4333 - Fomento e preservação da cultura.

4334 - Gestão do sistema de cultura do Tocantins

4336 - Fomento à produção, circulação e promoção da arte, da cultura e do turismo cultural.

PROGRAMA - 1159 | CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	14.026.767,00	58.928.393,00
9999 - Não Orçamentária	0,00	0,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	800.000,00	3.360.911,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	700.000,00	2.940.797,00
0240 - Recursos Próprios	1.332.000,00	5.595.917,00
TODAS AS FONTES	16.858.767,00	70.826.018,00

Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO: PROMOVER A DIFUSÃO E A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

RESPONSÁVEL FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO TOCANTINS - FAPT

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de participantes nos eventos de CT&I	Porcentagem	0.0	80.0

METAS

Difundir os resultados dos trabalhos em CT&I

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	30.0	40.0	20.0

Publicar os resultados dos trabalhos de pesquisa realizados

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	30.0	40.0	20.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4346 - Promoção à difusão e popularização da ciência, tecnologia e inovação

Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO: FOMENTAR A PESQUISA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO

RESPONSÁVEL FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO TOCANTINS - FAPT

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Quantidade de projetos de pesquisa em CT&I e de infraestruturas	Porcentagem	10.0	10.0
Taxa de bolsas concedidas	Porcentagem	0.0	70.0

METAS

Incentivar projetos de modernização de infraestruturas de CT&I das Instituições de ensino superior e de pesquisa do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	10.0	15.0	15.0	10.0

Apoiar projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	10.0	15.0	15.0	15.0

Conceder bolsas para apoio à pesquisa científica, tecnológica e de inovação e bolsa para capacitação/qualificação de pessoal

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	100.0	100.0	100.0	100.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4022 - Concessão de bolsas em CT&I e bolsas de capacitação/qualificação de pessoal

4054 - Fomento a projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação

4056 - Fomento a projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação

4350 - Fortalecimento e modernização das infraestruturas de CT&I das instituições de ensino superior e de pesquisa do estado

Ciência, Tecnologia e Inovação

OBJETIVO: IMPLEMENTAR PROJETOS ESTRATÉGICOS EM CT&I

RESPONSÁVEL FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO TOCANTINS - FAPT

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de projetos estratégicos de CT&I	Porcentagem	0.0	10.0

METAS

Realizar estudo para implantação do Projeto Energia Solar Fotovoltaica

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	30.0	40.0	20.0

Realizar estudo para implantação do sistema de gestão integrada dos resíduos urbanos sólidos

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	30.0	40.0	20.0

Implantar o Parque Tecnológico

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	30.0	40.0	20.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3093 - Realização de estudos para implantação do sistema para gestão integrada dos resíduos urbanos sólidos (lixo zero)

3094 - Implantação do projeto de energia solar – usina fotovoltaica para redução dos gastos da administração pública estadual

3095 - Implantação do parque tecnológico

3096 - Implantação do centro de monitoramento com radares meteorológicos

4021 - Governança do Programa de Créditos Educativo PROEDUCAR

4349 - Fortalecimento da atuação em rede do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação do tocantins

3 - Segurança, Assistência Social e Direitos Humanos

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	113.386.970,00	476.354.382,00
0240 - Recursos Próprios	52.722.204,00	221.493.289,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	13.420.000,00	56.379.281,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	50.500,00	212.158,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	98.807.549,00	415.104.213,00
0239 - Fundo Penitenciário	27.620.000,00	116.035.449,00
5236 - Doação	275.000,00	1.155.313,00
0210 - Cota-Parte do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - INDESP	1.215.935,00	5.108.312,00
0237 - Transferências de Recursos FNAS	2.677.000,00	11.246.448,00
0231 - Recursos do Fundo de Segurança Pública	5.000.000,00	21.005.693,00
0238 - ICMS - FECOEP	52.779.665,00	221.734.690,00
0227 - Cota-Parte do Convênio DETRAN/PM	250.000,00	1.050.285,00
3103 - Contrapartida	15.000,00	63.017,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	8.000.000,00	33.609.109,00
TODAS AS FONTES	376.219.823,00	1.580.551.638,00

PROGRAMA - 1160 | SEGURANÇA CIDADÃ

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	99.409.331,00	417.632.382,00
0240 - Recursos Próprios	32.553.526,00	136.761.876,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	5.125.000,00	21.530.836,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	50.500,00	212.158,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	61.756.731,00	259.448.589,00
0239 - Fundo Penitenciário	4.448.676,00	18.689.505,00
0231 - Recursos do Fundo de Segurança Pública	5.000.000,00	21.005.693,00
0227 - Cota-Parte do Convênio DETRAN/PM	250.000,00	1.050.285,00
3103 - Contrapartida	15.000,00	63.017,00
TODAS AS FONTES	208.608.764,00	876.394.341,00

Segurança Cidadã

OBJETIVO: PROMOVER ACESSO E ATENDIMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS GERIDAS PELA SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de pessoas atendidas	Unidade	12000.0	16229.0

METAS

Promover atendimentos de acordo com a determinação das diretrizes das políticas públicas e seu marco legal

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	16229.0	17046.0	17805.0	18664.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2324 - Assistência aos socioeducandos, egressos e famílias

2341 - Implementação da política de alternativas penais

2342 - Gestão das unidades do sistema penitenciário e prisional

2346 - Promoção e monitoramento das políticas de assistência às pessoas privadas de liberdade e egressas

2347 - Implementação, promoção e gerenciamento das políticas de reintegração social às pessoas privadas de liberdade e egressas

2367 - Implementação e gerenciamento da política de monitoramento eletrônico de pessoas

4286 - Implantação e manutenção dos núcleos de atendimento de defesa do consumidor

4298 - Implantação e gerenciamento das centrais de alternativas penais e de monitoramento eletrônico de pessoas

Segurança Cidadã

OBJETIVO: IMPLEMENTAR PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de servidores capacitados	Unidade	1380.0	1431.0

METAS

Desenvolver atividades de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1431.0	1540.0	1640.0	1730.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1137 - Concurso público para servidores do sistema penitenciário, prisional e socioeducativo

2340 - Implementação da escola superior de formação, qualificação e assistência ocupacional dos servidores do sistema socioeducativo

2345 - Formação e capacitação dos servidores

4287 - Capacitação de servidores do sistema de proteção e defesa dos direitos do consumidor

4299 - Capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores de execução penal e segurança penitenciária

Segurança Cidadã

OBJETIVO: PROMOVER E PRESERVAR A SEGURANÇA PÚBLICA E A PAZ SOCIAL

RESPONSÁVEL POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Policial Militar no serviço ativo apto ao exercício laboral	Porcentagem	97.0	100.0
Taxa de crimes de furtos e roubos no Estado do Tocantins	Índice	322.0	317.0

METAS

Reduzir a taxa de crimes contra o patrimônio - furtos e roubos - em todo o Estado do Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	317.0	312.0	307.0	303.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2006 - Fortalecimento do policiamento preventivo e ostensivo

2021 - Ampliação das atividades de prevenção social da violência e criminalidade

2029 - Estruturação logística e tecnológica, de infraestrutura e manutenção das unidades da PMTO

3052 - Realização de concurso público

3053 - Reestruturação e manutenção das unidades da PMTO

4059 - Fornecimento de fardamento

Segurança Cidadã

OBJETIVO: PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A SEGURANÇA PÚBLICA ESTADUAL

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI	Porcentagem	22.27	20.73

METAS

Reduzir os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	6.0	6.0	6.0	6.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1039 - Expansão e adequação das unidades de segurança pública

1144 - Implantação de projetos de modernização da gestão e de políticas de segurança

2082 - Suporte e modernização tecnológica às unidades de segurança pública

2105 - Suporte técnico, logístico e operacional às unidades de polícia judiciária

2113 - Gestão do Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER

2379 - Gestão dos serviços de transporte das unidades de segurança

2387 - Suporte técnico, logístico e operacional as unidades de Polícia Científica

3100 - Apoio a projetos de manutenção e modernização da Polícia Civil

3102 - Projetos para modernização das instituições de segurança pública

Segurança Cidadã

OBJETIVO: PROMOVER ATENDIMENTO DIUTURNO NAS EMERGÊNCIAS ATINENTES ÀS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

RESPONSÁVEL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Tempo resposta do CBMTO para ocorrências de APH e extinção de incêndios urbanos	Minuto	11.0	10.0

METAS

Aumentar o efetivo de bombeiros militares

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	35.0	35.0	30.0	15.0

Aumentar duas Unidades Bombeiro Militar

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	0.0	1.0	1.0	0.0

Reduzir o tempo resposta em um minuto desde o despacho da ocorrência até a chegada da viatura no local

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Minuto	10.45	10.3	10.15	10.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1024 - Construção e ampliação de unidades do CBMTO
- 1147 - Aparelhamento das Unidades Bombeiro Militar - UBM
- 2030 - Capacitação e formação dos profissionais bombeiros militares
- 2348 - Prevenção sócio educativas
- 3054 - Reestruturação das unidades do CBMTO
- 3085 - Realização de concurso público
- 4060 - Fornecimento de fardamento
- 4101 - Manutenção do CBMTO

Segurança Cidadã

OBJETIVO: IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de capacitação de servidores lotados na SSP ocupantes de cargo do quadro geral	Porcentagem	0.0	20.0

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de capacitação de servidores policiais	Porcentagem	31.3	35.0

METAS

Valorizar e capacitar os servidores policiais e administrativos

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	500.0	550.0	600.0	600.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1084 - Reparelhamento das unidades de segurança pública

2031 - Capacitação, formação e valorização dos profissionais de segurança pública

Segurança Cidadã

OBJETIVO: PROMOVER UM TRÂNSITO RESPONSÁVEL E SEGURO EM TODO O ESTADO

RESPONSÁVEL DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN-TO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de acidentes de trânsito	Porcentagem	15.0	10.0
Índice de vítimas fatais nos acidentes de trânsito	Porcentagem	15.0	10.0

METAS

Implementar a Educação para o Trânsito nos 139 municípios do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	139.0	139.0	139.0	139.0

Ampliar em 2% o número de Municípios a implementarem a melhoria do trânsito e a mobilidade urbana através municipalização do trânsito

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	2.0	2.0	2.0	2.0

Ampliar em 5% o número de Bancas Examinadoras para obtenção da CNH nas cidades do interior do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	5.0	5.0	5.0	5.0

Ampliar em 5% o número de fiscalizações nas vias e rodovias estaduais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	5.0	5.0	5.0	5.0

Elevar em 5% o número de campanhas educativas de trânsito

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	5.0	5.0	5.0	5.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3016 - DETRAN cidadão

3017 - DETRAN educa

3063 - Trânsito legal

Segurança Cidadã

OBJETIVO: REDUZIR O IMPACTO DOS DESASTRES NATURAIS E/OU ANTROPOLÓGICOS

RESPONSÁVEL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Pessoas capacitadas em ações de Defesa Civil	Unidade	500.0	2000.0

METAS

Preparar duas mil (2.000) pessoas instruindo-as na atuação em ações de defesa civil

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	500.0	500.0	500.0	500.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4074 - Fortalecimento do sistema de defesa civil

PROGRAMA - 1161 | ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	1.650.000,00	6.931.879,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	300.000,00	1.260.342,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	6.529.000,00	27.429.234,00
0237 - Transferências de Recursos FNAS	2.677.000,00	11.246.448,00
0238 - ICMS - FECOEP	52.779.665,00	221.734.690,00
TODAS AS FONTES	63.935.665,00	268.602.593,00

Assistência Social

OBJETIVO: FOMENTAR AS CONDIÇÕES ALIMENTARES ADEQUADAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de famílias em extrema pobreza do Cadastro único beneficiadas com ações de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN	Porcentagem	0.0	0.7

METAS

Acompanhar o funcionamento das Centrais de Abastecimento da Agricultura Familiar nos municípios

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	30.0	32.0	35.0	42.0

Modernizar as Centrais de Abastecimento da Agricultura Familiar nos 139 municípios

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	139.0	0.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2078 - Fortalecimento do sistema de segurança alimentar e nutricional do Tocantins

2083 - Promoção da segurança alimentar e nutricional

Assistência Social

OBJETIVO: PROMOVER A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de unidades de CRAS com dimensão de Recursos Humanos igual a 5	Porcentagem	61.0	68.0

METAS

Realizar o cofinanciamento dos benefícios eventuais da Proteção Social Básica para 139 municípios

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	139.0	139.0	139.0	139.0

Prestar apoio técnico aos municípios adeso ao Programa Criança Feliz

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	71.0	78.0	84.0	84.0

Aumentar o número de municípios com a Taxa de Atualização Cadastral - TAC do CadÚnico acima de 0,80

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	124.0	126.0	128.0	130.0

Aumentar o número de unidades de CRAS com Registro Mensal de Atendimentos - RMA preenchidos mensalmente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	105.0	110.0	115.0	120.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4133 - Apoio à organização e gestão do programa bolsa família e cadastro único

4141 - Serviços da proteção social básica

4293 - Fortalecimento do controle social – IGD PBF

4320 - Apoio à organização e gestão dos programas, projetos e benefícios socioassistenciais

4344 - Cofinanciamento dos benefícios eventuais

Assistência Social

OBJETIVO: FORTALECER O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - ECOSOL E A INCLUSÃO PRODUTIVA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Empreendimento de Economia Solidária - EES Fortalecidos	Porcentagem	0.0	13.51

METAS

Orientar 420 participantes de Empreendimentos Econômicos Solidários do projeto ECOSOL

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	420.0	0.0	0.0	0.0

Realizar 3 feiras de Economia Solidária "Clube da Troca Solidária" no estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	3.0	3.0	3.0	3.0

Capacitar participantes de empreendimentos econômicos solidários e perfil Cadastro Único

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	2930.0	3250.0	1950.0	1300.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4069 - Fortalecimento das instâncias de controle social de Economia Solidária

4129 - Promoção da Economia Solidária e do Empreendedorismo

Assistência Social

OBJETIVO: PROMOVER O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE OU RISCO SOCIAL

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Aumentar o número de pessoa atendida em momentos de vulnerabilidade ou risco social	Unidade	12600.0	17100.0

METAS

Reativar o projeto "Fábrica de cadeiras de rodas"

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4035 - Distribuição de materiais à população com vulnerabilidade social

4096 - Manutenção da casa de apoio

4309 - Promoção à inclusão social e produtiva

Assistência Social

OBJETIVO: PROMOVER A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de unidades de CREAS com dimensão de Recursos Humanos maior ou igual a 4	Porcentagem	32.0	36.0

METAS

Monitorar a oferta dos serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	24.0	30.0	45.0	40.0

Cofinanciar 15 Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	15.0	15.0	15.0	15.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4289 - Serviços de proteção social especial de média complexidade

Assistência Social

OBJETIVO: APRIMORAR A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de municípios com valor menor ou igual a 2 parcelas de recurso do Bloco da Proteção Social Básica	Porcentagem	98.0	36.0

METAS

Elevar o percentual de Conselhos Municipais de Assistência Social estruturado de acordo o CADSUAS

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	11.0	14.0	18.0	22.0

Aumentar o numero de Municípios com área de Gestão do Trabalho implantada formalmente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	5.0	10.0	15.0	20.0

Ampliar o numero de Municípios com área da Vigilância socioassistencial implantada

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	10.0	15.0	20.0	25.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4073 - Fortalecimento de Controle Social e Instância de Pactuação – IGD SUAS

4276 - Apoio à organização e gestão do SUAS

Assistência Social

OBJETIVO: SUBSIDIAR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS NO COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Quantidade de propostas demandadas aprovadas	Unidade	0.0	2.0

METAS

Atender as propostas demandadas com base nas finalidades do Fundo

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	2.0	2.0	2.0	2.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6003 - Transferência de recursos aos órgãos executores de programas sociais

PROGRAMA - 1162 | TRABALHO E MERCADO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	270.000,00	1.134.307,00
0240 - Recursos Próprios	16.029.000,00	67.340.051,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	1.300.000,00	5.461.480,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	800.000,00	3.360.911,00
TODAS AS FONTES	18.399.000,00	77.296.750,00

Trabalho e Mercado

OBJETIVO: VIABILIZAR A CAPACIDADE OPERACIONAL NAS CONCESSÕES DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E RECUPERAÇÃO DE RECURSOS

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de inadimplência dos empréstimos concedidos ao micro e pequeno empreendedor	Porcentagem	28.0	27.0

METAS

Reduzir a inadimplência dos empréstimos concedidos da assistência financeira

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	6.0	6.0	5.0	5.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4023 - Operacionalização da concessão de empréstimo ao pequeno empreendedor

4024 - Operacionalização da concessão de empréstimo ao servidor público estadual

4351 - Manutenção operacional da cobrança integrada

6040 - Aumento de capital da Agência de Fomento do Estado do Tocantins

Trabalho e Mercado

OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO DO TRABALHADOR AO MERCADO DE TRABALHO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Taxa de colocação no mercado de trabalho	Porcentagem	6.0	7.0

METAS

Captar 10% do Índice de Admitidos no CAGED de vagas no mercado de trabalho

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	10.0	10.0	10.0

Aumentar a inserção de trabalhadores Segurados no mercado de trabalho

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	500.0	510.0	520.0	523.0

Qualificar mulheres em cursos profissionalizantes no Projeto Jeito de Mulher nas unidades do SINE

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	256.0	0.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2093 - Consolidar o sistema público de emprego, trabalho e renda

2146 - Qualificação e capacitação profissional

2351 - Promover o fortalecimento das relações do trabalho decente

PROGRAMA - 1164 | DIREITOS HUMANOS

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	9.918.639,00	41.669.578,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	25.930.500,00	108.937.626,00
5236 - Doação	275.000,00	1.155.313,00
0240 - Recursos Próprios	4.139.678,00	17.391.361,00
0239 - Fundo Penitenciário	23.171.324,00	97.345.945,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	300.000,00	1.260.342,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	8.000.000,00	33.609.109,00
TODAS AS FONTES	71.735.141,00	301.369.273,00

Direitos Humanos

OBJETIVO: PROMOVER MELHORIAS NA SEDE ADMINISTRATIVA E NAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Unidades estruturadas	Unidade	41.0	40.0

METAS

Estruturar as unidades vinculadas à Secretaria de Cidadania e Justiça, inclusive a Sede Administrativa

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	40.0	40.0	40.0	40.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1121 - Estruturação de unidades vinculadas e da sede administrativa da SECIJU

2337 - Aparelhamento das unidades prisionais e penitenciárias

3090 - Construção, reforma e ampliação das unidades vinculadas ao sistema penitenciário e prisional

4300 - Aparelhamento e manutenção das unidades penitenciárias e prisionais

Direitos Humanos

OBJETIVO: FOMENTAR E IMPLEMENTAR O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS (HUMANOS, DO CONSUMIDOR, DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E PESSOAS/COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE)

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de Pessoas Atendidas	Unidade	12000.0	18783.0

METAS

Implementar ações com foco no sistema de garantia dos Direitos, atendendo o maior número de pessoas possível

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	18783.0	19788.0	20488.0	22288.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2321 - Implementação dos conselhos: estadual, municipais de promoção de direitos humanos

2329 - Implementação da política estadual dos direitos da criança e do adolescente e primeira infância

2333 - Implementação da política estadual dos direitos humanos considerando a transversalidade e as vulnerabilidades

4275 - Fortalecimento dos conselhos, estadual e municipais dos direitos da criança e do adolescente

4285 - Implementação das ações para defesa e proteção dos direitos do consumidor

4291 - Implementação da política estadual sobre drogas e atendimento aos dependentes químicos, egressos e/ou seus familiares

PROGRAMA - 1163 | JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	2.139.000,00	8.986.236,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	6.395.000,00	26.866.282,00
0210 - Cota-Parte do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - INDESP	1.215.935,00	5.108.312,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	3.791.318,00	15.927.853,00
TODAS AS FONTES	13.541.253,00	56.888.681,00

Juventude, Esporte e Lazer

OBJETIVO: PROMOVER POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Quantidade de pessoas atendidas com políticas públicas de esporte	Unidade	1000.0	3000.0
Quantidade de pessoas atendidas por políticas públicas de juventude	Unidade	87397.0	150000.0

METAS

Elaborar e implantar o plano estadual de juventude

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

Capacitar jovens e estudantes sobre políticas públicas de juventude e protagonismo juvenil

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1500.0	3000.0	4000.0	5000.0

Implantar o conselho estadual de juventude

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

Ampliar o número de estudantes da educação básica que participam de atividades desportivas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	600.0	600.0	600.0	600.0

Promover eventos nacionais e/ou internacionais de esporte

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	15.0	15.0	15.0	15.0

Ampliar o número de pessoas que praticam atividades físicas e de lazer

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	130.0	130.0	130.0	130.0

Implantar o conselho estadual do esporte e lazer

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1028 - Construção, reforma e ampliação de unidades de apoio ao jovem

1044 - Aparelhamento de unidades de apoio ao jovem

1118 - Construção, reforma e ampliação de infraestrutura esportiva

1146 - Manutenção dos pontos de cultura

2045 - Desenvolvimento de atividades de iniciação esportiva

2059 - Fomento ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento

2097 - Manutenção da infraestrutura esportiva

2098 - Manutenção das unidades de apoio ao jovem

2137 - Promoção e apoio a eventos para juventude

2325 - Promoção e apoio a eventos e projetos desportivos e paradesportivos

2328 - Promoção e apoio aos eventos de lazer

2382 - Manutenção de recursos humanos - esporte e lazer

2383 - Manutenção de recursos humanos - juventude

4 - Estrutura Produtiva e Sustentabilidade Ambiental

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	84.099.781,00	353.314.840,00
0240 - Recursos Próprios	57.543.342,00	241.747.558,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	5.002.500,00	21.016.196,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	54.094.380,00	227.257.990,00
0226 - Alienação de Bens	323.000,00	1.356.968,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	78.597.445,00	330.198.764,00
0228 - Operações Financeiras não Reembolsáveis - Internas	3.045.000,00	12.792.467,00
5236 - Doação	60.000,00	252.068,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	595.000,00	2.499.677,00
0217 - Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	3.100.000,00	13.023.530,00
TODAS AS FONTES	286.460.448,00	1.203.460.059,00

PROGRAMA - 1147 | AGRICULTURA FAMILIAR

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	50.934.381,00	213.982.397,00
5236 - Doação	60.000,00	252.068,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	24.250.000,00	101.877.612,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	2.792.500,00	11.731.680,00
0240 - Recursos Próprios	750.000,00	3.150.854,00
TODAS AS FONTES	78.786.881,00	330.994.611,00

Agricultura Familiar

OBJETIVO: PROMOVER A EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGROPECUÁRIA

RESPONSÁVEL INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - RURALTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de projetos de crédito rural aprovado	Porcentagem	50.0	55.0
Total de assistência Técnica realizada	Unidade	20000.0	20000.0

METAS

Prestar Serviços de Extensão Rural as Famílias Rurais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Regional de Extensão Rural de Porto Nacional	Unidade	36.0	36.0	36.0	36.0
Regional de Extensão Rural de Miracema	Unidade	34.0	34.0	34.0	34.0

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Regional de Extensão Rural de Taguatinga	Unidade	34.0	34.0	34.0	34.0
Regional de Extensão Rural de Paraíso do Tocantins	Unidade	34.0	34.0	34.0	34.0
Regional de Extensão Rural de Gurupi	Unidade	36.0	36.0	36.0	36.0
Regional de Extensão Rural de Araguatins	Unidade	37.0	37.0	37.0	37.0
Regional de Extensão Rural em Araguaína	Unidade	39.0	39.0	39.0	39.0

Prestar Serviços de Assistência Técnica aos Agropecuaristas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Regional de Extensão Rural em Araguaína	Unidade	3050.0	3050.0	3050.0	3050.0
Regional de Extensão Rural de Araguatins	Unidade	3000.0	3000.0	3000.0	3000.0
Regional de Extensão Rural de Gurupi	Unidade	2950.0	2950.0	2950.0	2950.0
Regional de Extensão Rural de Paraíso do Tocantins	Unidade	2700.0	2700.0	2700.0	2700.0
Regional de Extensão Rural de Taguatinga	Unidade	2700.0	2700.0	2700.0	2700.0
Regional de Extensão Rural de Miracema	Unidade	2700.0	2700.0	2700.0	2700.0
Regional de Extensão Rural de Porto Nacional	Unidade	2900.0	2900.0	2900.0	2900.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3007 - Estruturação do RURALTINS

3013 - Construção de unidades do RURALTINS

4005 - Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar - compra direta local

4012 - Capacitação de servidores

4099 - Manutenção de recursos humanos das unidades de apoio e execução de serviços

4111 - Acompanhamento das ações do RURALTINS

4118 - Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários

Agricultura Familiar

OBJETIVO: FORTALECER E DINAMIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO RURAL

SUSTENTÁVEL

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável funcionando	Unidade	27.0	47.0
Número de famílias atendidas por políticas públicas de agroextrativismo e agroecologia	Unidade	400.0	500.0
Número de famílias com Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP emitidas e ativas	Unidade	14980.0	16500.0

METAS

Distribuir corretivos e insumos agrícolas para agricultores familiares

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Tonelada	35000.0	35000.0	35000.0	35000.0

Disponibilizar máquinas e equipamentos destinados a recuperação de estradas vicinais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	35.0	40.0	45.0	50.0

Elaborar o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	50.0	50.0		

Reestruturar conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	15.0	19.0	19.0	20.0

Atender famílias agroextrativistas e agroecológicas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	500.0	550.0	600.0	650.0

Criar conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	5.0	5.0	5.0	5.0

Atender famílias pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1800.0	1800.0	1000.0	1000.0

Disponibilizar tratores com implementos aos agricultores familiares

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	60.0	60.0	60.0	60.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1064 - Implementação do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF
- 2058 - Fomento a agricultura familiar no Estado do Tocantins
- 2069 - Fortalecimento das organizações sociais agropecuárias
- 2073 - Fortalecimento da bioeconomia, agroecologia e agroextrativismo do Estado
- 2136 - Promoção do desenvolvimento territorial rural no Estado do Tocantins
- 2140 - Promoção e difusão de tecnologias sociais

Agricultura Familiar

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

RESPONSÁVEL INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - RURALTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
------	--------	--------------	-----------------

METAS

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 4195 - Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais
- 4227 - Manutenção de recursos humanos
- 6016 - Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

PROGRAMA - 1148 | DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	28.643.400,00	120.334.895,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	1.210.000,00	5.083.378,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	9.300.000,00	39.070.589,00
0226 - Alienação de Bens	323.000,00	1.356.968,00
0240 - Recursos Próprios	12.149.454,00	51.041.541,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	13.000.000,00	54.614.802,00
TODAS AS FONTES	64.625.854,00	271.502.173,00

Desenvolvimento Agropecuário

OBJETIVO: PROMOVER O SISTEMA DE DEFESA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS

RESPONSÁVEL AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - ADAPEC

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de fiscalização Vegetal	Unidade	81300.0	106900.0
Tocantins livre de Febre Aftosa sem vacinação	Porcentagem	77.9	89.0

METAS

Realizar fiscalizações, inspeções e vigilâncias das atividades de Defesa Agropecuária

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Regional de Defesa Agropecuária de Taguatinga	Unidade	30585.0	31227.0	31883.0	32521.0
Regional de Defesa Agropecuária de Porto Nacional	Unidade	8449.0	8626.0	8808.0	8984.0
Regional de Defesa Agropecuária de Pedro Afonso	Unidade	14997.0	15312.0	15633.0	15946.0
Regional de Defesa Agropecuária de Paraíso do Tocantins	Unidade	13918.0	14210.0	14509.0	14799.0
Regional de Defesa Agropecuária de Palmas	Unidade	12099.0	12353.0	12612.0	12865.0
Regional de Defesa Agropecuária de Miracema do Tocantins	Unidade	7682.0	7843.0	8008.0	8168.0
Regional de Defesa Agropecuária de Gurupi	Unidade	7823.0	7987.0	8155.0	8318.0
Regional de Defesa Agropecuária de Formoso do Araguaia	Unidade	72649.0	74175.0	75732.0	77247.0
Regional de Defesa Agropecuária de Colinas do Tocantins	Unidade	39395.0	40222.0	41067.0	41888.0
Regional de Defesa Agropecuária de Araguaatins	Unidade	19079.0	19480.0	19889.0	20287.0
Regional de Defesa Agropecuária de Araguaína	Unidade	55689.0	56858.0	58052.0	59214.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3088 - Edificação das unidades de serviços da ADAPEC

4046 - Fiscalização do comércio de insumos, eventos e trânsito de animais, seus produtos e subprodutos

4047 - Fiscalização do uso de agrotóxicos e do comércio de sementes e mudas no Estado

4051 - Fiscalização e inspeção em indústria registradas de produtos e subprodutos de origem animal

4079 - Gestão da frota da Agência de Defesa Agropecuária

4080 - Gestão das atividades administrativas da ADAPEC

4110 - Gestão das atividades tecnológicas da ADAPEC

4124 - Prevenção, controle e/ou erradicação de pragas dos vegetais com importância econômica

4160 - Realização do controle sanitário das doenças dos animais de produção

4171 - Ressarcimento de Despesas de Atividade de Defesa Agropecuária - REDAD

4177 - Fiscalização para a certificação fitossanitária e do trânsito de vegetais, seus produtos e insumos

4277 - Fortalecimento do sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária

4308 - Capacitação e eventos em defesa agropecuária

4318 - Erradicação e prevenção da febre aftosa e outras doenças vesiculares no Estado do Tocantins

6039 - Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP

Desenvolvimento Agropecuário

OBJETIVO: PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

RESPONSÁVEL INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS - ITERTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de Regularização Fundiária	Porcentagem	68.0	69.0

METAS

Regularizar áreas não titularizadas no território tocantinense.

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Sudeste	Hectare	25000.0	25000.0	25000.0	25000.0
Região de Planejamento Jalapão	Hectare	17000.0	17000.0	17000.0	17000.0
Região de Planejamento Nordeste	Hectare	17000.0	17000.0	17000.0	17000.0
Região de Planejamento Central	Hectare	25000.0	25000.0	25000.0	25000.0
Estadual	Hectare	18000.0	18000.0	18000.0	18000.0
Região de Planejamento Norte	Hectare	18000.0	18000.0	18000.0	18000.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3022 - Estruturação e modernização institucional

4094 - Legalização de imóveis rurais

4159 - Diagnóstico fundiário estadual

Desenvolvimento Agropecuário

OBJETIVO: FORTALECER O SETOR AGROPECUÁRIO COM INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS, AUMENTO DA PRODUÇÃO REGIONAL, AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E ACESSO A NOVOS MERCADOS PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Taxa de variação da exportação agropecuária do Tocantins	Porcentagem	0.0	5.0
Taxa de variação da produção bovina do Tocantins	Porcentagem	0.0	2.5
Taxa de variação da produção de grãos do Tocantins	Porcentagem	0.0	5.0

METAS

Produzir pescados no Estado do Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Tonelada	15000.0	18000.0	20000.0	25000.0

Implantar projetos de pesquisa agropecuária voltados para as demandas prioritárias do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	5.0	10.0	15.0	20.0

Adotar tecnologias preconizadas pelo Plano ABC no Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Hectare	180000.0	200000.0	220000.0	240000.0

Fortalecer cadeias produtivas agropecuárias do Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	11.0	11.0	11.0	11.0

Aumentar a exportação de proteína animal bovina

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	1.5	1.5	1.5	1.5

Implantar agroindústrias no Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	65.0	65.0	65.0	65.0

Criar consórcios intermunicipais para integração dos Serviços de Inspeção Municipal – SIM

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	3.0	3.0	3.0	4.0

Aumentar a produção de grãos no Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	5.0	5.0	5.0	5.0

Comercializar hortifrutigranjeiros por meio da Central de Abastecimento do Estado do Tocantins - Ceasa

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Tonelada	32000.0	35000.0	40000.0	45000.0

Aumentar o abate de animais bovinos

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	2.5	2.5	2.5	2.5

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1040 - Fomento ao desenvolvimento local e regional

1048 - Implantação e ampliação de centros de abastecimento e comercialização

1062 - Implementação do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC/TO

1080 - Realização da feira de tecnologia agropecuária - AGROTINS

1143 - Implantação e ampliação de centros de difusão agrotecnológica

2010 - Apoio a realização de eventos agropecuários

2068 - Fortalecimento das cadeias produtivas agropecuárias

2074 - Fortalecimento do setor agroindustrial do Estado

2075 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Dados Agrometeorológicos

2076 - Fortalecimento do sistema de comercialização e abastecimento agropecuário

2117 - Manutenção dos centros de difusão agrotecnológica

2135 - Promoção de inovação agrotecnológica, melhoramento genético e pesquisas agropecuárias

PROGRAMA - 1149 | INFRAESTRUTURA HÍDRICA PARA IRRIGAÇÃO E USOS MÚLTIPLOS

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	434.000,00	1.823.294,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	9.180.880,00	38.570.150,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	56.597.445,00	237.773.714,00
TODAS AS FONTES	66.212.325,00	278.167.158,00

Infraestrutura Hídrica para Irrigação e Usos Múltiplos

OBJETIVO: INCENTIVAR O USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO SOLO E DE TECNOLOGIAS

RESPONSÁVEL SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Incremento de Área Irrigada no Processo Produtivo	Hectare	60000.0	2750.0

METAS

Implementar o Plano Estadual de Irrigação

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

Ampliar a área de irrigação

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Sudeste	Hectare	2250.0	2250.0	2250.0	2250.0
Região de Planejamento Centro-Oeste	Hectare	500.0	500.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1022 - Construção de infraestrutura hídrica para irrigação e usos múltiplos

2108 - Manutenção de obras hídricas

PROGRAMA - 1150 | MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	6.000.000,00	25.206.832,00
0228 - Operações Financeiras não Reembolsáveis - Internas	3.045.000,00	12.792.467,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	700.000,00	2.940.797,00
0240 - Recursos Próprios	8.437.000,00	35.445.007,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	595.000,00	2.499.677,00
0217 - Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	3.100.000,00	13.023.530,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	3.000.000,00	12.603.416,00
TODAS AS FONTES	24.877.000,00	104.511.726,00

Meio Ambiente e Recursos Hídricos

OBJETIVO: ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS EM QUANTIDADE E QUALIDADE NO ESTADO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de bacias hidrográficas com índice de qualidade e quantidade das águas do Estado do Tocantins	Porcentagem	25.0	25.0

METAS

Percentual de bacias hidrográficas com melhoria no índice de qualidade e quantidade das águas do Estado do Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	25.0	25.0	25.0	25.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1043 - Fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos

3008 - Apoio na implementação de ações de adaptação e mitigação de situações de emergência ambiental

3021 - Estruturação e fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos

3023 - Financiamento de programas, planos, projetos, ações, estudos e pesquisas de recursos hídricos

3024 - Fortalecimento da educação e gestão ambiental nos municípios

3040 - Implementação dos instrumentos da política estadual de recursos hídricos

Meio Ambiente e Recursos Hídricos

OBJETIVO: FORTALECER A GESTÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE FORMA INTEGRADA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de instrumentos de políticas públicas de meio ambiente	Porcentagem	25.0	25.0

METAS

Percentual de instrumentos de políticas públicas de meio ambiente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	25.0	25.0	25.0	25.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1035 - Elaboração e reformulação de políticas públicas ambientais do Estado

1041 - Fortalecimento institucional para a gestão ambiental e de recursos hídricos

1074 - Prevenção, controle e monitoramento do desmatamento e queimadas

1081 - Implementação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC

1089 - Valoração dos ativos ambientais

2390 - Educação ambiental e formação cidadã para sustentabilidade

Meio Ambiente e Recursos Hídricos

OBJETIVO: ESTRUTURAR O SISTEMA INSTITUCIONAL DE GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

RESPONSÁVEL INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de estruturação institucional	Porcentagem	100.0	100.0

METAS

Qualificar servidores

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	50.0	50.0	50.0	50.0

Implementar a estruturação e modernização institucional do NATURATINS

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4282 - Qualificação profissional de servidores

4283 - Reestruturação e modernização institucional para a gestão do meio ambiente

Meio Ambiente e Recursos Hídricos

OBJETIVO: CONSERVAR, PRESERVAR E PROTEGER A BIODIVERSIDADE E OS RECURSOS NATURAIS DO TOCANTINS

RESPONSÁVEL INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Conservação Ambiental	Porcentagem	45.0	100.0

METAS

Combater os desmatamentos e queimadas ilegais monitorados

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Monitorar o território tocantinense para detecção de desmatamentos e queimadas ilegais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Gerenciar as Unidades de Conservação

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Realizar as inspeções ambientais demandadas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Realizar as legalizações ambientais demandadas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Gerenciar o ICMS Ecológico

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Fiscalizar as atividades e empreendimentos ilegais identificados

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Legalizar as intervenções hídricas requeridas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Proteger os animais silvestres recebidos pelo Centro de Triagem de Animais Silvestres-CETAS

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 4025 - Legalização do uso dos recursos hídricos
- 4034 - Educação ambiental
- 4044 - Fiscalização ambiental
- 4050 - Inspeção ambiental
- 4087 - Gestão de unidades de conservação
- 4089 - ICMS ecológico
- 4102 - Proteção de animais silvestres
- 4103 - Monitoramento ambiental
- 4279 - Disseminação dos serviços de proteção ambiental
- 4294 - Licenciamento ambiental
- 4348 - Combate ao desmatamento e queimadas ilegais

PROGRAMA - 1155 | INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E TURISMO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0240 - Recursos Próprios	36.206.888,00	152.110.156,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	3.388.000,00	14.233.458,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	8.363.500,00	35.136.223,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	1.000.000,00	4.201.139,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	3.000.000,00	12.603.416,00
TODAS AS FONTES	51.958.388,00	218.284.392,00

OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO E A DIVERSIFICAÇÃO DO SETOR MINERAL

RESPONSÁVEL AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS - AMETO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de fiscalização de empreendimentos minerais	Unidade	0.0	16.0

METAS

Identificar e ampliar o conhecimento de áreas de relevante interesse mineral, por meio de estudos, projetos e pesquisa mineral

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	4.0	4.0	4.0	4.0

Realizar levantamento e fiscalização dos empreendimentos minerais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	16.0	20.0	20.0	20.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4358 - Levantamento e fiscalização em empreendimentos minerais

4359 - Fortalecimento da capacidade institucional da Agência de Mineração

6042 - Aumento de capital da Companhia de Mineração do Estado do Tocantins

Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

OBJETIVO: PROMOVER A MELHORIA DA FORMALIZAÇÃO PÚBLICA DE EMPRESAS MERCANTIS

RESPONSÁVEL JUNTA COMERCIAL DO ESTADUAL DO TOCANTINS - JUCETINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Satisfação do Usuário	Porcentagem	60.0	80.0
Índice de Tempo de Resposta	Hora	24.0	24.0

METAS

Manter a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIm), com o uso do Simplifica Tocantins nos 139 municípios do Estado e nos órgãos e entidades já implantados (Jucetins, Naturatins, Sefaz, Bombeiros, Vigilância Sanitária, OAB e Cartório).

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	25.0	25.0	25.0	25.0

Implantar a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIm), com o uso do Simplifica Tocantins em 26 municípios do Estado, 1 órgão (Naturatins) e 2 entidades (OAB e Cartório).

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	26.0	1.0	1.0	1.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3027 - Implantação da Junta Digital - Simplifica Tocantins

3072 - Estruturação das unidades da JUCETINS

3098 - Manutenção e operacionalização da Junta Digital - Simplifica Tocantins

4072 - Fortalecimento de gestão de recursos humanos

4166 - Formalização de empresas

Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

OBJETIVO: ESTIMULAR A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Coefficiente de Variação do Saldo de Empregos Celetistas (CVSEC) - CAGED	Porcentagem	2.0	4.0

METAS

Aumento do saldo de empregos celetistas no Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	2.0	2.0	2.0	2.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2047 - Divulgação das oportunidades e potencialidades de negócios no Tocantins

3026 - Fomentar empreendimentos estratégicos de desenvolvimento econômico para o Tocantins

4142 - Promoção do Estado do Tocantins

4337 - Promoção do comércio exterior do Tocantins

Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

OBJETIVO: ASSEGURAR QUE OS PRODUTOS E SERVIÇOS PRODUZIDOS E/OU COMERCIALIZADOS NO ESTADO ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM OS REGULAMENTOS TÉCNICOS DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA (INMETRO)

RESPONSÁVEL AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS- AEM

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de cobertura da verificação metrológica e da fiscalização	Porcentagem	100.0	100.0

METAS

Construir a sede administrativa e instalação de laboratórios de análises

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Central	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

Fiscalizar instrumentos metrológicos: balanças, bombas medidoras de combustíveis, taxímetros, hidrômetros, medidores de energia elétrica, esfigmomanômetros, cronotacógrafos, entre outros instrumentos de medir, bem como, produtos com certificação compulsória e voluntária, e produtos etiquetados e regulamentados pelo INMETRO.

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	18000.0	20500.0	22500.0	24000.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3078 - Construção da sede da AEM - TO

4296 - Fiscalização metrológica e avaliação da conformidade de produtos

Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

OBJETIVO: FOMENTAR O FLUXO TURÍSTICO NO TOCANTINS

RESPONSÁVEL AGÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - ADETUC

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Fluxo Turístico	Porcentagem	5.0	20.0

METAS

Aumentar o Fluxo Turístico do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região Lagos e Praias do Cantão	Porcentagem	5.0	10.0	15.0	20.0
Região Ilha do Bananal	Porcentagem	5.0	10.0	15.0	20.0
Região Serras e Lagos	Porcentagem	5.0	10.0	15.0	20.0
Região Serras Gerais	Porcentagem	5.0	10.0	15.0	20.0
Região Encantos do Jalapão	Porcentagem	10.0	15.0	18.0	20.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3091 - Melhoria das infraestruturas turísticas.

4335 - Promoção dos destinos turísticos e do patrimônio cultural

4338 - Gestão do observatório do turismo

4339 - Ordenamento territorial e desenvolvimento de produtos/roteiros turísticos.

4340 - Capacitação da cadeia produtiva do turismo, da cultura e economia criativa.

Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

OBJETIVO: FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO ESTADO DO TOCANTINS

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Empresas beneficiadas do programa de incentivo fiscal	Unidade	19.0	25.0

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Municípios alcançados com ações de fomento ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial do Tocantins	Unidade	15.0	14.0

METAS

Alcançar 49 municípios com ações de fomento ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial no Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	14.0	12.0	12.0	11.0

Beneficiar empresas dos programas de incentivos fiscais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	25.0	25.0	25.0	25.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2380 - Apoio ao desenvolvimento empresarial

3037 - Desenvolvimento da infraestrutura empresarial e logística

4001 - Acompanhamento das empresas beneficiadas por programas de incentivos

4064 - Fortalecimento da atividade empresarial

4071 - Fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos

4341 - Disponibilização de crédito para projetos de desenvolvimento do Tocantins

6001 - Aumento de capital da Agência de Fomento

Industria, Comércio, Serviços, Mineração e Turismo

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

RESPONSÁVEL AGÊNCIA DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS - AMETO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
------	--------	--------------	-----------------

METAS

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4325 - Manutenção dos serviços administrativos gerais

4329 - Manutenção dos serviços de recursos humanos.

4332 - Manutenção dos serviços de transportes.

5 - Infraestrutura, Desenvolvimento Regional e Rede de Cidades

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	5.433.000,00	22.824.786,00
0240 - Recursos Próprios	16.755.918,00	70.393.935,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	207.752.555,00	872.797.288,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	17.572.500,00	73.824.509,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	88.613.641,00	372.278.192,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	276.387.000,00	1.161.140.107,00
0226 - Alienação de Bens	7.000.000,00	29.407.971,00
0224 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	25.926.279,00	108.919.893,00
0217 - Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	5.161.382,00	21.683.681,00
TODAS AS FONTES	650.602.275,00	2.733.270.362,00

PROGRAMA - 1151 | DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E HABITAÇÃO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0240 - Recursos Próprios	13.023.030,00	54.711.555,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	321.000,00	1.348.566,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	40.809.104,00	171.444.704,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	22.000.000,00	92.425.050,00
0226 - Alienação de Bens	7.000.000,00	29.407.971,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	11.422.500,00	47.987.506,00
TODAS AS FONTES	94.575.634,00	397.325.351,00

Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES E DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

RESPONSÁVEL SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Número de unidades habitacionais entregues	Unidade	1571.0	1057.0

METAS

Implementar 1.057 Unidades Habitacionais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Centro-Oeste	Unidade	11.0	0.0	0.0	0.0

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Norte	Unidade	48.0	0.0	0.0	0.0
Região de Planejamento Sul	Unidade	81.0	0.0	0.0	0.0
Região de Planejamento Sudeste	Unidade	45.0	0.0	0.0	0.0
Região de Saúde Bico do Papagaio	Unidade	80.0	0.0	0.0	0.0
Região de Planejamento Central	Unidade	792.0	150.0	0.0	0.0

Assistir às Famílias Beneficiadas pelos Programas Habitacionais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1464.0	1500.0	1500.0	1500.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2020 - Desenvolvimento da política e funções urbanas

2055 - Realização de projeto de trabalho social

2133 - Produção, reforma e/ou ampliação de habitação de interesse social

3012 - Construção de infraestrutura urbana em empreendimentos públicos

Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

OBJETIVO: GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

RESPONSÁVEL AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Expansão da rede de distribuição de água nos municípios atendidos pela ATS	Porcentagem	0.0	3.0
Quantidade de estações de tratamento de água com capacidade aumentada	Unidade	0.0	5.0

METAS

Expandir rede de distribuição de água nos municípios atendidos pela ATS

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	3.0	3.0	5.0	5.0

Implantar sistemas coletivos de abastecimento de água em localidades da zona rural do Estado do Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	25.0	25.0	10.0	10.0

Implantar sistemas de esgotamento sanitário no Estado do Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	8.0	4.0	0.0	0.0

Melhorar as estações de tratamento de água nos municípios atendidos pela ATS, de acordo com a demanda existente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	5.0	10.0	10.0	10.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3033 - Implantação de sistemas de abastecimento de água

3034 - Implantação de sistemas de esgotamento sanitário

3061 - Sistema simplificado de abastecimento de água e saneamento rural

4107 - Mobilização social e educação ambiental sustentável em saneamento básico

4115 - Operacionalização e manutenção dos sistemas de tratamento de água e coleta e tratamento de esgoto

Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação

OBJETIVO: PROMOVER A REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE, SANEAMENTO BÁSICO E ENERGIA ELÉTRICA

RESPONSÁVEL AGÊNCIA TOCANTINENSE DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ATR

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de fiscalização dos serviços públicos	Porcentagem	20.0	90.0

METAS

Modernizar o sistema de informação

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	10.0	30.0	30.0	20.0

Revisar a metodologia tarifária e normas técnicas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
--------	-------------------	------	------	------	------

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	1.0	1.0	0.0

Elaborar o Plano Diretor de Transporte

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	0.0	1.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3097 - Modernização do sistema de informação

4009 - Capacitação de servidores da ATR

4038 - Elaboração de estudos em transporte e saneamento básico

4048 - Fiscalização do serviço de saneamento básico

4049 - Fiscalização do serviço de transporte e terminais rodoviários

4135 - Realização de eventos para a comunicação, transparência e controle social

4170 - Regulação dos serviços públicos

PROGRAMA - 1153 | INFRAESTRUTURA PÚBLICA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	290.000,00	1.218.330,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	450.000,00	1.890.512,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	2.950.000,00	12.393.359,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	1.507.000,00	6.331.116,00
TODAS AS FONTES	5.197.000,00	21.833.318,00

Infraestrutura Pública

OBJETIVO: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, LOGÍSTICA E ÀS INFRAESTRUTURAS DO ESTADO.

RESPONSÁVEL SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CIDADES E HABITAÇÃO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Total de obras realizadas	Unidade	746.0	729.0

METAS

Estruturar equipamentos públicos

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	729.0	100.0	100.0	100.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1110 - Estruturação das edificações públicas

1148 - Estruturação das obras de eletrificação

PROGRAMA - 1152 | TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	4.822.000,00	20.257.891,00
0240 - Recursos Próprios	3.732.888,00	15.682.380,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	207.752.555,00	872.797.288,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	3.200.000,00	13.443.644,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	47.354.537,00	198.942.976,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	252.880.000,00	1.062.383.941,00
0224 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	25.926.279,00	108.919.893,00
0217 - Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	5.161.382,00	21.683.681,00
TODAS AS FONTES	550.829.641,00	2.314.111.693,00

Transporte e Logística

OBJETIVO: FORTALECER O SISTEMA VIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS

RESPONSÁVEL AGÊNCIA TOCANTINENSE DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Quilômetros de rodovias conservadas	Quilômetro	13015.0	7500.0
Quilômetros de rodovias pavimentadas	Quilômetro	5822.0	122.0

METAS

Construir a ponte de Porto Nacional

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
--------	-------------------	------	------	------	------

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Central	Porcentagem	10.0	23.0	23.0	44.0

Construir obras de arte especial (pontes, bueiros e galerias)

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	20.0	0.0	0.0	0.0

Fiscalizar o trânsito nas rodovias estaduais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Quilômetro	3000.0	3000.0	3000.0	3000.0

Pavimentar rodovias estaduais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Centro-Oeste	Quilômetro	38.0	50.0	50.0	50.0
Região de Planejamento Sul	Quilômetro	58.0	50.0	50.0	50.0
Região de Planejamento Central	Quilômetro	26.0	50.0	50.0	50.0

Conservar e restaurar rodovias estaduais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Quilômetro	7500.0	7500.0	7500.0	7500.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3042 - Melhoramento nas estradas vicinais nas regiões Centro-Oeste, Sudoeste e Noroeste - PDRIS

3048 - Pavimentação de rodovia estadual - PDRIS

3059 - Restauração e conservação de estradas estaduais pavimentadas CREMA - PDRIS

3062 - Suporte logístico para gerenciamento do transporte - PDRIS

3073 - Eliminação de pontos críticos - PDRIS

4003 - Apoio à capacidade de gerência do transporte - PDRIS

4026 - Construção e reforma de obras de arte especial

4039 - Elaboração de projetos

4082 - Implementação de sinalização nas rodovias estaduais

4106 - Melhoramento do acesso para escoamento da produção agrícola dos municípios

4114 - Operacionalização dos postos de pesagem e fiscalização rodoviária

4120 - Pavimentação de rodovias em parcerias

4121 - Pavimentação de vias urbanas

4122 - Policiamento e fiscalização de trânsito rodoviário

4130 - Educação para o trânsito nas rodovias estaduais

4162 - Recuperação de passivos ambientais

4163 - Recuperação e conservação das rodovias estaduais não pavimentadas

4164 - Recuperação e conservação das rodovias estaduais pavimentadas

4167 - Licenciamento ambiental de obras de infraestrutura rodoviária

4311 - Gestão da faixa de domínio das rodovias estaduais

4347 - Desenvolvimento aeroviário

4357 - Regularização das faixas de domínio das rodovias estaduais

6 - Gestão Pública, Participação Social e Diálogo Federativo

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	15.787.636,00	66.326.048,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	49.650.000,00	208.586.534,00
0240 - Recursos Próprios	5.213.217,00	21.901.447,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	150.000,00	630.171,00
TODAS AS FONTES	70.800.853,00	297.444.200,00

PROGRAMA - 1166 | PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	15.787.636,00	66.326.048,00
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	49.650.000,00	208.586.534,00
0240 - Recursos Próprios	5.213.217,00	21.901.447,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	150.000,00	630.171,00
TODAS AS FONTES	70.800.853,00	297.444.200,00

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: PROMOVER ESTUDOS E PESQUISAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Total de estudos socioeconômicos disponibilizados	Unidade	4.0	6.0

METAS

Realizar estudo para o Plano de Agronegócio do Tocantins - PDRIS

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

Produzir e disponibilizar estudos socioeconômicos do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	5.0	4.0	5.0	4.0

Realizar estudos de especialização administrativa

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Região de Planejamento Sudeste	Unidade	0.0	0.0	1.0	0.0
Região de Planejamento Sul	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0
Região de Planejamento Norte	Unidade	0.0	1.0	0.0	0.0
Região de Planejamento Bico do Papagaio	Unidade	0.0	1.0	0.0	0.0
Região de Planejamento Central	Unidade	0.0	0.0	0.0	1.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1078 - Promoção do desenvolvimento regional do Estado do Tocantins

2112 - Manutenção do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central

2132 - Produção e divulgação dos estudos socioeconômicos do Tocantins e seus municípios

2366 - Manutenção do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

2376 - Monitoramento de impactos do projeto de desenvolvimento regional integrado sustentável

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: APRIMORAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de satisfação dos usuários com os serviços prestados pelo É PRA JÁ	Porcentagem	90.0	91.0
Percentual de servidores capacitados do Poder Executivo	Porcentagem	50.0	53.0

METAS

Promover a educação corporativa aos servidores do poder executivo

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	20.0	30.0	40.0	50.0

Implantar 1 (uma) unidades do É PRA JÁ

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	0.0	1.0	0.0	0.0

Aumentar o nível de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados pelo É PRA JÁ

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	91.0	92.0	93.0	95.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1125 - Ampliação do número de unidades do É PRA JÁ
- 1140 - Modernização dos recursos de tecnologia da informação da SECAD
- 1145 - Modernização dos processos de gestão de recursos humanos
- 3010 - Capacitação dos servidores públicos
- 3051 - Realização de concursos público para o Poder Executivo Estadual

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: PROMOVER O ORDENAMENTO E A GESTÃO TERRITORIAL

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Implantação dos Instrumentos de Gestão Territorial do Estado do Tocantins	Porcentagem	30.0	60.0
Índice de Implantação do Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins	Porcentagem	30.0	60.0

METAS

Implantar o Sistema Cartográfico do Estado do Tocantins - SCE

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	60.0	75.0	90.0	100.0

Produzir estudos de subsidio ao Ordenamento e Gestão Territorial do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	60.0	75.0	90.0	100.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1139 - Gestão cartográfica do Estado do Tocantins

2053 - Elaboração de estudos para subsidiar o ordenamento e a gestão territorial do Estado

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: MODERNIZAR A GESTÃO FAZENDÁRIA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Educação Corporativa	Porcentagem	0.0	20.0
Índice de satisfação do servidor	Porcentagem	0.0	63.0

METAS

Promover eventos de Educação Corporativa para o desenvolvimento dos servidores

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	20.0	22.0	24.0	26.0

Implementar a Gestão Estratégica de Pessoas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	25.0	25.0	25.0	25.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1050 - Implementação da gestão estratégica de pessoas
- 1069 - Melhoria da infraestrutura das unidades da SEFAZ
- 1111 - Modernização da gestão fazendária
- 2377 - Promoção das relações interinstitucionais fazendárias
- 3043 - Modernização da Escola de Gestão Fazendária
- 3047 - Modernização e aperfeiçoamento da SEFAZ
- 4008 - Promoção da educação corporativa

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: MODERNIZAR A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Efetivação da receita tributária (ICMS, IPVA e ITCMD) projetada	Porcentagem	100.0	100.0

METAS

Efetivar a receita tributária (ICMS, IPVA e ITCMD) projetada

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Resguardar os dados tributários sigilosos

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1116 - Aperfeiçoamento da gestão tributária

1142 - Implementação do tratamento e gestão de dados com sigilo fiscal

2081 - Gestão do programa estadual de educação fiscal

2344 - Implementação do programa de cidadania fiscal - TO Legal

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: FORTALECER A GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Percentual de transferências voluntárias federais executadas	Porcentagem	25.0	30.0

METAS

Implantar o Sistema de Operações de Crédito e Dívida Pública

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

Capacitar agentes públicos para a Rede Mais Brasil

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	100.0	100.0	100.0	100.0

Aumentar o percentual de execução dos convênios até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	30.0	45.0	60.0	75.0

Implantar sistema de convênios estaduais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1.0	0.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2001 - Gerenciamento das transferências voluntárias e operações de crédito

2119 - Gerenciamento do projeto de desenvolvimento regional integrado e sustentável

2156 - Realização de serviço de auditoria externa no projeto de desenvolvimento regional integrado e sustentável

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: MODERNIZAR OS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Planos estratégicos integrados	Porcentagem	0.0	8.0

METAS

Revisar os planejamentos estratégico institucionais

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	0.0	0.0	26.0	0.0

Revisar o planejamento estratégico do Governo do Tocantins

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	0.0	0.0	1.0	0.0

Capacitar e treinar agentes públicos em planejamento governamental

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	80.0	80.0	80.0	80.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2027 - Capacitação de agentes públicos

2090 - Implementação do planejamento e da gestão para resultados

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: PROMOVER E DIVULGAR AS AÇÕES E SERVIÇOS DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS.

RESPONSÁVEL SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de Satisfação das campanhas realizadas	Porcentagem	0.0	80.0

METAS

Promover campanhas publicitárias de interesse do governo do Estado do Tocantins.

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	80.0	80.0	80.0	80.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2143 - Publicidade das ações estratégicas do Governo do Tocantins

Planejamento, Orçamento e Gestão

OBJETIVO: PROPICIAR A IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DOS SERVIÇOS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

RESPONSÁVEL AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ATI-TO

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de absorção da gestão dos recursos de tecnologia da informação dos órgãos da administração direta e indireta	Porcentagem	20.0	20.0
Percentual de serviços públicos digitalizados de forma parcial ou Integral	Porcentagem	0.0	15.0

METAS

Digitalizar 60% dos serviços públicos dos órgãos da administração direta e indireta

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	15.0	15.0	15.0	15.0

Consolidar a implantação da transformação digital até 2021, com a centralização das ações TIC do Poder Executivo do Estado

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	50.0	50.0	0.0	0.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4363 - Gestão de sistemas de informação dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo do Governo do Tocantins

4364 - Modernização da gestão e governança de TI do Estado do Tocantins

4365 - Reestruturação da infraestrutura de tecnologia da informação e telecomunicações

4366 - Reestruturação da Agência de Tecnologia da Informação

7 - Poder Judiciário e Prestação Jurisdicional

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	7.458.468,00	31.334.058,00
0240 - Recursos Próprios	12.431.000,00	52.224.355,00
TODAS AS FONTES	19.889.468,00	83.558.413,00

PROGRAMA - 1169 | DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	3.342.000,00	14.040.205,00
TODAS AS FONTES	3.342.000,00	14.040.205,00

Desenvolvimento Estratégico

OBJETIVO: APRIMORAR PRÁTICAS DE GESTÃO

RESPONSÁVEL TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de execução do orçamento estratégico	Porcentagem	88.0	95.0

METAS

Aumentar a execução orçamentária das iniciativas estratégicas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	95.0	96.0	97.0	98.0

Aplicar anualmente 0,9% do valor do orçamento executado em capacitação

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	0.9	0.9	0.9	0.9

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1012 - Aprimoramento da gestão de pessoas
- 1013 - Aprimoramento da gestão institucional
- 1126 - Aprimoramento da gestão de custos
- 1128 - Aprimoramento da gestão de TI

PROGRAMA - 1168 | EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	4.116.468,00	17.293.853,00
0240 - Recursos Próprios	12.431.000,00	52.224.355,00
TODAS AS FONTES	16.547.468,00	69.518.207,00

Efetividade da Prestação Jurisdicional

OBJETIVO: PROMOVER PRÁTICAS DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS E DEMANDAS COM A RAZOÁVEL

DURAÇÃO DO PROCESSO

RESPONSÁVEL TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Taxa de congestionamento processual geral do Poder Judiciário	Porcentagem	66.0	65.0

METAS

Reduzir para 62% a taxa de congestionamento processual geral do Poder Judiciário, até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	65.0	64.0	63.0	62.0

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	100.0	100.0	100.0	100.0

Atingir 22% no Índice de Conciliação até 2023

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	16.0	18.0	20.0	22.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1077 - Promoção da efetividade da prestação jurisdicional

2134 - Promoção das práticas de resolução consensual de conflitos

3081 - Promoção das práticas de resolução de conflitos

3082 - Promoção da efetividade da prestação jurisdicional

8 - Poder Legislativo

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
TODAS AS FONTES	0,00	0,00

PROGRAMA - 1175 | CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
TODAS AS FONTES	0,00	0,00

9 - Autônomos Essenciais à Justiça

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	39.562.037,00	166.205.603,00
0240 - Recursos Próprios	833.372,00	3.501.111,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	400.000,00	1.680.455,00
0226 - Alienação de Bens	222.500,00	934.753,00
TODAS AS FONTES	41.017.909,00	172.321.923,00

PROGRAMA - 1173 | JUSTIÇA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	28.149.076,00	118.258.171,00
0240 - Recursos Próprios	680.772,00	2.860.018,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	400.000,00	1.680.455,00
0226 - Alienação de Bens	72.500,00	304.583,00
TODAS AS FONTES	29.302.348,00	123.103.227,00

Justiça

OBJETIVO: ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA, INTEGRAL E GRATUITO, AOS CIDADÃOS QUE COMPROVAREM

INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

RESPONSÁVEL DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Índice de atendimento anual da Defensoria Pública do Estado do Tocantins	Porcentagem	100.0	102.24

METAS

Atender a população de baixa renda para o acesso à justiça

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Defensoria Regional de Tocantinópolis	Unidade	100.48	100.85	101.14	101.35
Defensoria Regional de Porto Nacional	Unidade	106.52	111.35	114.94	117.61
Defensoria Regional de Paraíso	Unidade	102.89	104.73	105.9	106.65
Defensoria Regional de Palmas	Unidade	103.33	106.42	109.29	111.94
Defensoria Regional de Gurupi	Unidade	101.01	101.91	102.72	103.43
Defensoria Regional de Guaraí	Unidade	101.3	102.44	103.45	104.34
Defensoria Regional de Dianópolis	Unidade	100.58	100.95	101.17	101.32
Defensoria Regional de Araguatins	Unidade	100.43	100.43	100.43	100.43

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Defensoria Regional de Araguaína	Unidade	101.07	101.97	102.71	103.33

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1112 - Estruturação da Defensoria Pública
- 2024 - Atendimento sociojurídico integral e gratuito
- 2050 - Divulgação institucional da Defensoria Pública
- 2096 - Manutenção da corregedoria da Defensoria Pública
- 2336 - Aprimoramento da gestão de pessoas
- 2378 - Concessão de bolsa estágio
- 4004 - Aprimoramento e estruturação da Defensoria Pública
- 4367 - Gestão da Escola Superior da Defensoria Pública - ESDEP

Justiça

OBJETIVO: PROMOVER A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

RESPONSÁVEL PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Total anual de ações dos membros do MPTO	Real Unidade	427997.0	449396.0

METAS

Ações voltadas para o combate ao crime organizado.

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1000.0	1050.0	1102.0	1157.0

Ações de fiscalização da execução da política do idoso

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	500.0	525.0	551.0	578.0

Ações voltadas a defesa dos direitos dos consumidores

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1400.0	1470.0	1543.0	1620.0

Ações judiciais e extrajudiciais de crimes contra pessoas com deficiência

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	210.0	220.0	231.0	243.0

Ações judiciais e extrajudiciais na defesa dos direitos da criança e do adolescente

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	55270.0	58033.0	60935.0	63981.0

Ações judiciais e extrajudiciais de combate à criminalidade

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	157408.0	165278.0	173542.0	182219.0

Ações judiciais e extrajudiciais de controle externo da atividade policial

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	1000.0	1050.0	1102.0	1157.0

Ações judiciais e extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	11300.0	11865.0	12458.0	13081.0

Ações voltadas ao combate à improbidade e à recuperação de ativos

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	10800.0	11340.0	11907.0	12502.0

Ações voltadas ao cumprimento do direito eleitoral

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	19400.0	20370.0	21388.0	22457.0

Ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	9800.0	10290.0	10804.0	11344.0

Ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	42246.0	44358.0	46576.0	48907.0

Ações voltadas para o combate à violência doméstica

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	36000.0	37800.0	39690.0	41674.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2099 - Gestão da Corregedoria-Geral do Ministério Público

2100 - Promoção do serviço de atendimento ao cidadão e da ouvidoria do Ministério Público

2101 - Gestão das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional

2147 - Gestão das ações de combate às organizações criminosas

2148 - Gestão das ações de comunicação do Ministério Público

2149 - Gestão das ações para defesa do interesse público no processo judicial e extrajudicial

PROGRAMA - 1170 | MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA JUSTIÇA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	11.412.961,00	47.947.432,00
0240 - Recursos Próprios	152.600,00	641.094,00
0226 - Alienação de Bens	150.000,00	630.171,00
TODAS AS FONTES	11.715.561,00	49.218.696,00

Modernização e Governança da Justiça

OBJETIVO: APERFEIÇOAR E RACIONALIZAR AS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS

RESPONSÁVEL PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

INDICADORES

Nome	Medida	Índice Atual	Índice Desejado
Custo médio por processo	Real	462.0	396.0
Nota obtida na autoavaliação do MEG/FNQ	Nota Pradão	283.0	283.0

METAS

Renovação da frota de veículos do MPE/TO

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	15.0	15.0	15.0	20.0

Manter unidades do Ministério Público em condições físicas e mobiliárias adequadas ao trabalho dos integrantes

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	43.0	43.0	43.0	43.0

Construção de unidades do MPE-TO

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	3.0	1.0	2.0	0.0

Integração nos sistemas de TIC do MPE/TO

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Porcentagem	65.0	70.0	75.0	80.0

Manter unidades com tecnologia de informação estruturada (equipamentos, redes e sistemas) do MPE/TO

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Unidade	42.0	42.0	42.0	42.0

Ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores do MPE/TO

Região	Unidade de Medida	2020	2021	2022	2023
Estadual	Hora	22.0	23.0	24.0	26.0

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

- 1010 - Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do MPTO
- 1023 - Construção de unidades do Ministério Público
- 1037 - Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPTO
- 1082 - Adequações físicas e mobiliárias das unidades do Ministério Público
- 1088 - Renovação da frota de veículos do Ministério Público
- 1127 - Realização de concursos para membros e servidores do Ministério Público
- 2339 - Realização de ações de desenvolvimento organizacional
- 3075 - Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPTO
- 4002 - Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do MPTO



ANEXO III LEI Nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019.
PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO ESTADO

Manutenção e Gestão

CONSOLIDADO DO EIXO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	3.938.143.003,00	16.544.684.769,00
0240 - Recursos Próprios	184.698.415,00	775.943.649,00
0241 - Recursos Previdenciários	1.550.752.357,00	6.514.925.660,00
3103 - Contrapartida	10.282.605,00	43.198.649,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	3.886.500,00	16.327.725,00
0102 - Recursos do Tesouro - Ações de Serviços Públicos de Saúde / ASPS	1.022.300.000,00	4.294.824.039,00
0226 - Alienação de Bens	381.400,00	1.602.314,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	150.000,00	630.171,00
0101 - Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE	126.723.971,00	532.384.972,00
0242 - Assistência Médica	301.356.624,00	1.266.040.960,00
0214 - Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	2.594.316,00	10.899.081,00
0235 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	50.000,00	210.057,00
0217 - Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	6.865.000,00	28.840.817,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	500.000,00	2.100.569,00
0227 - Cota-Parte do Convênio DETRAN/PM	750.000,00	3.150.854,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	1.500.000,00	6.301.708,00
TODAS AS FONTES	7.150.934.191,00	30.042.065.996,00

PROGRAMA - 1141 | ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	263.465.352,00	1.106.854.473,00
TODAS AS FONTES	263.465.352,00	1.106.854.473,00

PROGRAMA - 1143 | MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	134.614.550,00	565.534.389,00
TODAS AS FONTES	134.614.550,00	565.534.389,00

PROGRAMA - 1144 | MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	200.347.270,00	841.686.659,00
TODAS AS FONTES	200.347.270,00	841.686.659,00

PROGRAMA - 1172 | MANUTENÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO TOCANTINS

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0242 - Assistência Médica	301.356.624,00	1.266.040.960,00
TODAS AS FONTES	301.356.624,00	1.266.040.960,00

PROGRAMA - 1171 | MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	147.213.704,00	618.465.181,00
0240 - Recursos Próprios	770.000,00	3.234.877,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	100.000,00	420.114,00
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	1.500.000,00	6.301.708,00
TODAS AS FONTES	149.583.704,00	628.421.880,00

PROGRAMA - 1145 | MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0240 - Recursos Próprios	63.852.406,00	268.252.811,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	580.254.949,00	2.437.731.492,00
0226 - Alienação de Bens	50.000,00	210.057,00
TODAS AS FONTES	644.157.355,00	2.706.194.359,00

PROGRAMA - 1100 | MANUTENÇÃO E GESTÃO DO PODER EXECUTIVO

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	2.531.685.567,00	10.635.962.079,00
0240 - Recursos Próprios	120.076.009,00	504.455.962,00
0241 - Recursos Previdenciários	1.550.752.357,00	6.514.925.660,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	3.786.500,00	15.907.611,00
0102 - Recursos do Tesouro - Ações de Serviços Públicos de Saúde / ASPS	1.022.300.000,00	4.294.824.039,00
0226 - Alienação de Bens	331.400,00	1.392.257,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	150.000,00	630.171,00
0101 - Recursos do Tesouro - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino / MDE	126.723.971,00	532.384.972,00
0214 - Cota-Parte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	2.594.316,00	10.899.081,00
0235 - Cota-Parte de Compensações Financeiras	50.000,00	210.057,00
0217 - Cota-parte Compensação Financeira dos Recursos Hídricos	6.865.000,00	28.840.817,00
0223 - Recursos de Convênios com a Iniciativa Privada	500.000,00	2.100.569,00
0227 - Cota-Parte do Convênio DETRAN/PM	750.000,00	3.150.854,00
TODAS AS FONTES	5.366.565.120,00	22.545.684.130,00

PROGRAMA - 1146 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Fonte	Valor 2020 (R\$)	Valor 2020-2023 (R\$)
3103 - Contrapartida	10.282.605,00	43.198.649,00
0100 - Recursos do Tesouro - Ordinários	80.561.611,00	338.450.497,00
TODAS AS FONTES	90.844.216,00	381.649.147,00



2020  2023

PLANO PLURIANUAL
O TOCANTINS QUE DESEJAMOS

ANEXO IV LEI Nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019.
AÇÕES PRIORITÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

CodigoAção	Unidade Orçamentaria	CodigoAção	Unidade Orçamentaria
1086	Construção, reforma e ampliação de unidade escolar	4038	Elaboração de estudos em transporte e saneamento básico
1110	Estruturação das edificações públicas	4048	Fiscalização do serviço de saneamento básico
1112	Estruturação da Defensoria Pública	4049	Fiscalização do serviço de transporte e terminais rodoviários
2007	Aparelhamento de unidade escolar	4064	Fortalecimento da atividade empresarial
2024	Atendimento sociojurídico integral e gratuito	4071	Fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos
2042	Descentralização de recursos à gestão comunitária	4113	Oferta de ações e serviços de MAC
2050	Divulgação institucional da Defensoria Pública	4118	Ambulatorial e hospitalar nas unidades hospitalares próprias
2053	Elaboração de estudos para subsidiar o ordenamento e a gestão territorial do estado	4115	Operacionalização e manutenção dos sistemas de tratamento de água e coleta e tratamento de esgoto
2062	Formação continuada dos profissionais da educação básica	4118	Fortalecimento de serviços de extensão rural em eventos agropecuários
2096	Manutenção da corregedoria da Defensoria Pública	4120	Pavimentação de rodovias em parcerias
2105	Suporte técnico, logístico e operacional às unidades de polícia judiciária	4121	Pavimentação de vias urbanas
2116	Manutenção do transporte escolar	4135	Realização de eventos para a comunicação, transparência e controle social
2119	Gerenciamento do projeto de desenvolvimento regional integrado e sustentável	4142	Promoção do estado do tocantins
2133	Produção, reforma e ou ampliação de habitação de interesse social	4152	Manutenção de recursos humanos
2334	Capacitação técnica, treinamento e formação continuada	4157	Incentivo a projetos artísticos culturais
2336	Aprimoramento da gestão de pessoas	4163	Recuperação e conservação das rodovias estaduais não pavimentadas
2378	Concessão de bolsa estágio	4164	Recuperação e conservação das rodovias estaduais pavimentadas
2390	Educação ambiental e formação cidadã para sustentabilidade	4170	Regulação dos serviços públicos
3010	Capacitação dos servidores públicos	4171	Ressarcimento de Despesas de Atividade de Defesa Agropecuária - REDAD
3016	DETRAN cidadão	4190	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais
3017	DETRAN educa	4221	Manutenção de recursos humanos
3033	Implantação de sistemas de abastecimento de água	4266	Manutenção dos serviços de informática
3037	Desenvolvimento da infraestrutura empresarial e logística	4279	Disseminação dos serviços de proteção ambiental
3052	Realização de concurso público	4283	Reestruturação e modernização institucional para a gestão do meio ambiente
3059	Restauração e conservação de estradas estaduais pavimentadas crema - PDRIS	4294	Licenciamento ambiental
3063	Trânsito legal	4318	Erradicação e prevenção da febre aftosa e outras doenças vesiculares no Estado do Tocantins
3073	Eliminação de pontos críticos - PDRIS	4335	Promoção dos destinos turísticos e do patrimônio cultural
3088	Edificação das unidades de serviços da ADAPEC	4336	Fomento à produção, circulação e promoção da arte, da cultura e do turismo cultural.
3091	Melhoria das infraestruturas turísticas.	4341	Disponibilização de crédito para projetos de desenvolvimento do Tocantins
3094	Implantação do projeto de energia solar – usina fotovoltaica para redução dos gastos da administração pública estadual	4344	Cofinanciamento dos benefícios eventuais
3095	Implantação do parque tecnológico	4367	Gestão da Escola Superior da Defensoria Pública - ESDEP
3097	Modernização do sistema de informação		
4004	Aprimoramento e estruturação da Defensoria Pública		
4026	Construção e reforma de obras de arte especial		
4034	Educação ambiental		